

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO LATINO-  
AMERICANA**

**A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA FRENTE ÀS  
TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO  
MUNDO DO TRABALHO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ALAN PATRIK BUZZATTI**

Santa Maria, RS, Brasil  
2007

# **A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO**

por

**Alan Patrik Buzzatti**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Integração-Latino Americana, Área de Concentração História Latino-Americana, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Integração Latino Americana**

**Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora abaixo assinada,  
aprova a dissertação de Mestrado

**A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA FRENTE ÀS  
TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO  
TRABALHO.**

elaborada por

**ALAN PATRIK BUZZATTI**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Integração Latino-Americana**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

.....  
**Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr.(USP)**  
**(Presidente/Orientador)**

.....  
**Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (Unicamp)**

.....  
**Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dr. (Unicamp)**

Santa Maria, 08 de maio de 2007.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino- Americana  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO.**

AUTOR: Alan Patrik Buzzatti  
ORIENTADOR: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos  
Data e local da defesa: Santa Maria, 08 de maio de 2007.

O presente trabalho trata do processo recente de transformações, muitas delas ainda em curso, no modo de capitalista de produção e da formação da economia popular solidária no Brasil, a partir dos anos de 1980. A importância de se abordar estes temas se coloca a partir da realidade crítica de exploração e precarização das condições de vida da classe trabalhadora, bem como a busca de soluções por parte destes trabalhadores perante tal realidade. As mudanças implementadas no desenvolvimento do capitalismo, a partir dos anos de 1970, são caracterizadas fundamentalmente pela reestruturação produtiva e organizacional do capitalismo através da substituição do Taylorismo/Fordismo pelo Toyotismo, introdução e renovação da maquinaria, através da crescente robotização e informatização dos processos de trabalho e hegemonia de políticas neoliberais. Neste contexto negativo ao trabalho, diferentes alternativas de geração de trabalho e renda vêm sendo teorizadas e praticadas por um número cada vez mais significativo de trabalhadores. Se num primeiro momento, demonstram-se como alternativas de pouca sinergia coletiva em meio a precariedade do trabalho, num segundo momento, no período mais recente, a partir do final dos anos de 1990, vem sendo um caminho importante na construção de alternativas coletivas e não-capitalistas de produção e distribuição do trabalho realizado. No Brasil, a Economia Solidária, ao longo dos últimos dez anos, constituiu-se, além de uma alternativa de trabalho e produção sob novas bases (autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, participação), em uma *práxis* política que envolve milhares de militantes, tanto aqueles oriundos de tradicionais frentes de luta dos trabalhadores como o movimento sindical, estudantil, feminista, anti-racista e ecologista, como também novos militantes ligados pela construção de espaços de convergência como as edições do Fórum Social Mundial. O desenvolvimento e sustentabilidade futura deste movimento de economia solidária ainda são difíceis projetar pelo contexto adverso em que estão inseridos, no entanto são bases reais no acúmulo de forças da classe trabalhadora, não somente no Brasil, mas em particular, na América Latina onde se aviltam as lutas dos trabalhadores por um outro projeto de sociedade diferente do capitalista hegemônico.

**PALAVAS-CHAVE:** Trabalho; Capitalismo; Reestruturação Produtiva; Alternativas; Economia Popular Solidária.

## **ABSTRACT**

Dissertation Master's Degree Dissertation  
Master's Degree Program in Latin America Integration  
Federal University of Santa Maria

### **THE POPULAR SOLIDARY ECONOMY FRONT TO THE CONTEMPORARY TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF THE WORK**

AUTHOR: Alan Patrik Buzzatti  
GUIDING: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos  
Date and place of the defense: Santa Maria, May 08<sup>th</sup>, 2007.

The present work treats the recent process of transformations, many of them still in course, in the capitalist's way of production and of the formation of the popular solidary economy in Brazil starting from the years of 80's. The importance of approaching these themes in part starting from the critical reality of exploration and hesitation of the life conditions of the working class as well as, the search for solutions on the part of these workers before such reality. The changes implemented in the development of the capitalism starting from the years of 70's, are fundamentally characterized for the productive and organizational restructuring of the capitalism through the substitution of Taylorism/Fordism for Toyotism, introduction and renewal of the machinery, through to growing robotization and informatization of the work processes and hegemony of neoliberal politics. In this negative context to the work, different alternatives of work generation and income have been theorized and practiced by a number more and more significant of workers. If in a first moment, they are demonstrated as alternatives of little collective synergy amid precariousness and fragmentation of the informal work, in a second moment, in the most recent period, starting from the end of the years of 1990, it is being an important road in the construction of collective alternatives and no production capitalists and distribution of the accomplished work. In Brazil, the Solidary economy along the last ten years was constituted, besides a work alternative and production under new bases (self-management, cooperation, solidarity, democracy, participation) in a political praxis that involves thousands of militant, so much those originating from traditional fronts of the workers' fight as the syndical movement, student, feminist, anti-racist, environmentalist as well as new linked militants by the construction of convergence spaces as the editions of the World Social Forum. The development and future sustainability of this movement of solidary economy are still difficult to project for the adverse context in that are inserted, however they are real bases in the accumulation of forces of the working class not only in Brazil but in matter in Latin America where grows contemptible the workers' fights for another project of society different from the capitalist hegemonic.

Keywords: Work; Capitalism; Productive restructuring; Alternative; Popular Solidary economy

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - A Economia Popular Solidária	26
FIGURA 2 - Fabricação de partes de um navio na Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)	49
FIGURA 3 - 3º Conferência Nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril, realizado na cidade de Joinville-SC	50
FIGURA 4 - Estrutura e Funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária	59
FIGURA 5 - O campo da economia solidária no Brasil	63
FIGURA 6 - Demonstrativo de como a remuneração dos associados é feita nos empreendimentos autogestionários estudados nos 2001/2002 – em %.	100
FIGURA 7 - Percentual de associados que tem acesso às informações – em %	102

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Forma de organização no Brasil	62
GRÁFICO 2 - EES por ano de início segundo forma de organização	64
GRÁFICO 3 - Motivos para a criação dos EES no Brasil	65
GRÁFICO 4 - Área de atuação dos EES no Brasil	65
GRÁFICO 5 - Distribuição dos produtos por tipo de atividade	66
GRÁFICO 6 - Distribuição % dos EES por faixa de remuneração-Brasil e Regiões	67
GRÁFICO 7 - Periodicidade de assembleias ou reuniões (% )- Brasil e Regiões	68
GRÁFICO 8 - Dificuldades dos EES- Brasil e Regiões	69
GRÁFICO 9 - Indicador de Cooperação entre EES- Brasil e Regiões	69
GRÁFICO 10 - Compromisso e participação social dos EES- Brasil e Regiões	70
GRÁFICO 11 - Natureza jurídica das EAFs	71
GRÁFICO 12 - Vínculos sociais e políticos das EAFs	71

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - Organizações de Referência no Rio Grande do Sul	77
QUADRO 2 - Tipos de Empreendimento segundo a presença de traços solidários e de cooperação	81



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – Entrevistas previstas e realizadas na Etapa 1 da pesquisa	86
TABELA 2 – Numero de Empreendimentos citados pelas entidades entrevistadas (por cidade)	87

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO – 1.. “Questionário 1” utilizado na pesquisa de campo e foi dirigida a entidade visitada pelos pesquisadores	118
ANEXO - 2: Resultados e contribuições para o desenvolvimento local e para os associados dos empreendimentos analisados segundo os dados fornecidos por Luiz Juliani	119
ANEXO - 3: Ações e/ou ajustes que devem ser melhorados e implementados para que os empreendimentos autogestionários estudados (e para os que surgirem) se tornem uma Economia Solidária, autogestionária, sólida e sustentável segundo o autor da pesquisa	120

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1 CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA</b>	15
1.1. Economia Popular	16
1.2. Economia Solidária	18
1.3. Economia Popular Solidária	22
<b>2 O MUNDO DO TRABALHO, SUAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL</b>	28
2.1. O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo	28
2.2. A Economia Solidária no Brasil	41
<b>3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DOS ESTUDOS PRODUZIDOS POR TRÊS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES NO RIO GRANDE DO SUL</b>	72
<b>3.1. Solidariedade, Autogestão e Cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul</b>	75
3.1.1. Cooperativas tradicionais	78
3.1.2. Economia solidária	79
<b>3.2. Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária e Autogestionária – Um Estudo de Caso: a Metade Sul do RS</b>	84
3.2.1. Cooperativas	88
3.2.2. Empresas autogestionárias	91
3.2.3. Associação de produção	93
3.2.4. Empreendimento de produção solidária	93
3.2.5 Empreendimento de economia popular	94
<b>3.3. Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul</b>	97
<b>CONCLUSÃO</b>	105
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	112
<b>ANEXO</b>	118

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, agora apresentada à banca de avaliação do Mestrado de integração Latino Americana (MILA/UFSM), apresenta um entendimento crítico da realidade capitalista em curso, em especial, no que se refere à suas implicações sobre o mundo do trabalho. É abordado também a formação e desenvolvimento do que entendemos ser um potencial estratégico não capitalista de organização e atuação dos trabalhadores na economia, ou seja, a economia popular solidária, que nas últimas décadas vem sendo teorizada e praticada por um número cada vez mais significativo de trabalhadores.

Como problema de pesquisa, buscamos entender e problematizar o contexto histórico de desenvolvimento do modo capitalista de produção, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX. Este desenvolvimento vem implicando em alterações negativas nas condições materiais e subjetivas da classe dos que vivem do seu trabalho, bem como nas suas organizações de representação política. Como se processa estas alterações no desenvolvimento do capitalismo recente? Que elementos estruturais garantem a este período histórico continuidade e ruptura com o processo histórico de desenvolvimento capitalista?.

A própria abordagem acadêmica e o entendimento com relação ao significado e a centralidade do trabalho e sua classe vem sendo questionada e, por vezes, apontada a sua fenecidade. Estamos na realidade vivenciando este sepultamento ou na verdade estamos em momentos de luta entre o capital e o trabalho?

Neste contexto, os explorados pelo sistema capitalista hegemônico são obrigados a resistir, buscar e reinventar alternativas de trabalho e renda para gerar o seu viver individual e coletivo. Entre estas alternativas adentramos na problemática de analisar a formação e desenvolvimento de uma economia popular e solidária

(EPS) que, apesar deste ambiente desfavorável, a partir dos anos 1980 no Brasil, vem afirmando que “outra economia acontece”.

Tendo como expressão material principal deste movimento social de trabalhadores, os empreendimentos econômicos solidários (EES) organizados sob a forma de, Cooperativas Populares, Associações, Empresas Autogestionárias, Redes de Empreendimentos, Complexos Cooperativos, Clubes de Troca, Grupos, Ligas e Uniões. Estamos diante do desenvolvimento de uma economia que privilegia o trabalho em detrimento do capital ou, na verdade estamos diante de mais uma forma de precarização dos direitos historicamente conquistados pelos movimentos de trabalhadores?. Em que medida esta economia popular solidária se desenvolve no Brasil ? É uma realidade apenas brasileira ou tem expressão em algum processo de integração Latino-Americana? O que vem sendo produzido cientificamente com relação à economia popular solidária e quais são os resultados obtidos ? Este movimento esta em luta conjunta com os movimentos sociais de trabalhadores no Brasil ? Quais são as entidades de representação política que vem sendo constituídas ? Quais são suas pautas e reivindicações no campo das políticas públicas ?

Esta dissertação tem por objetivo o melhor entendimento crítico da realidade capitalista em curso, em especial no que se refere à economia política do seu desenvolvimento e também na formação e fortalecimento do que entendemos ser uma estratégia em potencial de uma economia política dos trabalhadores, ou seja, a economia popular solidária.

A metodologia baseia-se no caráter de revisão bibliográfica, utilizando-se, em especial, do referencial teórico os escritos de Marx e Engels para debater a importância e centralidade do trabalho no processo de desenvolvimento humano e na produção da riqueza capitalista. São também utilizados autores marxistas e marxianos que, nos últimos anos, vêm contribuindo significativamente com os estudos, sejam eles acadêmicos ou não, sobre o mundo do trabalho e sua centralidade como também referente ao estudo da economia popular solidária e sua crítica. Como contraponto são utilizados autores que vêm debatendo e defendendo a tese do fim da centralidade do trabalho. São utilizados ainda documentos produzidos pelas experiências de economia popular solidária, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e pelo Ministério do Trabalho.

No primeiro capítulo, abordamos o debate teórico/conceitual que vem permeando o movimento da economia popular solidária. Dada a diversidade e o próprio desenvolvimento recente destas práticas entendemos esta ser uma construção ainda em formação coletiva tanto na academia como no próprio movimento. Foi necessário desenvolver o tema de forma desmembrada. Partimos do entendimento de que há uma tendência a atomização de conceitos referente à economia popular solidária. Embora os conceitos partem de significados semelhantes como “popular” e “solidário” na prática, também representam os limites e as utopias de cada ação. Utilizamos como entendimento inicial o fato de que nem toda economia popular é economia solidária e nem toda economia solidária é parte da economia popular.

No segundo capítulo, é abordado o trabalho e sua conformação no capitalismo contemporâneo, em especial, a partir das mudanças e transformações implementadas a partir dos anos 1970 do século XX. Apresentamos, embora de forma superficial, o que entendemos ser hoje os elementos centrais do debate atual sobre o desenvolvimento da economia política capitalista. Tratamos ainda neste capítulo da formação e desenvolvimento da economia popular solidária no Brasil a partir dos anos 1980.

No terceiro capítulo, é apresentado e debatido estudo produzido por três Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) de Universidades do Rio Grande do Sul. Estes estudos abordam da temática da viabilidade e sustentabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários, do entendimento que foi acumulado pelos trabalhadores da economia popular solidária e demais entidades sociais sobre sua própria prática em curso e do primeiro estudo feito no Brasil, com o objetivo de reconhecer e tipificar as diferentes iniciativas de geração de trabalho e renda, a partir de laços de solidariedade e autogestão.

Espera-se que esta pesquisa seja útil a outros esforços acadêmicos e ou militante referente a temática do trabalho e sua libertação frente à opressão do capital. Em especial tivemos motivação de seguir, no trabalho realizado junto ao PRÁXIS - Coletivo de Educação Popular que, somado a outros camaradas, companheiros(as) e estudantes, nos últimos seis anos vem construindo uma ação de movimento estudantil junto com os trabalhadores e movimentos sociais organizados de Santa Maria e região.

# **CAPÍTULO 1**

## **CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Diversas iniciativas de gerar trabalho e renda, vêm sendo, a partir dos anos 1980, inventadas e fortalecidas por trabalhadores e governos de esquerda em diferentes países.<sup>1</sup> Por um lado, são alternativas diante da crise estrutural do desemprego e das urgências por ele provocadas. Por outro, faz parte da construção de um projeto de transição dirigido pelos trabalhadores organizados.

Neste contexto, diversos autores como Singer (1999, 2000), Gaiger (2000), Mance (2000), Nuñez (1997), Razeto (1993), Kapron (2003); entre outros, vêm tematizando e desenvolvendo seus estudos a partir da análise de experiências concretas de economia popular e solidária em diferentes países. Segundo estes autores, as ações de geração de trabalho e renda estariam em vias de evoluir para uma ação propositiva, em projeto de desenvolvimento econômico e social, com reflexos concretos no campo das políticas públicas, como também, no conjunto das lutas sociais que possam incidir e alterar a correlação de classe no capitalismo atual, ou seja, entre os interesses do capital e do trabalho.

Elas constituem não uma frente pré-política, mas uma ação geradora de embriões de novas formas de produção e trabalho, estimuladora de unidade dos trabalhadores e de alternativas de vida econômica e social.<sup>2</sup>

Além do termo Economia Solidária, no Brasil destacado pelos trabalhos de Paul Singer, diversos novos conceitos aparecem, como Sócioeconomia Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia de Comunhão, Economia

---

<sup>1</sup> Consultar HARNECKER (1996); SANTOS (2002) e GADOTTI, GUTIÉRRES (1993).

<sup>2</sup> Ver GAIGER (1999).

Social, autogestão operária. Neste sentido, iremos priorizar a definição conceitual de Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária.

Partimos do entendimento de que há uma tendência de atomização de conceitos referente a esta economia de trabalhadores e que por vezes acabam por embaçar o cotidiano do debate. É também fundamental dizer que embora os conceitos partem de significados semelhantes como “popular” e “solidário” na prática, também representam os limites e as utopias de cada ação, ou seja, como afirma Razeto (1993, p. 45) nem toda economia popular é economia solidária e nem toda economia solidária é parte da economia popular.

### **1.1. Economia Popular**

O conceito de Economia Popular em várias abordagens recebe a conotação de Economia Solidária. Para desfazer este engano é imprescindível que se deixe nítida a distinção existente entre estas.

Em outras palavras, fundamentar-se na Economia Popular, significa dizer: fundamentar-se numa economia de produtores-trabalhadores que se organizam com o intuito de se defender dos efeitos de exclusão provocados pelo sistema capitalista. Uma das grandes características é que nesta economia, em primeiro plano, está a geração de trabalho e renda para que assim os indivíduos possam dar conta do seu viver.

Para melhor conceituar do que se trata a Economia Popular, prefere-se subscrever o conceito de:

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (ICAZA;TIRIBA, 2003, p.101).

A Economia Popular é fortemente heterogênea, Razeto (1993) afirma que são cinco os principais segmentos econômicos em que esta se encontra representada:



- a. Microempresas e pequenas oficinas: que podem adotar caráter familiar, individual ou de poucos sócios, como oficinas mecânicas por exemplo.
- b. Atividades individuais não estabelecidas e informais: como empregados domésticos.
- c. Atividades ilegais e pequenos delitos: aqui se enquadram os indivíduos à margem da lei como comerciantes de drogas ilícitas.
- d. Atividades assistenciais e inserção em sistemas beneficentes: podendo atuar em nível público ou privado.
- e. Organizações econômicas populares: estas atividades são geridas por pequenos grupos, visando a solução dos problemas econômicos e sociais de forma solidária e conjunta, a exemplo das cooperativas.

No momento de um indivíduo fazer sua sobrevivência, a partir de uma destas atividades econômicas acima citadas, leva em consideração suas experiências anteriores, sua vivência, sua cultura e sua ideologia de vida. Pode um mesmo indivíduo atuar em um deles, ou ainda pode, ao mesmo tempo, atuar em mais de um destes segmentos. Por exemplo, um indivíduo pode ser membro de uma cooperativa e, num mesmo momento ser um empregado doméstico. Há ainda aqueles que além de serem assalariados, realizam atividades paralelas dentro de um dos segmentos acima citados. Ao exemplo de um professor/estudante que atua como assalariado em uma escola, seja ela pública ou privada, e nas horas em que não está vendendo sua força de trabalho, para esta ou aquela, a emprega no fazer de bens diversos (doces, salgados, artesanato, bebidas, serviços) para que desta forma, possam criar um incremento de renda para sobreviver. Cada um destes segmentos pode representar uma alternativa de trabalho e renda ao indivíduo excluído.

Razeto (1993) declara que a escolha de cada indivíduo está associada a um tipo de estratégia. Ou seja, o sujeito pode optar por uma das atividades citadas como "estratégia de sobrevivência", sendo esta atividade geralmente encarada de forma transitória. Alguns não têm intenção de realizá-la para o resto de sua vida, apenas irá suprir suas necessidades básicas e imediatas.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Percebe-se estas manifestação de forma recorrente entre estudantes pobres que, pela sua condição de classe e pela assistência estudantil insuficiente para garantir as condições necessárias da vida acadêmica, despendem de seu tempo na produção e comercialização de mercadorias, no pequeno comércio de diferentes drogas, digitação de trabalhos, tradução de textos, até o momento em que conclua seu curso e assim esteja, em tese, em melhores condições para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Outros podem adotar e consorciar outra atividade fazendo parte de sua "estratégia de sobrevivência", podendo desta forma, atender às suas necessidades básicas de forma melhor do que no caso anterior, mas ainda não se constitui como uma articulação possível de garantir a sobrevivência em condições mais ou menos permanentes. Há ainda, os que fazem a escolha da atividade a ser desenvolvida levando em consideração uma "estratégia de vida", aí se incluem seus ideais de vida, realizando seu trabalho não como algo passageiro (como as estratégias anteriores), mas como algo permanente em sua vida, que irá não só suprir as necessidades, mas poderá, em melhores condições, proporcionar melhores condições de vida econômica e social ao articular e qualificar suas atividades econômicas.

Com o desemprego estrutural e o aumento progressivo da pobreza, fenômeno característico do capitalismo atual, se observa de forma cada vez mais presente, sobretudo em grandes centros urbanos, uma grande parcela de jovens, crianças, adultos que se vêem diante da necessidade de inventar qualquer atividade para a sobreviver: malabarismo no sinal de trânsito, transformar-se em homem-estátua, catar materiais recicláveis, vender roupas (íntimas, de inverno, de verão, outras), doces e salgados utilizando e produzindo na própria unidade doméstica, etc.

Além de iniciativas individuais a economia popular também pode se materializar em cooperativas e grupos de produção comunitária. Mas, de forma majoritária verificamos o grande número de pequenas unidades econômicas individuais ou familiares, como barraquinhas de cachorro-quente, bares, mercadinhos populares, organizados familiarmente ou em grupos de dois ou três sócios. Não conseguindo uma ocupação no mercado formal de trabalho e, tendo que fazer frente ao desemprego estrutural e aos demais processos de exclusão social, os atores da economia popular organizam seus empreendimentos, individual ou associativamente, contando para tanto com a sua própria força de trabalho.

## **1.2. Economia Solidária**

O termo Economia Solidária, em geral está associado a práticas de produção, consumo, comercialização e serviço em que, com graus variados, prevalecem, entre

outros aspectos, a participação democrática coletiva, autogestão, cooperação, intercooperação e a promoção do desenvolvimento econômico socialmente orientado e ambientalmente sustentável.

Contrasta, e por vezes se coloca em oposição, à sociedade capitalista. Nesta, organização econômica e social estão sob ditadura do capital.<sup>4</sup> Assim, a economia solidária se propõe a combater o poder dos capitalistas, que provem da propriedade privada e da apropriação de mais trabalho social e, em determinar, segundo seus interesses o planejamento da economia.

Para SINGER:

A Economia Solidária não é uma criação conceitual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. [...] é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.[...] A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando (2003, p 13).

Na concepção de ARRUDA, afirma:

[...] a economia solidária é uma alternativa ao capitalismo. A economia que nós precisamos está começando a ser construída em muitos espaços no Brasil. É a economia em que o valor central não é mais o capital, mas sim o ser humano, a sua capacidade criativa, o seu conhecimento, o seu trabalho[...] (2000, p. 11).

A Economia Solidária aparece como conceito no início da década de 1990, por intermédio de RAZETO com a seguinte definição:

---

<sup>4</sup> Ver MANDEL (1982, p. 170). Nesta obra, apresentada por Paul Singer, o autor afirma, p.170, “ a combinação da tendência à redução do tempo de rotação do capital fixo com a tendência à limitação da liberdade de barganha dos sindicatos esclarece uma lei mais geral: a coerção inerente ao capitalismo tardio para ampliar o controle sistemático sobre todos os elementos dos processos de produção, circulação e reprodução, um controle sistemático que é impossível sem uma arregimentação crescente da vida econômica e social como um todo. Essa lei tem uma de suas principais fontes na enorme concentração de poder econômico nas mãos de umas poucas dúzias de grandes empresas e grupos financeiros na totalidade dos estados capitalistas”.

[...] formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas (1993, p. 40).

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida das comunidades onde estão e também da população em geral. Deve-se entender a Economia Solidária como sendo mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego, distribuição de renda e a exclusão social que em seu processo:

Aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, ou coletivamente [...]. (FARID, 2002, p. 23. *apud* SINGER, 1998)

Com relação à composição de classe deste movimento, SINGER, afirma:

Estas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios de socialização de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas, mas não antagônicas: ou são possuidores de meios de produção e distribuição e, para ganhar a vida dependem a venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida. As duas frações da classe trabalhadora dependem da sua atividade produtiva para sobreviver, semelhança que possivelmente explica a tendência de as associações que formam pautarem-se pelos mesmos princípios (2003, p. 15).

As diferentes formas de manifestação do movimento de economia solidária se reconhece em práticas, sejam para, criar força conjunta através do próprio trabalho, sejam para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível.

Enquanto movimento social atua através do exercício da solidariedade consciente, articulando interesses individuais aos coletivos.

Sua unidade básica é composta geralmente de associações e cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito.<sup>5</sup> Os empreendimentos, de forma geral, se diferenciam tanto na sua forma de organização interna quanto no seu modo de articulação com a sociedade, ou com a comunidade em que atuam.

Diferente dos primeiros anos do movimento de economia solidária no Brasil, onde uma das características marcantes era a existência de iniciativas “isoladas” umas das outras e da praticamente inexistência de um fórum coletivo de formulação, na atualidade se percebe um amplo e organizado processo de reflexão coletiva sobre a definição de o que é Empreendimento Econômico Solidário (EES). Este processo de organização, um passo a frente, dentre outras coisas, se materializou no “Mapa da Economia Solidária no Brasil” concluído no ano de 2006. Considerando este processo os Empreendimentos Econômicos Solidários compreendem as organizações:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;

---

<sup>5</sup> O mapeamento, “Atlas da Economia Solidária no Brasil” é resultado de um esforço nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/TEM) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realizado em 2005 e concluído em 2006, apontou que 70% dos 14.954 empreendimentos solidários existentes no Brasil foram criados entre 1990 e 2005 e que deles participam um milhão e duzentos e cinquenta mil trabalhadores e trabalhadoras, por meio de múltiplas formas de organização, nas quais predominam as associações, com 54%, vindo em seguida os grupos informais com 33% e as cooperativas com 11%. Ver o mapa na íntegra pelo sítio: <<http://www.mte.org.br>>. Acesso em: 15 Ago. 2005.

e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Os argumentos de Singer (2003), em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária levam em consideração a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores. Com esta lógica de processo, a economia solidária, compartilha-se com os esforços historicamente acumulados pelos trabalhadores em se auto-educar a partir do seu trabalho.<sup>6</sup>

Economia solidária e educação popular são dois aspectos chave que se complementam na construção e fortalecimento da luta pela libertação da classe trabalhadora. como justifica Gadotti (1993, p. 7), “é difícil, para não dizer impossível, desenvolver processos educativos com setores populares, desvinculados da produção. Promover um dos aspectos sem o outro se constitui um equívoco”.

Na abordagem de NUÑEZ, uma economia solidária não pode ser concebida nem desenvolvida fora do contexto de um projeto em disputa na sociedade:

[...] que lhe dê sustentação. A grande diferença, em relação às revoluções anteriores, está em que, na economia solidária, não é preciso esperar pela tomada do poder político para que os avanços aconteçam [...] ela mesma é parte da tomada do poder político, ela mesma é parte da revolução, ela mesma é parte da transição e da construção do socialismo (1998, p. 1).

### **1.3. Economia Popular Solidária**

A Economia Popular Solidária (EPS) surge no contexto de exclusão social com a prática de trabalho solidário protagonizada por trabalhadores em condição de desemprego e opressão. Embora nascendo dentro do modo de produção capitalista, resiste e se desenvolve ao apresentar-se como um movimento social de

---

<sup>6</sup> Com relação ao processo histórico de luta dos trabalhadores por uma nova sociedade, onde a economia política a ser construída é central, é fundamental termos como referência o que já foi construído ao longo da história, a exemplo, as diferentes Repúblicas Populares, os conselhos operários, a autogestão operária, etc. No entanto, é latente a dificuldade do pesquisador conseguir reunir material sobre estes processos revolucionários. Mesmo ao que hoje está sendo construído como China, Cuba, Coréia do Norte, Vietnã, o acesso ainda é, sobretudo restrito ao pesquisador. Seria fundamental o próprio movimento de economia solidária, talvez, retomar esta historicidade para que assim possamos construir o novo em bases mais sólidas.

experimentação de autogestão coletiva do próprio trabalho, gerando trabalho e renda e construindo um novo tipo de desenvolvimento social centrado no trabalho coletivo, na solidariedade, no protagonismo popular, na justiça social e no respeito ao ambiente.

A Economia Popular é distinta da Economia Solidária, mesmo que possam interagir sobre si próprias. Há, como visto, ações da economia popular que não são solidárias, como naquelas, onde a busca de solução dos problemas é no plano individual. Da mesma forma, a Economia Solidária pode ser representada por ações de origem não-popular, como organizações religiosas e as não-governamentais (ONGs) que desenvolvem atividades de apoio e financiamento aos empreendimentos.<sup>7</sup>

As atividades econômicas que podem ser classificadas como tendo origens populares e também solidárias, são práticas que, através da autogestão, privilegiam a solidariedade entre a classe daqueles que sobrevivem do seu trabalho. O centro da busca de alternativas econômicas esta em viabilizar o viver imediato e estratégico, ou seja, a sobrevivência e a construção política de seu futuro.

Segundo o Programa estadual de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1998-2002), o conceito refere-se a ações que se manifestam de duas formas a partir dos trabalhadores:

A primeira delas surge da organização de trabalhadores subempregados ou desempregados atuantes na economia informal ou que fundam associações e cooperativas de produção e prestação de serviços. Esses empreendimentos enfrentam dificuldades como a desqualificação técnica e gerencial, restrito acesso a tecnologia e financiamento, fragilidade de inserção no mercado e, em muitos casos, pequena geração de renda para seus associados, dado o baixo valor agregado de sua produção. Dentre estes empreendimentos, estão as cooperativas, de recicladores de lixo e de produção de alimentos. A segunda forma nasce da mobilização dos trabalhadores oriundos do mercado formal, na iminência a falência e

---

<sup>7</sup> Ver como maior detalhe no Capítulo 3 desta dissertação o caso do projeto Esperança/ Coesperança de Santa Maria-RS, onde a permanência do personalismo e da centralização do poder decisório é uma prática também observada por ICAZA, Ana Mercedes. Embora a Cáritas e seus convênios internacionais sejam entidades de reconhecido trabalho no financiamento e formação de trabalhadores, sobretudo os desempregados, não podemos a nosso ver caracterizá-las como de economia popular solidária, mas sim, com economia Solidária.

redução dos postos de trabalhos. Neste caso, os trabalhadores assumem coletivamente o controle de empresas falimentares (2001, p. 43).<sup>8</sup>

O termo Economia Popular Solidária (EPS), pode ser também desdobrado em seus princípios conceituais de unidade. Não é difícil nos defrontarmos com opiniões de que o termo por si só é contraditório quando reúne elementos que são separados pela ideologia capitalista: a Economia e a Solidariedade.

A Economia, no entanto, é e está no centro das atividades e relações sociais humanas. É base da organização social, do produzir e distribuir o necessário à sociedade de seu tempo e espaço como também na sustentabilidade das gerações futuras.

O Popular, para definir um conteúdo de classe, não porque é de “pobre”, de miserável, de “coitadinho”, de excluído pela sociedade capitalista. Popular porque é do povo, é das pessoas desprovidas dos meios de produção, é dos trabalhadores e trabalhadoras, que compõem uma classe social bem delimitada pelo sistema capitalista. Quaisquer elaborações que não levem em conta a sociedade de classes em que vivemos pode, de forma coerente, se reivindicar transformadora.

O Solidário porque são empreendimentos integrados em um sistema coletivo, de valores humanos, democrático e participativo. Não a solidariedade da esmola, mas do trabalho conjunto e da repartição eqüitativa dos resultados, do servir à sociedade, sem exploração, sem acumulação privada.

Economia Popular Solidária é o conjunto inseparável destes valores e práticas. No entanto, não é difícil encontrarmos conceituações de Economia Solidária que abarcam somente um ou outro destes aspectos, como por exemplo, as

---

<sup>8</sup> Segundo o Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001, que institui o Programa de Economia Popular Solidária, pode acessar os empreendimentos que atendem os seguintes critérios gerais: I- Contar com, no mínimo, cinco trabalhadores associados; II - Adotar a autogestão como instrumento de gestão; III-Organizar, preferencialmente, na forma societária de Cooperativa, incluindo ainda as Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, Associações, Sociedade Anônima de Capital Fechado; IV-Desenvolver atividades econômicas, organizadas coletivamente, exceto a atividade agrícola familiar; V-Adotar o trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados e a propriedade coletiva do patrimônio; VI-Ter como objetivo o domínio do processo produtivo; VII-Limitar a contratação de trabalhadores não associados, quando necessária, no máximo a 10% do total de trabalhadores associados; VIII-Promover a saúde do trabalhador; IX-Adotar mecanismos de controle e de correção do impacto ambiental provocado pelo processo de produção. Tendo ainda como parágrafo único grupos informais, em processo de organização, que atendam aos critérios deste artigo, também poderão participar do Programa, recebendo assessoria para sua capacitação e formalização. Assina este decreto o Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil e o Governador do Estado Olívio Dutra.

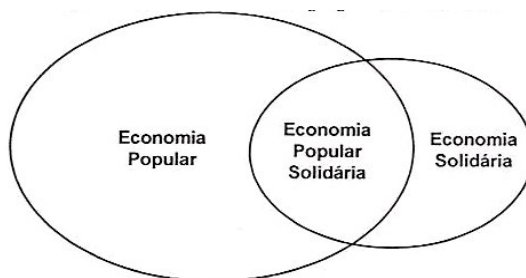


cujo foco está no Popular, mas não necessariamente no coletivo, provocando uma grande dispersão no conceito e na consciência coletiva.

Quando nos referimos à economia popular solidária, não estamos nos referindo, portanto a empreendimentos baseados na caridade e na filantropia, mas sim, em empreendimentos onde prevaleça uma nova prática nas relações de trabalho, centrada no desenvolvimento humano e voltada para o atendimento das necessidades coletivas, onde a prática da autogestão e cooperação é fator em permanente construção. Segundo GAIGER, este fenômeno apresenta as seguintes características:

a) Compreende as alternativas econômicas para as quais acorrem indivíduos que vivem ordinariamente da venda da sua força de trabalho e nas quais encontram guardada as categorias sociais postas à margem dos sistemas convencionais de geração e distribuição da riqueza, ausentes no mercado e no Estado. Tais práticas expressam uma reapropriação da experiência operária do trabalho, reconvertida por princípios de socialização e autogestão; majoritariamente, estão ancoradas na economia familiar dos setores populares, da qual são um prolongamento e onde encontram primariamente seu substrato e sua funcionalidade. Em contraposição à economia do capital, em que o fruto do trabalho e o produtor direto estão apartados, a economia popular solidária estaria a caminho de constituir-se numa *economia do trabalho*. b) Por suas características, a economia popular solidária não abarca senão uma fração da economia popular, pois nesta coexistem diferentes princípios valóricos e os mais diversos arranjos – formais, informais, ilícitos – destinados a assegurar a sobrevivência. Além disso, a economia popular, sendo ditada pela lógica da necessidade de gerar renda para o consumo, dificilmente cogita obter alguma margem de acumulação. Já os empreendimentos solidários buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea. Preocupam-se com a eficiência e com a realização de benefícios que garantam a sua viabilidade financeira. Almejam ultrapassar o nível de subsistência e manejar estratégias de crescimento. c) Essas práticas econômicas populares inserem-se no fenômeno mais amplo da *economia solidária* ou *alternativa*, a qual abrange uma multitude de segmentos sociais, agentes e instituições. A economia solidária alinha-se como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista, porém de acentuada tendência a encetar iniciativas concretas, direcionadas ao desenvolvimento humano integral, isto é: individual, social e ecológico. Inclui bancos cooperativos, mutualidades de bens e serviços, redes de comércio alternativo e, sobretudo, incontáveis associações de pessoas, reunidas livremente com o objetivo de desenvolver atividades econômicas, criar postos de trabalho e vivenciar relações solidárias, entre si e com a sociedade. Confluindo das diferentes situações concretas de onde brotam, nas quais assentam suas identidades particulares, tais iniciativas visualizam uma perspectiva de unidade no horizonte que as motiva a práticas de colaboração e à infusão de valores como a justiça, a equidade, a autonomia e a gratuidade (2000, p.5).

Visualmente podemos delimitar melhor a diferença entre a economia popular, a solidária e a popular solidária:



**FIGURA 1: A Economia Popular Solidária**

Fonte: Gaiger, (2000, p. 6).

Na figura 1, podemos melhor visualizar cada setor, observando que cada um possui peculiaridades e características próprias. Porém, vale lembrar, que esses setores possuem muitas características comuns, e que a intersecção desses dois setores origina Economia Popular Solidária (EPS) ou os Empreendimentos Populares Solidários. A EPS irá então abranger as atividades e organizações que atuam concomitantemente em ambos os setores. Para tal, a Economia Popular deve assumir as características da Economia Solidária e vice-versa.

A base material e conceitual da EPS é a autogestão. Assim, o empreendimento de Economia Popular Solidária busca ser um empreendimento autogestionário. São sinônimos. Enquanto autogestão podemos resgatar a definição feita pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG):

A Autogestão não se define apenas através de conceitos e princípios. Caracteriza-se como um movimento de construção pelo qual o trabalho e as relações entre as pessoas buscam resgatar o dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e convivem.[...]. A construção da Autogestão e da Economia Solidária pressupõe, no mínimo, coerência entre os princípios e práticas solidárias. Esta é a diferença. A cooperação e a confiança devem prevalecer sobre a competição, porque concorrência,

individualismo e dependência não apenas inibem, mas simplesmente, destroem a possibilidade e a perspectiva da criação de uma sociedade livre e fraterna, onde o ser humano seja o centro de nossas preocupações (2005, p 3).

O empreendimento de EPS deve estar agindo dentro de práticas e ações políticas e sociais internas e externas ao empreendimento, diferente dos padrões das empresas capitalistas, tanto na sua relação interna de transparência administrativa, na propriedade e gestão coletiva dos meios de produção ou comercialização, na valorização do trabalho humano como centro de existência e na forma e conteúdo de suas relações sociais externas com o conjunto da classe.<sup>9</sup>

É pertinente aqui a importante contribuição do economista e militante da EPS KAPRON referente ao potencial estratégico de que a Economia Popular Solidária tem a contribuir com a luta anticapitalista:

Sem ter a ilusão de que uma lenta ocupação de espaços vá derrubar o poder do capital, o que este movimento traz para a luta socialista, é a possibilidade de combinar as ações institucionais e dos movimentos sociais com a construção de espaços de controle e autogestão da produção e da renda, e assim, reforçar a luta contra o capital e avançar numa dualidade de poderes de um verdadeiro programa de transição (2003, p 3).

Este acúmulo de forças anti-capitalista tem como fundamento construir e fortalecer a gênese de novos espaços de organização popular na gestão e controle da economia pelos trabalhadores. É portanto a Economia Popular Solidária, um acúmulo prático/teórico renovado da luta histórica pelo socialismo.

---

<sup>9</sup> É definidor o fato de que a economia popular solidária seja parte do conjunto das lutas sociais da classe trabalhadora, participando em seus fóruns deliberativos.

## **CAPÍTULO 2**

### **O MUNDO DO TRABALHO, SUAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Neste capítulo é abordado a conformação do trabalho no capitalismo contemporâneo, em especial, a partir das mudanças e transformações implementadas a partir dos anos 1970 do século XX. Apresentamos, embora de forma superficial, o que entendemos ser hoje os elementos centrais do debate sobre o desenvolvimento da economia política capitalista. É tratado ainda aqui a formação e desenvolvimento da economia popular solidária no Brasil através de diferentes experiências e estudos de e sobre a economia solidária a partir dos anos 1980.

#### **2.1. O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**

As transformações implementadas pelo capitalismo, sobretudo nas últimas décadas, vêm alterando de modo intenso o mundo do trabalho e as condições de vida da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>10</sup>. Mudanças que se materializam em retrocesso nas conquistas sociais do período histórico do pós-guerra, reestruturação das atividades produtivas, crescente incremento e renovação tecnológica e sustentação política neoliberal. Somadas, têm acarretado em desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho, aumento de jornada e na privatização de

---

<sup>10</sup> A definição de *Classe-que-vive-do-trabalho* vem sendo utilizada por Antunes (2000).

ações que até então estavam sob responsabilidade conjuntural e/ou programática<sup>11</sup> do Estado.

Ao abordar este contexto, onde o trabalho se situa hoje, de imediato nos deparamos, sobretudo no meio acadêmico, frente a um questionamento ideológico sobre a validade da utilização da categoria trabalho para explicar a lógica de acumulação do capitalismo. Sustentado desta forma, recentemente o trabalho passou a ser tratado de forma superficial, menos abrangente e, em várias vezes, restrito à discussão sobre o funcionamento do mercado de trabalho, mais especificamente à situação focada na relação entre oferta e demanda de mão-de-obra (POCHMANN, 2000).

O trabalho, em seu sentido mais amplo e dialético, não representa uma categoria à parte da sociedade, separado do conjunto do movimento geral da história, pelo contrário, está na própria formação e constituição da humanidade. Para o entendimento deste processo histórico resgatamos a contribuição de Engels em seu texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, escrito em 1876:

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregado de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (...) primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano (ENGELS, s/d, p. 269 - 272).

A partir do trabalho é que podemos entender a centralidade do modo capitalista de produção. Neste tipo de organização social, o trabalhador encontra-se separado de seus meios de produção e reprodução da vida. Nesta condição, de classe desprovida dos meios de produção, o produtor/trabalhador está condicionado

---

<sup>11</sup> Fazemos aqui esta “separação” à responsabilidade conjuntural do Estado como relação às funções que hoje ainda encontra-se em processo de privatizações como educação, saúde, previdência e as políticas de renda mínima, para de forma simples indicar que o período conhecido como o “Estado de Bem-Estar Social” estava dentro da ótica da exploração e acumulação capitalista. O compromisso programático ao qual nos referimos coloca-se com relação às experiências levadas a frente pelos interesses da classe operária, na construção das políticas de transição socialista implementadas, sobretudo no leste da Europa.

materialmente a sobreviver da venda de sua força de trabalho, no ritmo e interesse, da classe, agora proprietária dos meios de produção. Resgatando Engels (s/d, p. 27), agora em seu texto *O Capital de Marx*, escrito em 1868, os elementos essenciais do processo de trabalho, ao qual o trabalhador está submetido no capitalismo, são desnudados:

O capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe fornece a quantidade de trabalho representada pelo trabalho semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, *terá reembolsado* ao capitalista na noite de quarta-feira *o valor integral de seu salário*. Mas deixa êle de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe comprou o trabalho de *uma semana*: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Êsse *sobretalho* do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a *fonte da mais-valia*, do lucro, do incremento progressivo do capital (ENGELS, s/d, p. 27).

Pelo que podemos observar, o trabalho tem seu sentido dialético pela duplicidade pela qual se apresenta em sociedade. Ou seja, o trabalho como sendo, junto com a natureza, “a condição básica e fundamental de toda a vida humana”, e, na sociedade capitalista, onde o produtor é separado do meio de produção, o trabalhador torna-se espécie de escravo de outros homens, uma vez que, é condicionado vender o que lhe resta, sua força de trabalho.<sup>12</sup>

Ricardo Antunes (2005) analisa este processo dialético do trabalho a partir da utilização de dois termos, em Inglês, distintos na obra de Marx, “Work” e “Labour”:

O primeiro termo (*work*), mais dotado de positividade, é por isso expressão mais aproximada da dimensão concreta do trabalho, que cria valores socialmente úteis e necessários. O segundo termo (*labour*) expressa a

<sup>12</sup> “Si, por otra parte, se examinan las estadísticas de reparto de la fortuna privada, se verifica que la inmensa mayoría de los obreros, podría decirse el 95%, que una gran mayoría de los empleados (el 80 o el 85%) no consiguen ni siquiera constituir pequeñas fortunas, ni un pequeño capital, es decir, gastan todas sus rentas, y que, en realidad, las fortunas se concentran en una fracción muy pequeña de la población. En la mayoría de los países capitalistas, el 1%, o el 2, o el 2,5, 3,5 o el 5% de la población poseen el 40, 50 ó 60% de la fortuna privada del país, quedando el resto en manos del 20 ó el 25% de esta misma población. La primera categoría de poseedores la constituye la gran burguesía; la segunda categoría es la de la burguesía media o pequeña. Y todos cuantos quedan fuera de estas categorías no poseen prácticamente nada más que bienes de consumo (en los que a veces se incluye una vivienda).” MANDEL, Ernest. Inciación a la Economía Marxista. In.<<http://www.ceip.org.ar/bibliot>> Acesso em: 03 Jul 2006.

dimensão cotidiana do trabalho sob a vigência do capitalismo, aproxima-se mais da dimensão abstrata do trabalho, do trabalho alienado e desprovido de sentido humano e social. (...) O trabalho entendido com *Work*, seria expressão de uma atividade genérico-social, voltada para a produção social de valores de uso, sendo por isso o momento da predominância do trabalho concreto. Em contrapartida, ao usar o termo *labour*, a ênfase se volta para as atividades estranhas e fetichizadas, que configuram o trabalho assalariado (ANTUNES, 2005, p. 73-74).

A importância dada até aqui ao sentido dialético do trabalho, não se constitui como elemento secundário, pelo contrário, tem centralidade. Optamos de forma puramente metodológica, em delimitar nossa análise, a partir das mudanças e transformações que vão ser vivenciadas pela classe dos trabalhadores, sobretudo a partir dos anos 70, na base produtiva e política do desenvolvimento do capitalismo.

Na literatura especializada, como: Gorz (1980), Antunes (2000, 2005), Harvey (1998), Pochmann (1995), Singer (1999), Prieb (2005) há um relativo consenso no fato de que o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário.

Perplexidade esta que em muito diz respeito ao ascenso da luta de classes que se percebe não só na Europa mas também em outros continentes e ao esgotamento ou limitação do chamado regime Fordista de produção que se mantinha como paradigma até início dos anos 1970.<sup>13</sup>

Como lembra Harvey (1998), a implantação do fordismo, padrão de desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, é muito mais complexa do que faz supor a mera apropriação do nome de Henry Ford para o processo. O papel de Ford, que introduziu o sistema de um dia de trabalho e oito horas com o pagamento de cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem automotiva, também foi de articular, certas “tendências bem estabelecidas” no alvorecer do século XX.

Para além do uso de inovações tecnológicas e organizacionais, bem como do formato corporativo nos empreendimentos de que Ford se apropriou e que já estavam em curso, muitos desde o século XIX, vale lembrar a composição que ele

---

<sup>13</sup> “o núcleo do sistema fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguir manter a expansão do período pós-guerra – que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram a um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.” In. Harvey, David. *A Condição Pós-Moderna*. P.134.

faz das idéias de Frederik W. Taylor, centradas no método e na organização do trabalho, apontava para uma radicalização do processo de separação entre a concepção e a execução do trabalho.

BRAVEMARMN (1987) aborda o estudo sistemático sobre a gerência que se inicia com os economistas clássicos, “os primeiros a cuidar, de um ponto de vista teórico, dos problemas da organização do trabalho no seio das relações capitalistas de produção” e que vai tomando forma de “movimento da gerência científica” com Taylor em seu tratado sobre *Os princípios da gerência científica*<sup>14</sup>, no início do século XX. O autor complementa:

A gerência científica, como é chamada, um empenho no sentido de ampliar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. [...] suas posições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência da uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessas condições, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição “natural”. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura da gerência nas armadilhas da ciência (1987, p. 82-83).

Após afirmar que as diferenças de Taylor e Ford colocavam-se no fato de que o segundo tinha a visão, o reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, HARVEY expõe:

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que *consumissem os*

---

<sup>14</sup> No primeiro princípio Taylor define a função do Administrador “o administrador assume... o cargo de reunir o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas”; no segundo princípio “Todo o possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto”; no terceiro “é que cada operário tornou-se mais especializado em seu próprio ofício do que é possível a qualquer um ser na gerência, e que, em conseqüência, os pormenores de como o trabalho será mais bem feito devem ser feitos por ele. O trabalho de todo o operário é inteiramente planejado pela gerência pelo menos com um dia de antecedência, e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas, pormenorizando a tarefa que deve executar, assim como os meios a serem utilizados ao fazer o trabalho”. In. BRAVERMAN, Harry, op. cit., p.108-109.



*produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores.* Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção em massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer. (o grifo é nosso) (1998, p. 122).

ANTUNES sistematiza o taylorismo-fordismo trazendo novos elementos à discussão:

Entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração e execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/ consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (2000, p.25).

Por mais geral que seja a forma pela qual tentemos reconstruir as características fundamentais do sistema fordista, esta caracterização se faz necessária. No contrário, facilmente perderíamos a sua importância e localização histórica na luta de classes.

O pós-guerra é o período de reconstrução da Europa, destruída pelos anos de guerra, assolada pelo desemprego e fome. Neste momento de crise a classe trabalhadora começa a tomar para si os caminhos do seu futuro. A unidade anti-fascista não é mais fundamental. Os liberais, mesmo organizados através da sociedade Mont Pelerin, fundada em 1947 na Suíça, não se constituem como alternativa perante a realidade social. Percebe-se, no entanto, os socialistas e comunistas tendo um avanço territorial e ideológico que do Leste agora ocupam praticamente metade da Europa, como também, influenciando e dirigindo processos revolucionários em outros continentes.

Dada esta realidade de luta classes, reafirmar o capitalismo como projeto viável para a sociedade é uma questão de sobrevivência para a burguesia. DOBB em sua obra, *A Evolução do Capitalismo*, escrita em 1945, vai pontuar este processo histórico:

Em primeiro lugar, a extensão marcante na América e na Europa Ocidental, das atividades econômicas do Estado: isto é, desenvolvimento em grande parte novos, tanto em grau quanto em espécie, daquilo a que se tem chamado variadamente capitalismo de Estado ou capitalismo monopolista de Estado. Em segundo lugar, registra-se, em escala mundial, uma modificação radical na posição de grandes áreas do setor anteriormente colonial e semicolonial, principalmente na Ásia e na África, e, conseqüentemente, nas relações, tanto políticas quanto econômicas, entre elas e os países imperialistas aos quais se achavam antes subordinadas (1987, p. 386).

O que se sucede é que entre 1945 e 1973 o capitalismo passou por uma fase de prosperidade econômica e social. Uma mudança qualitativamente melhor, ao menos na Europa, nas condições de vida dos trabalhadores e da sociedade em geral.

Segundo Pochmann (1995, p. 32) durante o período posterior à Segunda Guerra, mais conhecido por *trente glourese* ou *golden age* a evolução do capitalismo foi marcada de maneira singular pelas políticas do trabalho e de garantia de renda dos trabalhadores de salário de base. Resgatando os índices levantados por este autor, as taxas de desemprego entre os anos 50-73 ficaram em patamares reduzido, na Alemanha 1,9%; Estados Unidos 3,6%; França 2,0; Inglaterra 2,7 e Itália 4,9. Somados a estes dados podemos perceber um processo de maior universalização do acesso à educação e a saúde, ao consumo.

No entanto, os dados acima apresentados devem ser entendidos como conquistas do mundo do trabalho e não como concessão do capital. Pois, embora representem em grande medida o atendimento de várias das pautas políticas dos trabalhadores e suas organizações, sobretudo os sindicatos se tornaram fortes e representativos, o termômetro da consciência de classe em luta apontava também à revolução. SINGER (1998) aborda o contexto internacional de contestação ao sistema capitalista hegemônico:

Durante estes anos, a era das revoluções não só prosseguiu mas, inclusive, se intensificou. Nunca houve tantas revoluções num período tão curto, inferior a três décadas. Para começar houve as revoluções "comunistas", inspiradas pela Revolução de Outubro, na Iugoslávia, na China, na Indochina (Vietnã e arredores), em Cuba, sem contar com os golpes de estado favorecidos pelas tropas de ocupação do exército vermelho em vários países da Europa Oriental etc. depois houve as revoluções para a libertação das colônias, numerosas demais para serem enumeradas. Basta refletir que, durante os anos dourados, a revolução colonial estendeu-se ao conjunto da Ásia, da África e do Caribe, levando à emancipação da grande maioria dos países antes submetidos ao domínio colonialista (1998, p 162).

Como apontado anteriormente, o início dos anos 1970, foi marcado por uma rápida transição no regime de acumulação capitalista. Um conjunto de fatores vai desencadear esta transição, onde, as atividades ligadas ao processo de produção e venda das mercadorias começam a se reestruturar. Entre eles vamos destacar: as lutas sociais, que acima definimos seu potencial de questionamento; o surgimento no cenário internacional, de uma crescente disputa intercapitalista por mercados, já que nos anos 60 Alemanha e Japão surgem como economias em condições de disputar mercado, com custos reduzidos e mercado consumidor, com a economia norte-americana; a introdução acelerada de inovações tecnológicas; a rigidez do fordismo em se adequar ao contexto de transição; e a crise do petróleo que acaba por aumentar o custo de produção.

PRIEB analisa que a "crise de acumulação capitalista" e "reestruturação produtiva" são integrantes do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, recursos que são utilizados historicamente pelo capitalismo em não retroceder na busca incessante do lucro. O autor diz que:

Visando minimizar a crise de acumulação capitalista, é que no último quartel do século XX as inovações tecnológicas crescem a passos largos. Observa-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica, da microeletrônica, da automação, da cibernética, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, que implicam em sensíveis alterações na produção, nos transportes, na comunicação, na cultura (2005, p. 26).

Dada a imposição da crise e os interesses de concorrência e acumulação entre as economias capitalistas, se desenvolvem os pilares de uma transição que ainda está em conformação. No entanto, a proliferação de novas formas de

organização produtiva à “acumulação flexível”, “modelo japonês”, “modelo Toyota” ou “Ohno”<sup>15</sup> e seus derivados são cada vez mais presentes nas fábricas.

Em contraposição ao fordismo, ANTUNES define o toyotismo:

Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/ produtos (2000, p 34).

A partir daí, os indicadores sociais, com relação às condições de vida da classe trabalhadora, começam a se alterar e generalizar de forma negativa. Conforme os dados apresentados por Pochmann (1995), próximo do ano dois mil, as principais economias capitalistas, por contabilizarem cerca de 35 milhões de desempregados e de 44 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, não deixam de lembrar, guardadas as devidas proporções, alguns dos sinais de miséria e de manifestação das hordas de mendigos que movimentaram as cidades industriais francesas e inglesas do século passado.

Em muitos países do mundo, são implementadas políticas de desmantelamento e privatização da ação do Estado, os Mont Pelegrinos da suíça agora se reorganizam em Davos, as relações de trabalho são flexibilizadas, a informalidade do trabalho cresce a passos largos, precarização do trabalho e mais horas de trabalho estão fazendo parte dos trabalhadores, de suas famílias.

Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam estabilidade, se reduziram drasticamente. Em muitos casos, o próprio Estado formula programas de demissão voluntária. A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado que detém algum tipo de emprego formal. Formas precárias de trabalho,

---

<sup>15</sup> A origem destes termos são referentes à “família que controla a Toyota que se chama Toyoda. Esta enriqueceu no ramo têxtil. Em seguida, 1933, ela se voltou para a indústria automotiva.”. Já “Talichi Ohno foi engenheiro ingresso nos anos 30 na fábrica dos Toyoda, após em 1947, empregado do setor automotivo”. Estes elementos são abordados por GOUNET, Thomas. **Fim do Trabalho, Fim do Emprego?**, p. 102. In. CARRION, R; VIZENTINI, P (org.). **A Crise do Capitalismo globalizado**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

terceirização, de subcontratação, passaram a ser utilizadas crescentemente, incorporando-se às práticas das empresas. Aumentou a fragmentação do trabalho, fragilizando os sindicatos como representação legítima dos trabalhadores.

O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza, ausência de perspectiva. O trabalho informal tornou-se uma alternativa freqüente para os excluídos do mercado de trabalho formalizado. Com relação aos dados sobre o trabalho em informalidade apresentados pelo *Panorama Laboral/97* (OIT), no período de 1990-1996, o percentual dos novos empregos, divididos entre os setores formal e informal, demonstra que a informalidade apresentou os seguintes índices: “53% na Argentina, 81% no Brasil, 29% no Chile, 37% na Colômbia, 51% na Costa Rica, 58% no México, 38% no Panamá, 68,7% no Peru e 77% na Venezuela (PRIEB, 2005, p. 197)”.

Para mensurar empiricamente estas características anti-trabalho do capitalismo atual, Matoso (1994) analisa uma tendência do processo de reestruturação em “*redução crescente do emprego industrial*” entre 1980-1989 na Europa e países da OCDE. Alemanha (43,7- 39,8); Estados Unidos (30,5- 26,7); França (35,9- 30,1); Inglaterra (37,7- 29,4); Itália (37,9- 32,4); Japão (35,3- 34,3); Suécia (32,2- 29,4); CEE (37,8- 32,4); OCDE total (33,8- 29,9). Como conclusão “*apesar de crescimento econômico*” os empregos na fábrica decrescem. No entanto, Estados Unidos, Japão (“berço” do Toyotismo) e Suécia não são regra em termos absolutos. Segundo os dados da OCDE (1991), é apresentado pelo autor com relação à participação do emprego no setor terciário entre 1968-1989 apresenta a seguinte tendência:

No início da década de setenta, apenas os Estados Unidos e o Canadá superavam o nível de mais de 60% do emprego localizado neste setor. Em 1980, oito países chegavam a este valor e, no final dos anos oitenta, mais de doze países ultrapassavam aquela proporção. Nos Estados Unidos, o emprego no terciário, no final da década de oitenta, superou os 70% da população economicamente ativa civil, enquanto na Alemanha, no Japão e na Itália não alcançava os 60% (MATOSO, 1994, p. 527).

Com este quadro de transformações, Gorz (1987) e Rifikin (1996), entre outros autores, lançam sistematicamente questionamentos, sobretudo a partir dos anos 80, acerca da validade de se manter a centralidade da categoria trabalho como fator explicativo da criação de riqueza capitalista atual. Como conseqüência,

portanto, o “falecimento” da classe trabalhadora como classe centralmente revolucionária na superação positiva do capitalismo, seja, na construção do socialismo. Insiste GORZ:

Não se coloca mais, para o trabalhador, como uma questão o libertar-se *interior* do trabalho, nem o tornar-se senhor do trabalho, ou conquistar o poder no contexto desse trabalho. A única questão é liberar-se *do* trabalho, recusando, ao mesmo tempo, a natureza, o conteúdo, a necessidade e as modalidades. Mas recusar o trabalho é também recusar a estratégia tradicional do movimento operário e suas formas de organização; não se trata mais de conquistar o poder como trabalhador, mas de conquistar o poder de não-funcionar mais como trabalhador. Não se trata, de maneira alguma, do mesmo poder. A própria classe entrou em crise. (...). Essa idéia está tão ultrapassada quanto o próprio Proletariado, porque, em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e como todas as formas de dominação (1978, p.87).

Outro dos autores que advogam o fim da centralidade do trabalho encontra-se o sociólogo norte americano Jeremy Rifkin <sup>16</sup>. O autor afirma:

Uma coisa é certa. Estamos entrando em um novo período da História em que as máquinas, cada vez mais, substituirão o trabalho humano na produção de bens e serviços. Embora, prazos sejam difíceis de prever, estamos nos caminhando sistematicamente para um futuro automatizado e provavelmente chegaremos a uma era sem trabalhadores (RIFIKIN,1996, p. 313).

Este posicionamento ideológico, sobre a “feneçidade” da classe trabalhadora, opõe-se frontalmente ao que o Marx vai afirmar em *Crítica ao Programa de Gotha*, escrita em 1875, contribuição à formação do Partido Socialista Operário da Alemanha. Nesta obra, Marx aponta que é justamente na manutenção da propriedade privada das “condições materiais de trabalho” do próprio trabalho enquanto “*labour*”, não na aparência, na subjetividade em si, de *persona*, o determinante para que possamos definir a existência ou não das classes sociais em sociedade. Vejamos como MARX vai abordar:

---

<sup>16</sup> Em seu livro “*O fim dos empregos*” escrito em 1996, autor e obra que raramente não estão presentes nas bibliotecas dos cursos de administração de empresas e de ciências contábeis.

Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário diante da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, seu trabalho converte-se em fonte valores de uso, e, portanto, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões muito fundadas para atribuir ao trabalho uma força criadora sobrenatural; pois precisamente do fato de que o trabalho está condicionado pela natureza deduz-se que o homem que não dispõe de outra propriedade senão sua força de trabalho, tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens, da aqueles que se tornaram donos das condições materiais de trabalho. E não poderá trabalhar, nem, por conseguinte viver, a não ser com a sua permissão (s/d, p. 209)

Em contraponto as formulações do fim da centralidade do trabalho, ANTUNES (2000) e PRIEB (2005) vêm analisando os dados referentes ao mundo do trabalho, sobretudo no que se refere, a sua importância na sociedade atual.

Com o objetivo de fazer uma descrição e análise sobre o que realmente está ocorrendo no mundo do trabalho hoje, PRIEB (2005) verificou que, tendo como base os dados em jornada semanal de trabalho, em 13 países de diferentes continentes (1979-1994); jornada de trabalho na manufatura em horas/semanal, 9 países (1976-99) e população trabalhadora em milhões (1976-1999) que no período analisado, vem apresentando sobretudo, nos países da América do Sul, uma duplicação do número de trabalhadores (Brasil de 38.038 para 69.963; Chile de 2.777,3 para 5.432,3; Colômbia de 2.317,6 para 5.640,6). Nos países da América do Sul, de forma semelhante (Canadá de 9.77,0 para 14.531,2; EUA de 88.752,0 para 133.488,0). Os dados dos países, Estados Unidos, Japão, agora apresentados em volume de trabalho em bilhões de horas, no período entre 1960-1996, são os seguintes (EUA de 132 bilhões de horas para 247 bilhões de horas; Japão de 107 bilhões para 123 bilhões de horas de trabalho). PRIEB assim conclui:

A partir da análise destes dados percebe-se mais um indício de que o trabalho, ao invés de declinar, tem apresentado, de maneira geral, uma elevação, ao contrário do que afirmam os autores que tendem a negar o papel do trabalho no capitalismo contemporâneo, e confirmando a tese de que o capital ainda necessita do trabalho para a produção e realização de mais-valia, apesar de todas as modificações que têm se verificado no mundo do trabalho (...). A imagem de uma sociedade em que a produção seja composta apenas por robôs, sem a participação da mão humana, como pode ser verificado, está longe de saltar da ficção para a

realidade(...). As transformações no mundo do trabalho, verificadas nos últimos 25 anos, ao invés da confirmação da tese do fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, revela um aumento cada vez maior do número de trabalhadores assalariados, bem como do volume de trabalho, somado ao fato que, de maneira geral, a produtividade do trabalho, em lugar de aumentar, está declinando. O que está ocorrendo, na realidade, não é uma diminuição do trabalho ou de sua importância no processo de criação de riqueza capitalista, mas uma precarização do trabalho, que passa cada vez mais a conhecer o aumento da exploração facilmente verificada pela ascensão no mundo tanto do trabalho parcial e temporário como do informal (2005, p. 189).

Ao mesmo tempo em que este quadro crítico ao mundo do trabalho e suas organizações se globalizam, também se percebe um movimento no sentido de recomposição de espaços de diálogo e proposição por parte dos trabalhadores. Ainda em formação e por vezes restrito a pequenas “experiências”, ou movimentos isolados, um importante contingente de organizações, movimentos políticos e sociais, militantes de esquerda, de diferentes países vem tecendo a bandeira de que é necessário e possível levar adiante ações concretas para a superação do neoliberalismo e a formação de um movimento anti-capitalista.

Nestes espaços de recomposição e acúmulo de forças, protagonizados por trabalhadores, se desenvolve também práticas econômicas e sociais que, sobretudo a partir dos anos 90, vem levantando a bandeira de que “outra economia acontece” a partir da Economia Popular Solidária (EPS). Essa “outra economia” tem se constituído como espaço de inovações e experimentações no campo do desenvolvimento, organização do trabalho e da produção. A partir de relações baseadas em princípios e valores como a cooperação, a solidariedade, a equidade, a autonomia e democracia, a EPS apresenta uma série de possibilidades quanto à perspectiva de efetivar uma *práxis de trabalho crítico*.

Por outro lado, a economia solidária vem sendo questionada e encarada como mais uma forma de manifestação da precarização do trabalho, de fragmentação dos trabalhadores e de enfraquecimento da ação sindical nas empresas.<sup>17</sup>

A partir do interesse do capital, através da terceirização de algumas atividades de produção e serviços, algumas cooperativas de trabalhadores são utilizadas como forma de reduzir custos e de descaracterizar vínculos trabalhistas.

---

<sup>17</sup> Sobre alguns posicionamentos críticos sobre a economia solidária ver Prieb (2005) e Soares (2006).



PRIEB atualiza o campo da precarização do trabalho também a partir das cooperativas de trabalho identificando-as como “economia solidária”:

Esta forma de organização produtiva, também conhecida como “economia solidária”, busca organizar trabalhadores desempregados ou pertencentes ao mercado informal, muitas vezes agindo estas cooperativas como firmas terceirizadas, apresentando-se ao trabalhador como uma alternativa ao processo de exclusão e miserabilidade a que são submetidos sob o modo de produção capitalista, bem como uma alternativa de desenvolvimento aos países do terceiro mundo. Essas cooperativas de trabalho devem ser analisadas como mais uma forma de precarização do trabalho, pois os trabalhadores, devido ao fato de terem de competir com as grandes empresas, obrigam-se a extrapolar absurdamente a jornada de trabalho, abrem mão de férias, entre outros direitos de que os trabalhadores do setor privado formal usufruem (2005, p. 196).

Como visto, abordar as iniciativas de economia popular solidária é dissertar sobre um processo contraditório e em alguns momentos divergente. O que faremos na seqüência é abordar o processo de formação da economia solidária e alguns de seus desdobramentos, a partir dos anos 80, como um problema central a ser abordado nesta dissertação. Evidentemente não se tem à pretensão de abranger todo seu universo e riqueza, trata-se de um trabalho ainda incompleto e limitado.

## **2.2. A Economia Solidária no Brasil**

O processo de desenvolvimento da economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que vem realizando atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Parte constitutiva de uma economia de trabalhadores que tem se mostrado como resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas e como espaço de educação libertadora dos trabalhadores.

É na história da formação, organização e luta da classe operária inglesa que, segundo SINGER, se forma o caráter revolucionário do cooperativismo em suas origens. Nascido das greves dos trabalhadores e “lock-outs”,<sup>18</sup> como reação ao empobrecimento dos artesãos, aos efeitos da introdução da maquinaria sobre os trabalhadores<sup>19</sup> e a exploração sem limites nas fábricas, com ausência de condições mínimas de proteção ao trabalho, jornadas de trabalho excessivas, exploração do trabalho infantil, “debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade” (2002, p. 24).

Essa é a origem histórica da economia solidária, que Singer evidencia como uma:

Ligação essencial com uma crítica operária e socialista do capitalismo, onde permaneceu viva a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim, a prevalência das relações capitalistas de produção (2002, p. 35).

Atualmente a economia solidária de diferentes formas e expandindo-se significativamente nos anos 90, seja em nível internacional, nacional e local. Para citar alguns de maior expressão internacional se percebe, os clubes de troca, que estruturam através do crédito popular (referência para o que conhecemos no Brasil como Banco do Povo) como o Grameen Bank, de Bangladesh na Índia; o complexo cooperativo de Mondragón na Espanha (surge em 1965) que pertence aos 30.000 trabalhadores das 109 fábricas, da sua cadeia de supermercados, do seu banco e de sua universidade,<sup>20</sup> as fábricas ocupadas pelos operários na Argentina e no Uruguai, em contraponto ao luddismo às avessas dos patrões;<sup>21</sup> a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária ANTEAG, que surge do movimento sindical paulista ao propor um alternativa de gestão a partir da massa falida da empresa Makerly e que atualmente contribui significativamente para formação e educação em autogestão em todo o país.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> Greve patronal .

<sup>19</sup> Sobre os efeitos da introdução da maquinaria sobre os trabalhadores ver: Marx (1984).

<sup>20</sup> Ver SANTOS, (2002, p. 37).

<sup>21</sup> Ver NOVAES, (2006)

<sup>22</sup> A ANTEAG estabelece convênio com o Programa de Economia Popular Solidária do Estado do Rio Grande do Sul.

As iniciativas e o desenvolvimento da economia solidária no Brasil vem tendo importante expansão a partir das últimas décadas do século XX. A partir do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários (EES) constroem uma significativa rede social de articulação econômica e política. Impulsionadas a partir das ações de militantes críticos ao neoliberalismo e anti-capitalistas engajados na construção teórico e prática de alternativas produção, trabalho e renda, somam-se ainda a, organizações (ONG's, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, incubadoras), que apóiam a constituição e articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária e fóruns estaduais e regionais de economia solidária.

Somado ao trabalho militante acima mencionado, a partir da década de 1980, o Brasil, passa a ser também espaço de experiências iniciais de economia solidária, em vista da precarização das relações de trabalho formais e do aumento da informalidade de trabalho. Ao deslocar significativos contingentes de trabalhadores à incerteza do trabalho e renda, este fenômeno contemporâneo do capitalismo tenciona os que vivem do seu trabalho a buscar gerar seus viveres através de uma economia popular e solidária em formação. Nesse aspecto, Pochmann aponta que:

A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite observar que, para cada 10 ocupações geradas, 8 foram assalariadas, sendo 7 com contrato formal e uma sem contrato. [...] sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que abriu maior flanco para elevação do desemprego e de postos de trabalho precários. O resultado disso tudo foi o fortalecimento da tendência de desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, trabalho precário e desassalariamento das ocupações). Ao longo do período em referência, notou-se que de cada 10 ocupações geradas, 7 foram assalariadas, sendo 3 com contrato formal e 4 sem contrato formal. Cerca de 30% dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores. A taxa de assalariamento, em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, enquanto em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações (2004, p. 25).

Dentre as inúmeras experiências que compõem o campo da Economia Solidária, existem as empresas recuperadas, isto é, empresas industriais e de serviços que foram recuperadas da falência pelos trabalhadores, que assumiram as unidades produtivas e as transformaram em cooperativas ou associações de

produção. O resgate da experiência do projeto Catende Harmonia, o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil<sup>23</sup>, localizada na Zona da Mata de Pernambuco é uma referência de luta de resistência e alternativa dos trabalhadores frente à imposição do desemprego. Instalada em 26 mil hectares de terras, incluindo as instalações industriais, distribui-se em seis municípios da região: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta, Xexéu e Maraial.

Em 1993, 2.300 trabalhadores da área rural foram demitidos. Esta demissão em massa deu início então à luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Com a ameaça de destruição de suas casas, os trabalhadores se mobilizaram na luta pelos seus direitos trabalhistas e permanência na terra. Após várias tentativas infrutíferas de negociação com a empresa para pagamento de indenizações, ocorreram greves e manifestações exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas.

Ainda sobre a Usina Catende, de acordo com os relatos<sup>24</sup>:

Em resposta às pressões dos trabalhadores, os usineiros desencadearam uma ofensiva visando desarticular e frear a luta dos trabalhadores. Anunciaram que a usina iria falir, gerando medo e insegurança naqueles que ainda permaneciam empregados, fragilizando a mobilização do conjunto dos envolvidos na Usina Catende. No final de 1994 a usina deixou de pagar o salário e o 13º. Isso mobilizou e deu força aos demitidos de 1993, com mais 1.500 que ainda detinham o emprego. (NASCIMENTO, 2005, p.116).

Com um administrador gerenciando a usina, com procuração dos donos da empresa, o Estado de Pernambuco, segunda gestão Miguel Arraes, fez um aporte de recursos a fim de garantir suporte financeiro inicial. Com a devolução dos recursos em sua totalidade na safra 94/95 os trabalhadores, percebendo a viabilidade de sua economia, tomaram a iniciativa de pedir a falência da empresa, sendo assinada a indicação de massa falida pelo Banco do Brasil, maior credor.

Da luta dos trabalhadores, foi criada a Companhia Agrícola Harmonia, em 1998, sendo iniciada uma ruptura com o regime secular da monocultura da cana e do latifúndio. O patrimônio da usina hoje está avaliado em 62 milhões de reais,

---

<sup>23</sup> In. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social - Economia Solidária- outra economia acontece!. SENAES, 2006.

<sup>24</sup> in Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende. SENAES, 2005.

envolvendo 48 engenhos e fazendas. Dos registros coletados, Nascimento (2005) aponta alguns números extraídos de censo realizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, em 1998:

11.804 moradores, distribuídos por seis municípios. População economicamente ativa (trabalhadores e trabalhadoras acima de 16 anos): 6.225 pessoas. 1.670 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos. Patrimônio: um parque industrial, uma hidroelétrica que gera energia própria, uma olaria, uma marcenaria, 48 engenhos, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, 26 mil hectares de terras, frota de veículos e implementos, entre tratores, caminhões e enchedeiras, rede ferroviária à margem da empresa, uma bacia hidrográfica com vários rios perenes. Há dois mil hectares de lavoura de subsistência, plantados com milho, mandioca e batata doce; 14 barreiros de peixes, para reforço da agricultura familiar; 14 açudes, além do Colégio Agrícola de Palmares; 500 hectares de mandioca plantada, uma fábrica de ração, com patente cubana, pioneira no estado e no país. Foram implantados, ainda, quatro núcleos de vacas leiteiras que estão espalhados pelos diversos municípios e em vários engenhos de Catende (NASCIMENTO, 2005, p. 117).

Ainda de acordo com os relatos do autor acima citado, novas práticas administrativas foram introduzidas, autogestadas pelos próprios trabalhadores, visando a consolidação de uma empresa economicamente auto-sustentável, que resultaram na transformação de uma das casas grandes em centro de formação para os trabalhadores. Dessa forma, os trabalhadores do campo e da indústria são capacitados juntos tanto nos engenhos como em seminários de formação. Em sete anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%.

Dentre as práticas de autogestão, torna-se fundamental citar também a trajetória da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG<sup>25</sup>. A partir da falência de uma empresa produtora de calçados, Makerly, em Franca, SP, em 1991, estavam na eminência do desemprego 400 pessoas. A partir da mobilização destes trabalhadores, da solidariedade do sindicato dos químicos de São Paulo e do DIEESE se iniciaram grupos de trabalho a fim de estudar a possibilidade e viabilidade de construir uma *fábrica de trabalhadores*. Em 1992, após

---

<sup>25</sup> Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

reunir materiais do ESOPs<sup>26</sup> (Plano de controle Acionário dos Trabalhadores dos Estados Unidos), da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, e de ocupar o gabinete do governador de São Paulo e o Banco Banespa a fim de garantir financiamento (US\$ 600 mil) para compra das máquinas, a Makerly começou a operar, de fato, com o modelo de autogestão operária.

Os trabalhadores da Makerly assumiram a fábrica e foram referência a outras iniciativas de trabalhadores. Mas a experiência não sobreviveu às dificuldades, “ficou a lição: numa empresa de autogestão não se deve entregar cargos de confiança aos administradores e gestores do dono anterior”.

Em 1994 é criada a ANTEAG a partir de seu I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, com a participação de seis empreendimentos. Em 1999, a ANTEAG contava com:

A ANTEAG representava 65 projetos de autogestão no ano de 1999. hoje, estamos com 103 projetos e chegaremos ao final de 2000 com aproximadamente 140 projetos e 30 mil postos de trabalho recriados. (...) empresas com faturamento de R\$ 320 milhões, que haviam reconstruído das cinzas mais de 20 mil postos de trabalho diretos e 80 mil indiretos. Eram indústrias dos mais diferentes setores, transformadas em cooperativas de produção, organizando no país um verdadeiro movimento de empreendimentos autogestionários em resposta ao desemprego e à globalização da economia. Eram milhares de trabalhadores resgatando a auto-estima e a cidadania e que hoje detêm em suas mãos os meios de produção e o próprio destino. As empresas de autogestão pagam anualmente o equivalente a R\$ 91,5 milhões em salários diretos. Em 1999 pagaram R\$ 26,83 milhões em impostos. São empresas que não recebem incentivos do governo. As exceções ficam por conta da Finep – Financiadora de Estudos e Projetos, Sefor – Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho e Sert – Secretaria do emprego e relações do trabalho do Estado de São Paulo, órgãos públicos que apóiam o trabalho de educação dos trabalhadores, principalmente no tocante às técnicas administrativas (FARIA, 2000, p.1-3).

Estas ações dos trabalhadores em autogestão vem constituindo espaços de articulação e fortalecimento também em nível Latino Americano. Em dezembro de 2005 na cidade de Joinville-SC foi realizado a 3ª Conferência Nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril. Este encontro, pelos materiais que conseguimos reunir e analisar, vem propondo o caminho da estatização de fábricas na pauta política do movimento dos trabalhadores de

---

<sup>26</sup> “Um plano governamental, implantado desde 1956, com normas para grupos de trabalhadores com interesse em adquirir ações de empresas. Esta legislação funciona até hoje, durante a guerra fria, no sentido de democratizar o capital para afugentar o comunismo”. In: (ANTEAG) Autogestão – Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. 2ª Ed. São Paulo – SP, agosto de 2000.(p.16).

empresas recuperadas. Sob o lema: “*Fábrica Quebrada é Fabrica Ocupada. Fabrica Ocupada é Fábrica Estatizada*”. Mostra também que este processo esta em estreita construção coletiva em América Latina. Podemos demonstrar isto através da utilização, pelos realizadores deste encontro<sup>27</sup>, de fragmento da convocação do 1º Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores realizado em Caracas na Venezuela em 29/10/2005:

Cada fábrica é um cemitério de postos de trabalho assim como também é o latifúndio no campo. Por isso, os trabalhadores do campo e da cidade têm direito de ocupar as fábricas e as terras para defender seu trabalho e a soberania dos nossos povos. Por isso. Ocupamos as empresas e as fizemos produzir (Declaração do 1º Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, Caracas, 29/10/05).

É importante registrar também que nesta convocatória, assinada também pela Cipla e a Interfibras de Joinville-SC, o posicionamento político destes trabalhadores com relação disputa ideológica com relação a política econômica em curso no Brasil e também na Venezuela<sup>28</sup>:

Três anos depois nossas reivindicações não foram atendidas. Lula se recusa a receber o Relatório BNDES/BRDE/BADESC que propõe estatizar as fábricas. Sob pressão do judiciário e do governo federal, penhoras de faturamento, ameaças de prisão dos dirigentes, tentativas de impedir nossos acordos comerciais com o governo antiimperialista de Chaves na Venezuela, todo tipo de ameaça paira sobre as fábricas. E não só sobre as fábricas ocupadas (Convocatória da 3ª Conferência nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril – Joinville-SC, 2005)

Com relação aos empreendimentos (Cipla, Interfibras, Flaskô, Flakepet) podemos ainda citar que, alem de fazerem parte da marcha nacional a Brasília do MST, em maio de 2005, estes empreendimentos publicaram e socializaram, nesta marcha, as conquistas obtidas desde que assumiram o controle das fábricas.

<sup>27</sup> São eles: a coordenação dos conselhos das Fábricas Ocupadas, o MST e o Centro dos Direitos Humanos de Joinville.

<sup>28</sup> Ao fazermos referência a Venezuela está também indicando ao leitor o estudo do Projeto em construção da ALBA (Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe). In: **Construyendo el ALBA desde los Pueblos ALBA – Alternativa Bolivariana Para América Latina y el Caribe - Una propuesta de Unidad para los pueblos de Nuestra América**. Secretaria de Organización – Congreso Bolivariano de los Pueblos. Ed. Ediciones Emancipación.

40 horas semanais com sábados e domingos livres; Pagamento de salários, férias e 13º; Faturamento triplicado; Recuperação de clientes e fornecedores; Diminuição de acidentes de trabalho; Diminuição do refugo e desperdício; Plano de carreira com reenquadramento de funções; Piso salarial único também para serventes; Contratação dos estagiários com salários compatíveis; Certificação da ISSO 9001: 2000 até maio de 2005 (CIPLA – INTERFIBRA – FLASKÔ - FLAKEPET).

O estado Rio Grande do Sul vem apresentando importantes ações de empreendimentos de Autogestão a partir de Empresas recuperadas pelos trabalhadores. Destaca-se neste estado, a Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC). Diante da falência da metalúrgica Vogue, no final de 1999, um grupo de 103 trabalhadores assumiu a fábrica com a constituição de uma cooperativa durante o processo trabalhista movido pelos funcionários. São produtos de ponta desta cooperativa: torres aeólicas, vagões e navios, ver imagem abaixo. Em 2002, o primeiro ano sob a gestão dos trabalhadores, “*foram distribuídos R\$ 65 mil de participação nos lucros e, em 2003, a ‘sobra’ foi de R\$ 280 mil, mas hoje todos os trabalhadores fazem retiradas acima do piso dos metalúrgicos, a cooperativa distribui os lucros e retém 10% do faturamento para investimentos*”.<sup>29</sup>

Foto: René Cabrales



**Figura 2 – Fabricação de partes de um navio na Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC)**

Fonte: jornal Extra Classe – ano 10 n° 86, outubro de 2004

<sup>29</sup> Fonte: jornal Extra Classe – ano 10 n° 86, outubro de 2004.

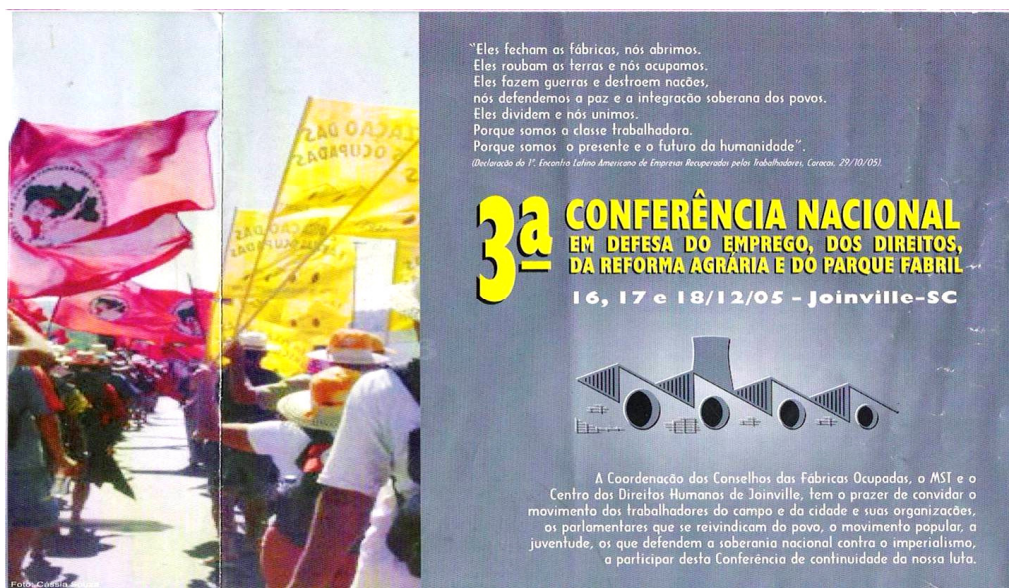


Outras duas cooperativas de mesma origem são referência no Rio Grande do Sul. Uma é a Cooperativa dos Trabalhadores em Metalurgia de Guaíba (Geralcoop) que surgiu em 2002, depois de sucessivas crises que levaram à falência da Companhia Geral de Indústrias (a tradicional fogões Geral) em março daquele ano e à demissão de 620 funcionários. A cooperativa foi criada por 250 trabalhadores e, no ano passado, faturou R\$ 15 milhões com a produção de fogões a lenha e 300 toneladas de peças fundidas por mês para terceiros<sup>30</sup>. Outra é a Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier – Coopercana. A experiência da COOPERCANA inicia em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier), incentivada pelo Pró-álcool. Esta sociedade anônima é composta por 156 acionistas: 143 pequenos agricultores, com 49% ações e 13 empresários e profissionais liberais detendo 51% das ações. Após divergências entre sócios majoritários e minoritários desencadeou uma crise financeira na usina, levando a constituição da COOPERCANA. Em 1999, por pressão da sociedade civil organizada e por instituições e organizações locais/regionais, o poder judiciário decreta a falência da Alpox S/A e a COOPERCANA assume os serviços da usina, arrendando o parque industrial. Atualmente os associados da Cooperativa localizam-se nos municípios de Roque Gonzáles (58%); Porto Xavier (35%) na região das Missões e Porto Lucena (7%) na região Fronteira Noroeste. São ao todo 273 associados, os quais cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, totalizando 1.930 ha que produzem cana para a COOPERCANA. Sua produção atende a 2% demanda de álcool do Estado, o que representa uma produção de 6 milhões de litros por safra<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Atualmente a Geralcoop esta produzindo metais sanitários. Parte desta produção esta em negociação com o MST para serem utilizadas na produção dos banheiros das casas que estão sendo construídas através de investimento do governo federal (MDA/INCRA).

<sup>31</sup> Sobre a COOPERCANA ver artigo de RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A Inovação Territorial Coletiva e a Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional: A Experiência da COOPERCANA-Porto Xavier/RS. In: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre: 03 a 06 de outubro de 2005.



**FIGURA 3 - 3º Conferência Nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril, realizado na cidade de Joinville-SC**

Fonte: Documento de convocação da 3º Conferência Nacional em defesa do emprego, dos direitos, da reforma agrária e do parque fabril, realizado na cidade de Joinville-SC nos dias 16,17 e 18/12/2005. Este documento foi coletado no andar da marcha nacional do MST a Brasília em maio de 2005.

Torna-se importante mencionar uma outra iniciativa, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's). Surgem em meados dos anos de 1990 a partir de universidades<sup>32</sup> do país, governos municipais de esquerda (com destaque a prefeitura de Porto Alegre, a primeira prefeitura no país a formar uma ITCP's) e sindicatos Cutistas, através da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

Com relação as Universidades, a primeira ITCP's foi criada em 1995 na Coppe (Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares) da UFRJ, analisamos trabalhos e documentos de ITCP's do Rio Grande do Sul no Capítulo 03 desta

<sup>32</sup> Ver: Singer (2002, p 119) resgata este processo de formação das ITCP's a partir das mobilizações ocorridas no país a partir da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela Vida (ACCMV) que "era um amplo movimento de massas, o maior do Brasil desde a luta pelas eleições diretas, em 1985, no ocaso da ditadura militar". Este movimento resolve mudar sua tática e, em vez de apenas distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda. Neste momento de discussão, na região do complexo de favelas da Manguinhos, entorno da UFRJ e Fiocruz (fundação Oswaldo Cruz) no Rio de Janeiro. "Em 1994 estourou a luta pelos pontos de tráfico de drogas e de armas e as balas perdidas dos tiroteios acabaram atingindo a Fiocruz. Esta situação mobilizou docentes e discentes da ENESP (Escola Nacional de Saúde Pública) que em diálogo com cerca de 80 representantes das comunidades, com suporte da Gerência de Cooperativismo do Banco do Brasil e com o Instituto Superior de Cooperativismo da UFSM, propuseram o fomento à formação de uma cooperativa de trabalho a COOTRAM, visando colaborar no enfrentamento do desemprego e da pobreza".

dissertação, se formou em 1998 uma Rede Universitária<sup>33</sup>, envolvem um conjunto de incubadoras que favorecem a transferência de tecnologia e conhecimentos para a cooperação e autogestão, constituindo-se como projetos, programas ou organismos das Universidades criadas com o propósito de oferecer suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares. As ITCP's tiveram o financiamento de entidades como o Finep, Coep (comitê de Entidades Públicas de Combate à fome e pela vida), a Fundação Banco do Brasil e a Coppe, que resolveram ampliar o número de incubadoras em universidades, lançando em 1998 o Proninc (programa nacional de Incubadoras de cooperativas) que hoje, junto com a Unitrabalho faz suporte a inúmeras outras incubadoras pelo país.

De forma geral, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm como proposta político pedagógica articular o saber técnico científico com o saber popular de forma a contribuir amplamente com a formação de agentes de promoção da Economia Solidária. Além de capacitação técnica, a incubadora auxilia na organização dos processos produtivos e gerenciais, na comercialização e na promoção do espírito solidário cooperativo<sup>34</sup>.

A Cáritas Brasileira, entidade ligada à igreja Católica e a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) é, entre as entidades de apoio à Economia Popular Solidária, uma das pioneiras. Ainda na primeira metade dos anos 1980 atua na perspectiva de organizar os PACs, Projetos Alternativos Comunitários<sup>35</sup>, que é uma outra referência de ação para muitas organizações que atuam na perspectiva de geração de trabalho e renda e economia solidária no país.

Os PACs tiveram suas primeiras experimentações a partir dos trabalhos realizados no município de Santa Maria-RS que desde o século XIX vem acumulando experiências de trabalhadores em organização e cooperação<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Ver Anexo do Estatuto da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

<sup>34</sup> Incubadora de Economia Solidária: "gestão coletiva, resultados compartilhados". (folder produzido pelo Departamento de Ciências Sociais/DCS e Departamento de Economia e Contabilidade/DECon da UNIJUÍ/RS)

<sup>35</sup> Ver este histórico na publicação "Construindo uma Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul – Projetos Alternativos Comunitários" 3ª Ed. Caderno de Formação n 1º da Caritas Brasileira – regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS, 2002.

<sup>36</sup> Sobre este histórico do movimento Operário em Santa Maria-RS ver: RODRIGUES, Luiz Carlos Bonotto. **Santa Maria nos Trilhos da Modernidade**: uma experiência Ferroviária (1889-1931). Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA/UFSM) defendida em 2003 e a disposição na Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM.

Em 1987, ano de fundação do Projeto Esperança, passando por 1989, ano de fundação da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA)<sup>37</sup>, até a atualidade, estas ações vem se constituindo como uma referência local e regional para os desempregados da cidade pólo, Santa Maria, como também para núcleos de produção familiar sejam eles os rurais, que se destacam, como também urbanos como os ligados à coleta e seleção de materiais recicláveis<sup>38</sup>. É uma referência também na materialização de espaços de comercialização direta na cidade de Santa Maria, onde se destacam o Feirão Colonial, reunindo em torno de 200 grupos (início em 05/06/89 e ampliado em 21/12/2001 com recursos públicos (80%) a partir do Orçamento Participativo) com periodicidade semanal; Feira da Praça Saldanha Marinho reunindo cerca de 50 grupos (início em 1996) com periodicidade mensal; o Centro de Economia Solidária (03/12/1997) e o Armazém da colônia situados em espaços privilegiados da cidade que estão abertos diariamente.

É também relevante, para termos uma referência de mobilização a partir deste projeto, analisar as Feiras do Cooperativismo Alternativo, hoje FEICOOP, que em 1994, ano de sua 1ª edição, contava com 27 empreendimentos de 13 municípios sendo visitada por 4.000, na sua edição de 2005, reunindo a 12ª Feira Estadual do cooperativismo, 1ª Feira de EPS do Mercosul, 4ª Feira Nacional da EPS e a 5ª amostra da Biodiversidade, a feira contou com 66 mil pessoas, 612 empreendimentos participantes (100 nos debates e oficinas, 512 expositores), volume de comercialização de R\$ 498.000,00 (dos quais 5% foram destinados para os custos fixos da feira e o restante para os empreendimentos), 23 estados do país representados, 17 países representados (Uruguai, Argentina, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, México, França, Chile, Peru, Espanha, Bélgica, Estados Unidos, Equador, Bolívia, Colômbia, Alemanha, e o Brasil).

O fato de nos determos à experiência de Santa Maria se deve ao fato de que o projeto Esperança/Cooesperança, além de seu pioneirismo, atualmente vem desempenhando papel de referência no cenário regional, nacional e internacional. É

---

<sup>37</sup> A Tecnólogo em Cooperativismo da UFSM, que funcionou de 1978 a 1998, representantes dos produtores e do Projeto Esperança.

<sup>38</sup> Os dados citados abaixo foram extraídos de ICAZA, Ana Mercedes Sarria; FREITAS, Marcelo Ribeiro de (org). **O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da Economia Solidária no Brasil**. Relato de uma experiência. Cáritas Brasileira, Porto Alegre, 2006. Foi também utilizado a publicação feita pela diocese de Santa Maria e do santuário da medianeira, "O santuário", ano XXIX-Nº 08- Agosto de 2005 onde podem ser encontrados outras dados referente a feira de 2005, como também sobre católico em Santa Maria.

também notório seu poder de articulação com outras instituições de grupos e no financiamento destes. Nas instâncias de deliberação política da Economia Solidária no país a iniciativa tem representação no Fórum Gaúcho e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. No entanto, o processo de desenvolvimento do projeto e seus resultados econômicos concretos são questionados. No mesmo documento acima citado (ICAZA; FREITAS, 2006, p 124 e p.126) alguns Professores da UFSM, entre eles, José Fernandes e Thomé Lovato afirmam algumas limitações do projeto. O primeiro afirma:

No conjunto do PIB da região, o Projeto Esperança é insignificante. Para trabalhar com desenvolvimento, temos que mexer no modelo de produção e comercialização. (...) não pode seguir em frente só com a mística da igreja ou com o voluntariado, precisa uma base científica (ICAZA; 2006, p 124).

O segundo professor expõe que em muito é necessário avançar na disputa de rumos do conhecimento dentro da universidade e na relação orgânica com os movimentos que existem dentro: *“devo reconhecer que os defensores do Projeto na UFSM são uma minoria. A tendência dominante é a aposta no agronegócio”*.

É também abordado criticamente em outro estudo de Icaza (2004) que caracteriza os empreendimentos econômicos solidários do Rio Grande do Sul segundo a presença de traços solidários e de cooperação. Ao analisar o Projeto Cooesperança, este é caracterizado por tomada de decisões “determinada pelas lógicas de liderança ou autoridade estabelecidas em nível familiar ou comunitário; fragilidade nos mecanismos de gestão do empreendimento” e “significativa dependência de programas e assessorias externas”.

Retomando os PACs, tiveram seu 1º Encontro Estadual realizado no ano de 1985. A partir daí é que através da Cáritas da Suíça e Alemanha é realizado a assinatura do primeiro convênio para a formação de um Fundo de Mini-Projetos com a entidade MISEREOR e Katholische Zentralstelle fur Entwicklunghife e.V. da Alemanha. De 1986 até final de 2001 os projetos aprovados pela comissão estadual-

RS de avaliação de PACs eram de 1.035 (fundo Cáritas Misereor e Fundo Rotativo Solidário), destes, em 2001, estavam ativos 475 e 558 foram extintos<sup>39</sup>.

A pressão que foi gerada pelo contexto do mundo do trabalho a partir dos anos 80 no Brasil e pelo “ressurgimento” da economia solidária no país, impulsionou experiências de políticas públicas voltadas à economia solidária nas administrações populares. A primeira experiência que se tem conhecimento foi desenvolvida durante a primeira gestão da Frente Popular na prefeitura municipal de Porto Alegre (1989-1992), na qual se pretendia, mesmo com as limitações inerentes a uma administração local, responder em alguma medida aos milhares de trabalhadores que buscavam outra forma de gerar sua renda. Posteriormente, várias prefeituras passaram também a desenvolver políticas públicas nessa área.

Experiências como a da prefeitura de Belém (PA), que centrou sua ação a partir do Banco do Povo; a da prefeitura de São Paulo, através da Secretaria de Desenvolvimento, trabalho e solidariedade (secretário: Marcio Pochmann) construiu um processo integrado entre políticas redistributivas e emancipatórias<sup>40</sup>; e muitas outras que surgiram ao longo dos últimos anos, cumpriram um importante papel na ampliação da economia solidária enquanto políticas públicas<sup>41</sup>.

Além destas, no âmbito municipal, é importante destacar a experiência inovadora e de dimensão inédita no cenário nacional desenvolvida durante o Governo Democrático e Popular no estado do Rio Grande do Sul (1999-2002) pela Secretaria de Desenvolvimento e Assunto Internacionais (SEDAI). Em 1994, eleição em que a Frente Popular não saiu vitoriosa para o governo do estado do Rio Grande do Sul, as experiências de economia Popular Solidária já eram apresentadas como programa de governo. Com a vitória em 1998 além de abrir a possibilidade histórica de iniciar uma inversão de prioridades de investimentos do estado através da participação popular, era também um momento em que os municípios já governados

---

<sup>39</sup> Ver este histórico na publicação “Construindo uma Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul – Projetos Alternativos Comunitários” 3ª Ed. Caderno de Formação n 1º da Cáritas Brasileira – regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS, 2002.

<sup>40</sup> Referente aos trabalhos desenvolvidos pela prefeitura de São Paulo (1998-2002) ver: POCHAMNN, Marcio (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 2002.

<sup>41</sup> Um estudo comparativo, entre as políticas de economia solidária desenvolvidas pela prefeitura de São Paulo (2000-2004) e pelo governo do Estado do Rio Grande do sul (1998-2002), podem se encontradas em CRUZ, Antônio. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio a economia solidária. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>.

pela Frente Popular puderam expandir suas ações, agora como parte de um projeto democrático e popular para o estado do Rio Grande do Sul<sup>42</sup>.

O Programa Estadual Economia Popular e Solidária (Ecopopsol), ligado desde princípio à Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) do Estado do Rio Grande do Sul, operou fundamentalmente na área do desenvolvimento econômico e social e da participação popular, através do Orçamento Participativo. Realizou-se através de cinco eixos estratégicos: 1- Formação e educação em autogestão; 2- Capacitação do processo produtivo; 3- Financiamento; 4- Comercialização; 5- Incubadoras de economia popular solidária.

A partir de 1999, através da formação de seminários para identificar as cadeias produtivas tradicionais a serem retomadas e fortalecidas pelo Programa ECOPOPSOL, foram definidas as prioridades e formas de integração do projeto no estado. O primeiro grande passo para sua estruturação, foi um convênio firmado entre a Coordenação do programa Ecopopsol/SEDAI e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

A decisão de ligar o Ecopopsol à SEDAÍ e o convênio estabelecido com a ANTEAG deixava claro que a Frente Popular (1998-2002) não encarava a economia popular solidária como uma proposta de assistência social mas como uma proposta concreta de promoção do desenvolvimento econômico e social. Na nova proposta do projeto de desenvolvimentos do Estado, o fundamental foi investir no aproveitamento dos sistemas locais de produção da matriz produtiva já financiada pela população, ou pela iniciativa privada, ou ainda pelo próprio estado em décadas anteriores, ao invés de buscar soluções externas com base em grandes corporações internacionais (LEBOUTTE, 2003, P.17).

O processo de instalação e desenvolvimento do programa permeou também a organização do próprio movimento social da economia popular solidária no Rio grande do Sul. No ano de 2000 aconteceram dois encontros que reuniram os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos acompanhados pelo Programa

---

<sup>42</sup> É importante fazermos a ressalva de que o município de Santa Maira-RS, governado pela Frente Popular em segundo mandato (2000-2008), fez a opção, sobretudo na segunda gestão, pela continuidade de políticas tradicionais com relação ao desenvolvimento econômico do município como incentivos fiscais para atração de investimentos e cargos estratégicos do governo a representantes da classe capitalista do município, além do mais, delega a construção de políticas públicas com relação a economia solidária ao Projeto Esperança/Cooesperança e a igreja católica. É ainda grave o fato de que estas opções políticas neste município serem efetivadas se a participação ampla da população que até a primeira gestão (2000-2004) tinha a possibilidade de errar ou não com relação ao investimento do município através do Orçamento Participativo.

e pelos agentes executores para debater e encaminhar suas necessidades. O primeiro encontro debateu as dificuldades e as necessidades dos empreendimentos. Neste momento foram incluídos ao programa os temas da educação, conscientização, comercialização, crédito e assistência técnica. Neste encontro compareceram 107 trabalhadores (representando 1.500 em 38 empreendimentos) de 14 municípios do estado e 12 setores de atividade. O segundo encontro foi realizado em agosto de 2000 e dividido em dois temas: educação, agora entendida a partir da formação continuada, e crédito, uma vez que o formato das agências de crédito, em especial o Banrisul, estavam estruturadas e orientadas para empresas que remuneram o capital e não o trabalho. Deste encontro resultou na elaboração e divulgação de uma “CARTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL” (LEBOUTTE, 2003, p.35).

Outro desdobramento deste momento de mobilização e de enraizamento de políticas públicas para a economia popular solidária pode ser demonstrado a partir da evolução anual do programa nas votações obtidas no Orçamento Participativo (OP) que no ano de 2002 participaram cerca de 300 mil pessoas no estado. A Temática de Desenvolvimento era onde se encontrava o Tema da Geração de Trabalho e Renda e, dentro deste, o Programa de Economia Popular Solidária. No período de 1999-2003 a priorização da temática “geração de trabalho e renda” oscilou de 5º lugar em 1999 para 2º em 2003. A priorização do tema nas 22 regiões do OP, no mesmo período, oscilou de 04 regiões para 22 regiões. A posição do programa ECOPOPSOL dentro do tema da geração de trabalho e renda, no período de 2000-2003, oscilou de 3º em 2000 para 4º em 2003 perdendo uma posição para o Programa Coletivos de trabalho, outro programa que era orientado na perspectiva da economia popular solidária.

Após a realização do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre no ano de 2002, inicia-se um movimento para a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A organização inicialmente criada em 2001, para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I Fórum Social Mundial, através do GT Brasileiro de Economia Solidária manifesta, segundo



jornal publicado pelo FBES e da Casa de Economia Popular Solidária do RS, a composição social deste Fórum Brasileiro<sup>43</sup>:

Constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais (Fonte: A Trajetória da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), p. 1. In. Jornal informativo da Economia Solidária no Brasil, publicado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Casa da Economia Popular Solidária do RS, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, distribuído no Fórum Social Mundial em 2005).

Na composição desse GT encontram-se a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG), o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE), a Cáritas Brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB), a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), a Unitrabalho, a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).

Em 2002, o movimento elabora uma Carta propondo ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva a criação de uma política de apoio à economia solidária, que seria novamente debatida na I Plenária Nacional da Economia Solidária. Segundo ainda o registro histórico do FBES, essa Plenária inicia o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.

No III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, RS, em 2003, foi realizada a II Plenária Nacional da Economia Solidária. Neste momento, o governo Lula anuncia o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária,

---

<sup>43</sup>. Ver também em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 13 Maio 2006.

sob a direção do professor Paul Singer, assumindo a plataforma de lutas do movimento. Segundo arquivos do FBES<sup>44</sup>:

A II Plenária Nacional, no III Fórum Social Mundial, decide mobilizar as bases estaduais, até então com poucos Fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a identidade (carta de princípios), a plataforma de lutas, o caráter e a composição do fórum a ser criado. Com mais de 800 representantes, delegados das 18 Plenárias estaduais, a III Plenária Nacional cria o FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma Carta de princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), definindo também a composição e o funcionamento do FBES (Fonte: A Trajetória da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), p.1. In. Jornal informativo da Economia Solidária no Brasil, publicado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Casa da Economia Popular Solidária do RS, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, distribuído no Fórum Social Mundial em 2005).

Em 2003, surge então, a partir da iniciativa de organizações de assessoria e representação dos empreendimentos de economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que reúne representações de empreendimentos de economia solidária e de organizações e gestores públicos que desenvolvem ações na área, tendo como objetivos<sup>45</sup> :

Dar visibilidade pública ao setor de economia solidária como forma de promover o reconhecimento e a promoção do direito ao trabalho associado. De outro, pretende ser um espaço de mobilização e construção de estratégias de integração no território dos empreendimentos solidários, através da construção de redes de produção, comercialização, crédito e consumo (FBES, 2006.).

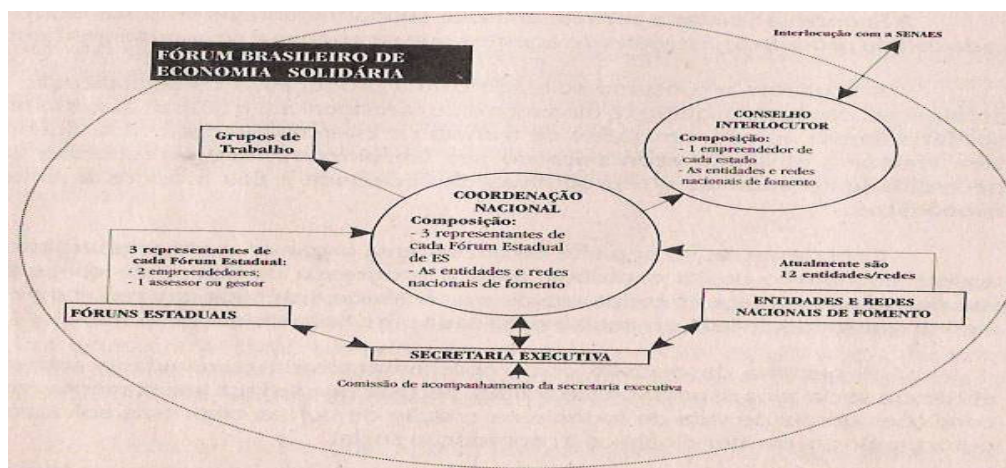
O Fórum Brasileiro de Economia Solidária estrutura-se conforme o diagrama abaixo. Consiste fundamentalmente na articulação entre três segmentos do movimento de ES: empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos. No sítio da web do FBES, <http://www.fbes.org.br>, além de encontrar um acompanhamento diário sobre as atividades da economia solidária nos

<sup>44</sup> Fonte: <<http://www.fbes.org.br>> Acesso em: 13 Maio 2006.

<sup>45</sup> Fonte <<http://www.fbes.org.br>> Acesso em: 13 Maio 2006.

diferentes estados do país esta a disposição, em download, o material da campanha nacional de economia solidária. Este material (cartazes, filme DVD, filmetes, programas de rádio, cartilhas) constitui-se como um dos principais materiais para “trabalho de base” que encontramos.

A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT - Brasileiro), além de 3 representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia solidária. Estes 3 representantes por estado, 02 são empreendedores e 1 é assessor ou gestor público.



#### FIGURA 4 – Estrutura e Funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Fonte: A Trajetória da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), p.1. In. Jornal informativo da Economia Solidária no Brasil, publicado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Casa da Economia Popular Solidária do RS, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, distribuído no Fórum Social Mundial em 2005.

Uma nova oportunidade para um encontro coletivo ocorreria no I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária, realizado em Brasília, DF, em 2004.

O I Encontro de Empreendimentos reuniu 2.500 representantes de todos os estados brasileiros, que discutem, durante três dias, sua situação de vida e trabalho, apontando perspectivas para o setor.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) inicia em 2004 o desenvolvimento e divulgação da Economia Solidária. O Programa *Economia*

*Solidária em Desenvolvimento* (Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal) prevê a realização de um mapeamento da economia solidária no Brasil, considerando os Empreendimentos Econômicos Solidários e as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Com suporte nesse mapeamento foi constituído o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por uma base nacional e por bases locais de informações que proporcionem a visibilidade da economia solidária e ofereçam subsídios nos processos de formulação de políticas públicas.

No âmbito do SIES, de acordo com seu Termo de Referência, considera-se economia solidária:

o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão. Seus principais atributos são:

a) **Cooperação**: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) **Autogestão**: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) **Dimensão Econômica**: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) **Solidariedade**: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (<<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> Acesso em: 20 de Março de 2007.)

A implantação do SIES ocorre em duas fases. Na primeira, foi elaborada uma listagem de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio,

assessoria e fomento aos empreendimentos. Na segunda fase, em andamento, será realizada uma coleta de informações com questionário próprio, através de visitas aos empreendimentos.

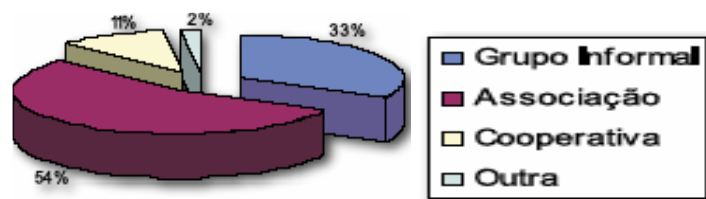
Como um dos resultados deste processo de reconhecimento da economia solidária no Brasil se destaca o “Atlas da Economia Solidária” que é um instrumento fundamental na construção coletiva do perfil nacional da economia solidária no país. Este instrumento pode qualificar significativamente os esforços na construção de políticas públicas regionais e nacionais, no processo de construção de consciência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, no aprimoramento das ações de pesquisa científica, na identificação dos problemas e dificuldades estruturais enfrentados pelos empreendimentos.

Segundo os dados apresentados pelo “Atlas da economia solidária” foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários<sup>46</sup> em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%, os demais 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul). Com relação à distribuição dos EES por estados da federação, o Rio Grande do Sul é o estado que se destaca com o maior número (1634) seguido pelos estados Ceará (1249), Bahia (1096), Piauí (1066) e Pernambuco (1004).

Quanto a forma de organização dos EES, ver gráfico 01, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Esta distribuição é diferenciada de acordo com as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

---

<sup>46</sup> Os trabalhos de aprimoramento do Atlas da economia solidária, parte II, estão em desenvolvimento em todo o país e tem previsão de conclusão dos trabalhos até o final de 2007. Embora, ainda inconcluso já aponta para a existência de 20 mil empreendimentos solidários, entre cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção ou clubes de trocas, em que os participantes são trabalhadores que exercem coletivamente a gestão das atividades.



**GRÁFICO 1 - Forma de organização no Brasil**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir da identificação quantitativa dos EES no país, distribuição geográfica e a forma de organização, o “Atlas” possibilita identificar de forma mais objetiva e científica, ver figura 01 a baixo, a composição social e articulação política da economia solidária no país.



FIGURA

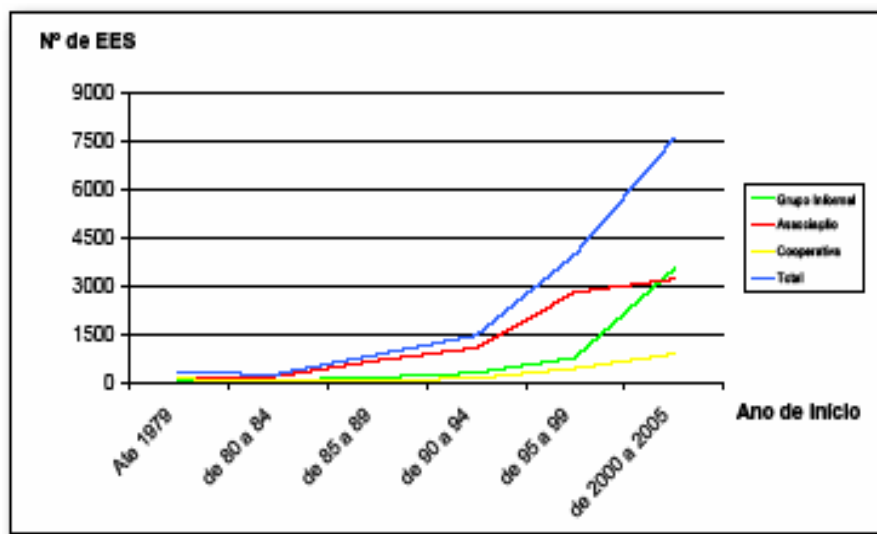
### FIGURA 5 - O campo da economia solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Estes dados, até o momento, somente eram possíveis através dos materiais de divulgação produzidos pelos próprios trabalhadores dos empreendimentos e/ou através de estudos feitos por entidades de apoio e grupos de pesquisa de algumas universidades que, via de regra, sobretudo os acadêmicos, se caracterizam como de tipo “análise de caso”.

Considerando a trajetória de crescimento da economia solidária, relacionando o ano de início e a forma de organização, ver gráfico 01, se constata que a Economia Solidária é bastante recente. A grande maioria dos EES teve seu início a partir da década de 1990, com significativa expansão no século atual. Tendo como referência os anos entre 1990 e 2005 o mapeamento detectou um crescimento de 85% da Economia Solidária no Brasil.

Quanto à forma de organização, percebe-se que os grupos informais apresentaram uma maior taxa de crescimento após a metade da década de 90, enquanto as associações apresentam uma redução da sua expansão e o número de novas cooperativas se mantém relativamente estável.

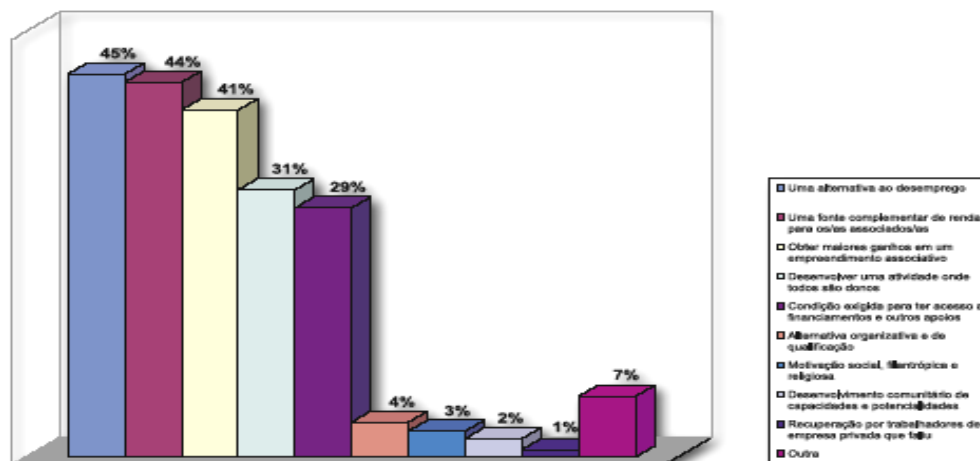


**GRÁFICO 2 – EES por ano de início segundo forma de organização**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Os principais motivos para a criação dos EES, podem ser vistos no gráfico 2, são: 1º- alternativa ao desemprego (45%), 2º- complemento da renda dos sócios (44%) em 3º- obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Embora exista diferenças nas diferentes regiões do país o motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%). Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos” (48%) e “fonte complementar de renda” (45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o “complemento de renda” (46% e 53% respectivamente).

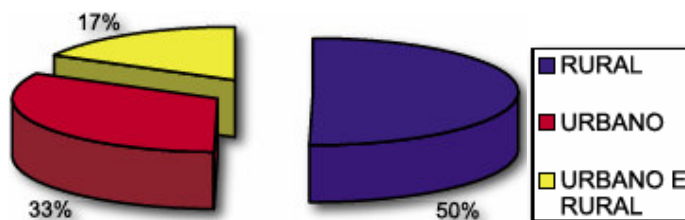




### GRÁFICO 3 – Motivos para a criação dos EES no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de 1 milhão e 250 mil trabalhadores e trabalhadoras<sup>47</sup>. Destes, ver gráfico 04, metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que na região Sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas regiões Norte e Nordeste a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63% respectivamente).



### GRÁFICO 4 – Área de atuação dos EES no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

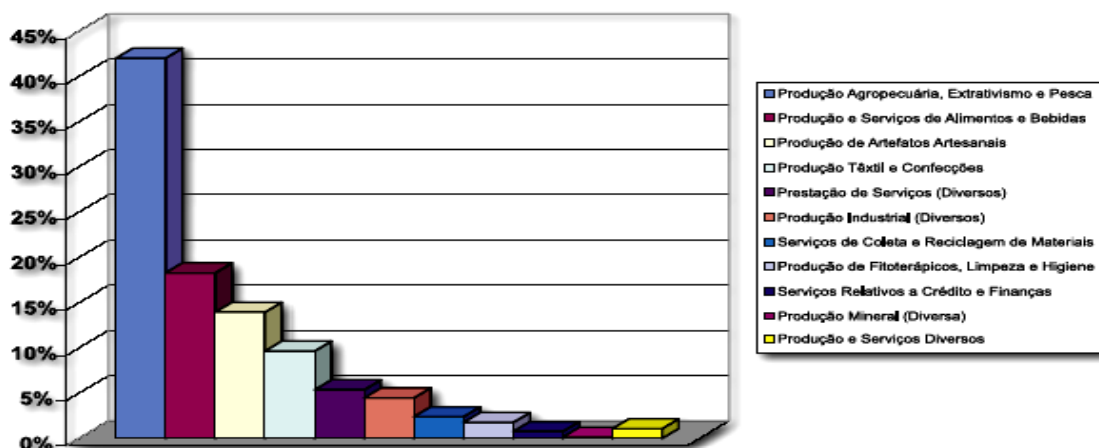
A partir da composição de gênero, os dados gerais apontam para maior participação dos homens com 64,0% do total e das mulheres com 36,0% do total. No

<sup>47</sup> A este conjunto, segundo as informações do Atlas, agrega-se mais 25 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES.

entanto, o quadro geral se inverte ao incluirmos os dados referentes a composição de gênero segundo o tamanho dos empreendimentos, as mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (63%) e os homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (60% nos EES de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios). Há ainda cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (11%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por mulheres e homens. Como se vê, os empreendimentos femininos são os menores e os mistos os maiores.

Os dados apresentado pelo Atlas, com relação as atividades desenvolvidas pelos EES, mostram uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Para facilitar a análise, os dados foram agrupados por tipo de atividades, ver gráfico 05. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%).

Em seu conjunto, os produtos e serviços dos EES destinam-se predominantemente aos espaços locais. Afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local e comunitário 56% e 50% em mercados/comércios municipais. Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 2% que realizam transações com outros países.



**GRÁFICO 5 – Distribuição dos produtos por tipo de atividade**

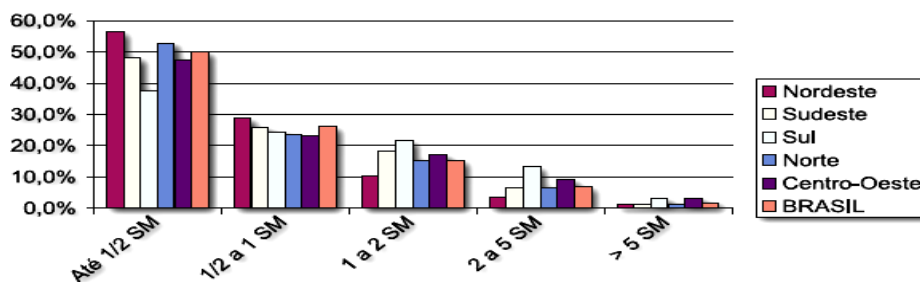
Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

A maioria dos EES consegue obter sobras em suas atividades econômicas (38%) enquanto que somente 16% dos empreendimentos são deficitários, isto é, não

obtiveram faturamento suficiente para pagar as suas despesas e 33%, embora não obtendo sobras, conseguiu pagar as despesas realizadas. 13% dos EES não são organizados com vistas a obtenção de resultados financeiros ou não informaram. Nas regiões Sul e Norte a quantidade de EES que obteve sobras está acima da média nacional (48% e 40% respectivamente) enquanto que as regiões Centro-Oeste (33%), Nordeste (37%) e Sudeste (35%) estão abaixo da média.

Dos 14.954 empreendimentos 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios, ver gráfico 06. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM). Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%. Este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados.

Considerando a situação regional, a região Sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, diferentemente da região Nordeste, onde a participação está acima da média nacional.

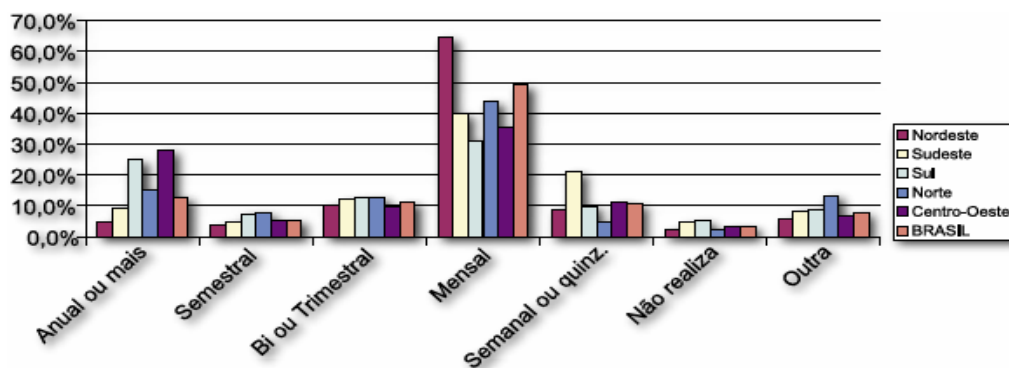


**GRÁFICO 6 – Distribuição % dos EES por faixa de remuneração- Brasil e Regiões.**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Um outro indicador importante para avaliar a participação dos sócios nos EES é a periodicidade de realização das assembleias ou reuniões, pode ser visto no Gráfico 07. 79% dos EES afirmaram realizar assembleias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 49,2% realizam assembleias ou reuniões mensalmente, 10,5% semanal ou quinzenalmente e 11,2 bimestral ou

trimestralmente. Na região Nordeste o destaque está na participação da periodicidade mensal (64,7%) e na região Sudeste, a periodicidade semanal ou quinzenal (21,1%) está acima da média nacional. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a periodicidade anual ou superior destaca-se em relação à média nacional (24,9% e 28,0% respectivamente).

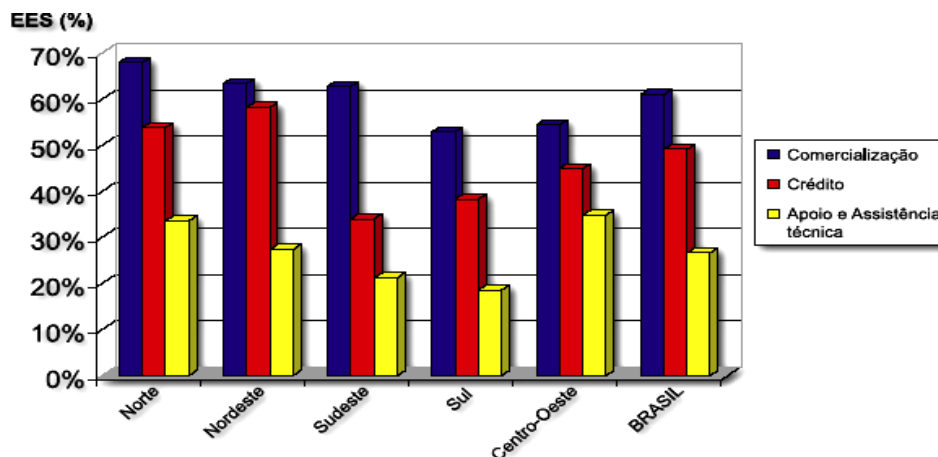


**GRÁFICO 7 – Periodicidade de assembléias ou reuniões (%)- Brasil e Regiões**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

A participação dos sócios e sócias nos EES ocorre principalmente nas decisões cotidianas e na escolha da direção. Afirmaram existir mecanismos de participação nas decisões cotidianas 66% e 62% afirmaram existir mecanismos de participação para eleição da diretoria, 62% afirmam que a prestação de contas é realizada em assembléias e reuniões e 60% afirmam que os sócios e sócias têm acesso aos registros e informações do EES.

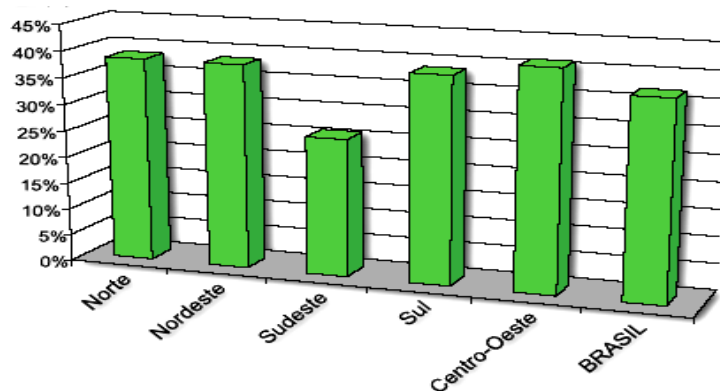
Quanto às dificuldades enfrentadas, ver Gráfico08, constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. A região Norte está acima da média nacional em todos os itens (68% comercialização, 54% crédito e 34% apoio ou assistência). A região Nordeste destaca-se pela dificuldade de crédito (58% dos EES) e a região Centro-Oeste pelo não acesso a apoio ou assistência técnica (35%).



**Gráfico 8 – Dificuldades dos EES- Brasil e Regiões**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

O Gráfico 9, a seguir, mostra a presença de ações cooperativas entre diferentes EES no Brasil. São empreendimentos que efetuam no mínimo um dos seguintes atos: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos econômicos solidários e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos da economia solidária. No Brasil, mais de 5.500 empreendimentos (37%) afirmam estar nessa situação. Nas regiões cabe destaque para o Centro-Oeste, onde 41% dos EES afirmam efetuar algum ato cooperativo com outros EES, enquanto que no Sudeste somente 26% (abaixo da média nacional).

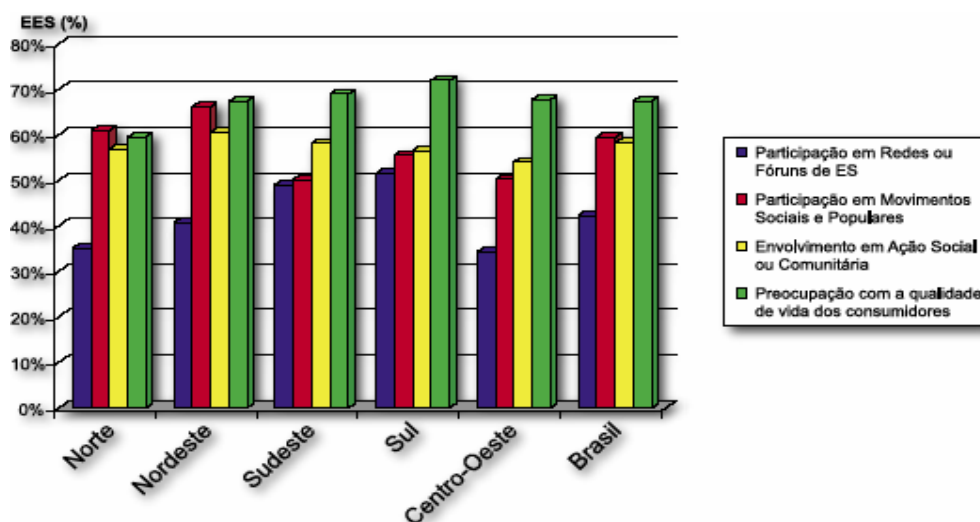


**Gráfico 9 – Indicador de Cooperação entre EES- Brasil e Regiões.**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Do total de EES, ver Gráfico 10, 67,4% afirmam que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% têm compromisso social ou comunitário, 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária. Avaliando a situação regional, constata-se que no Sul e no Sudeste, os EES participam acima da média nacional das redes ou fóruns de ES (51,5% e 49,0% respectivamente). No Nordeste os EES se destacam pela sua participação nos movimentos sociais e populares (66,1%).

Quanto à preocupação com a qualidade de vida e o meio-ambiente, constata-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, temos 4.280 (28,6%) empreendimentos que afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 4.754 (31,8%) afirmam realizar reaproveitamento dos resíduos.

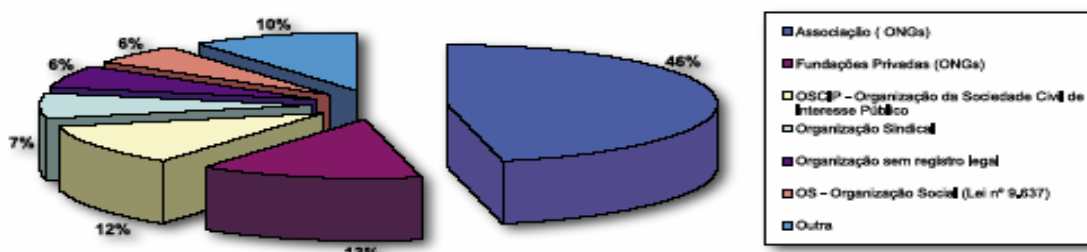


**GRÁFICO 10 – Compromisso e participação social dos EES- Brasil e Regiões.**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Outro dado destacado pelo “Atlas” se refere à participação de 1.120 entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária – EAFs- no Brasil. Verifica-se que a participação relativa das EAFs nas regiões é semelhante à participação relativa dos empreendimentos, com maior concentração na região Nordeste (51%) e menor na região . Verifica-se que mais da metade das EAFs tem abrangência

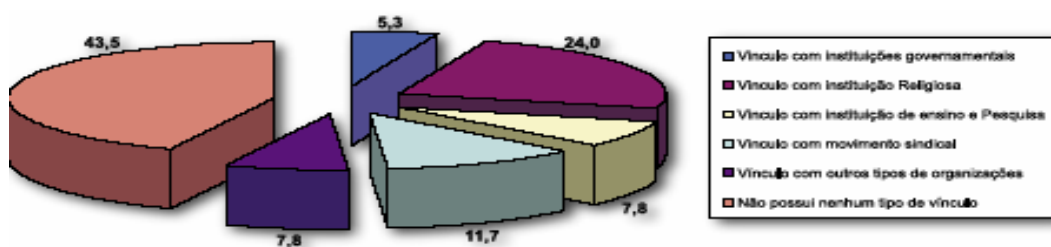
municipal (37%) ou intermunicipal (20%). As EAF cuja atuação abrange o território nacional correspondem a 10% do total. Quanto à forma de organização das EAFs, verifica-se que há uma predominância das (ONGs) com natureza jurídica de associação (46%), com quase metade dos casos. Em seguida as Fundações (13%) e Oscips (organizações da sociedade civil de interesse público) com 12% do total.



**Gráfico 11 – Natureza jurídica das EAFs**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Do total de organizações, 43,5% afirma não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. Destaca-se o vínculo com instituições religiosas (24,0%), seguido pelo movimento sindical (11,7%).



**Gráfico 12 – Vínculos sociais e políticos das EAFs**

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Entre os tipos de atividades desenvolvidas pelas EAFs, predominam as de formação (39,5%) e as de articulação/mobilização (34,7%). São ainda desenvolvidas atividades de financiamento (11,61), assistência técnica e gerencial (10,45), pesquisa e desenvolvimento (8,39), incubação (6,70) e outras atividades (8,04).

### **CAPÍTULO 3**

## **A ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DOS ESTUDOS PRODUZIDOS POR TRÊS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES NO RIO GRANDE DO SUL**

Como foi abordado anteriormente no capítulo 2, a década de 1990 se caracteriza por uma realidade de precarização das relações de trabalho e um crescente aumento do desemprego. Neste contexto, desfavorável aos trabalhadores, se desenvolveu importantes projetos de reação ao fechamento de postos de trabalho e a exclusão social em curso. Dentre eles, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) surgem e ganha espaço entre as universidades públicas e privadas do país.

O objetivo destas iniciativas tem sido de utilizar os recursos humanos e conhecimento das universidades na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias de geração de trabalho e renda.

O conceito que consubstancia este projeto parte do princípio de que a universidade, quando responsável pela proposição e execução de um projeto de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, como as ITCPs, acaba desenvolvendo de forma plena seus princípios de extensão universitária (...). O fortalecimento das ITCP é, também, um meio que garante a inserção econômica desses grupos, das cooperativas, pois é capaz de criar mecanismos independentes de comercialização, financiamento e formação. Este processo desenha, portanto, no cenário nacional, um modelo alternativo de economia solidária (...). Sua força tem origem na forma como demonstra a possibilidade de trabalhar com setores historicamente alijados tanto do mercado informal quando do formal. Toda a discussão que se tava entorno do cooperativismo popular hoje aponta para soluções ou levanta a discussão de questões estruturais (GUIMARÃES, 2003, p. 114).



Surgido a partir dos trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995, logo a proposta das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares começa a ganhar espaço entre outras universidades<sup>48</sup> do país, entidades de financiamento e a se relacionar estrategicamente com o movimento operário do país através da Central Única dos Trabalhadores.

Neste processo de convergência e mobilização importantes setores sociais, sejam eles estudantes ou trabalhadores, internos a estas universidades, como também setores ligados ao estado e aos movimentos sociais externos as universidades entram em cena, agora de forma conjunta.

Ao construir sincronia social, com os trabalhadores e suas organizações, as universidades, pelo menos partes dela, acirra as disputas entorno de alternativas contra hegemônicas de desenvolvimento econômico e social.

Vem Gerando novos espaços de diálogo, onde o tencionamento como relação ao caráter de classe do conhecimento produzido pelas universidades ganha também a centralidade na pauta política. Na universidade, opiniões e projetos conflitantes exprimem divisões e contradições da sociedade<sup>49</sup>

As contribuições deste processo à economia popular solidária colocam-se inicialmente nas áreas dos estudos de produção e viabilidade econômica dos empreendimentos, mas que a cada momento é enriquecido por outras áreas do conhecimento que qualificam no levantamento de dados, conceituação, articulação como também e na produção de novas metodologias na formação dos trabalhadores e estudantes.

---

<sup>48</sup> Podemos citar algumas, as federais do Ceará, Juiz de Fora, Rural de Pernambuco, do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; as Estaduais da Bahia, São Paulo; as Fundações de Blumenau, Unijuí e também entre universidades privadas como a Unisinos e a Católica de Pelotas, entre outras.

<sup>49</sup> CHAUÍ, Marilena. **Universidade: porque e como reformar?**. In. Revista Movimento, s/d.

Após um reduzido tempo de trabalho destinado à coleta de material em algumas universidades<sup>50</sup> do Rio Grande do Sul reunimos três trabalhos que de forma diferente tem como centro de pesquisa a economia popular solidária aos quais vamos tentar indicar suas principais contribuições e conclusões. São eles:

01- “Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária e Autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS”, produzido pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Seu mérito está em abordar como os trabalhadores e instituições que são agentes diretos da economia solidária como também aos agentes sociais que atuam neste movimento através da história oral.

02- “Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul”, produzido por Carlos Juliani na forma de dissertação de Mestrado pela Universidade Regional de Ijuí (Unijuí). Sua contribuição está no fato de estar direcionado à viabilidade econômica dos empreendimentos autogestionários da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

03- “Solidariedade, Autogestão e Cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul”, produzido por Ana Mercedes Sarria Icaza, este estudo compõe trabalho pioneiro em analisar, sob diferentes aspectos, a economia solidária no Brasil que foi produzido pelo grupo de trabalho da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Neste documento, talvez o mais preparado em infraestrutura e de periodicidade de publicações, encontramos uma dimensão mais abrangente e processual das dimensões da economia solidária no estado.

---

<sup>50</sup> Tivemos a oportunidade de visitar a UNISINOS, onde conhecemos parte das publicações em que se baseiam estas pesquisas, como também um dos únicos espaços onde a temática da economia solidária tem um suporte importante para o desenvolvimento de pesquisas na área, como também um centro de documentação organizado sobre a experiência do Orçamento Participativo no estado do Rio Grande do Sul que juntamente com os arquivos do Partido dos Trabalhadores do estado e do município de Porto Alegre e da cooperativa do morro da cruz – UNIVENS, formam um espaço único de subsídio de pesquisa na área; na Universidade de Ijuí (UNIJUÍ), com as mesmas limitações de tempo, visitamos os trabalhos do grupo ligado ao projeto do Governo do Estado ECOPOPSOL onde encontramos pesquisadores militantes que de fato estão engajados na construção de um projeto mais avançado de sociedade, encontramos também o importante trabalho de dissertação de mestrado em desenvolvimento regional onde sistematiza os trabalhos do grupo de pesquisa feito por esta universidade; outro espaço importante é a Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Neste documento, se desenvolve pesquisa na área da economia solidária entre setembro de 2000 a janeiro de 2001, pesquisa que tivemos acesso apenas a sua primeira parte. Falta também citar os trabalhos realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde existe um importante grupo de economia popular solidária, talvez o mais importante no estado e que infelizmente não compõe este trabalho, nesta universidade, em seu curso de economia, temos uma disciplina não obrigatória em que o tema conquista espaço institucional.

### 3.1. Solidariedade, Autogestão e Cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul

Destaca-se neste momento a pesquisa “Experiências de Geração de Trabalho e Renda: No Rumo de uma Economia Popular Solidária” sob a responsabilidade da equipe da Rede Interuniversitária de estudos e pesquisa sobre trabalho – Unitrabalho. Esta rede instituiu um grupo de discussão sobre a economia solidária em 1998, sob a liderança do Prof. Paul Singer. Em 1999, o grupo iniciou a primeira pesquisa coordenada por Luiz Inácio Gaiger. Lançando um programa permanente de assessoria, formação e estudos no campo da economia solidária que hoje envolve dezenas de universidades públicas e privadas do Brasil. Este trabalho, constitui-se como pioneiro em adentrar no tema da economia solidária com campo de pesquisa no Brasil.

Neste processo de formação e organização temática da rede Unitrabalho é publicado em 2004 a obra “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”, que se constitui nos primeiros esforços a nível nacional, ao menos no que pudemos identificar até agora, de tentar “fotografar” a economia solidária nos estados do país.

Esta pesquisa é dividida em duas etapas:

- 1- Levantamento de dados gerais referentes à economia solidária e suas organizações de apoio nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, no Distrito Federal, Pernambuco e Ceará; bem como um processo de visitas em a um conjunto de significativo de empreendimentos de economia solidária. Somente no Rio Grande do Sul foram visitados vinte e um empreendimentos.
- 2- Utilizando-se do método de estudo de caso analisaram cooperativas *in lócus*.

Como ressalta Icaza (2004):

É necessário ter presente que a “foto” é incompleta e as informações aqui apresentadas não esgotam o universo da economia solidária no Rio Grande do Sul. Há com certeza outras organizações que agrupam experiências importantes em diversas partes do estado e que por razões de falta de tempo ou de insuficiência de informações não foram incluídas neste mapeamento (ICAZA,2004, p.19):

Optou-se, analisar a obra: “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”, em abordar os estudos que se direcionam ao espaço geográfico do Estado do Rio Grande do Sul e intitulado “Solidariedade, Autogestão e Cidadania: Mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul”.

Diferente de outros estudos feitos sobre a economia solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul, o de autoria de Ana Mercedes Sarria Icaza inova em construir suas estratégias de pesquisa conciliando, por um lado, o levantamento de dados gerais disponíveis sobre as experiências econômicas solidárias no Estado e sobre suas organizações de apoio. E por outro, a visita a um conjunto de vinte e um empreendimentos econômicos solidários pelo estado. Geralmente, encontramos trabalhos que se propõem somente em analisar dados a partir da metodologia de “estudos de caso”<sup>51</sup>.

Mesmo diferenciando, analiticamente, o sistema cooperativo “tradicional”, representados pela Ocergs, da economia solidária, o estudo inclui ambos no mapeamento, tanto no levantamento das organizações em nível estadual, como na seleção e análise das experiências visitadas<sup>52</sup>. Esta metodologia é de fundamental importância a fim de abordar a economia solidária em seu contexto histórico, pois, mesmo sendo um movimento que construiu identidade própria, sobretudo, a partir da década de 90, muitas vezes se contrapondo ao cooperativismo e o associativismo “tradicional”, seu marco de atuação é as cooperativas e as associações.

Empiricamente, o estudo em debate, parte como fonte de análise às ditas “Organizações de Referência”, ou seja, do conjunto de organizações e de empreendimentos que além de “promover” e “assessorar”, “organizam” e “aglutinam” experiências econômicas de caráter cooperativo e solidário no estado do Rio Grande do Sul.

Diferencia dois conjuntos de organizações como afirma Icaza (2004):

---

<sup>51</sup> É importante ressaltar que este tipo de estudo, de “caso”, sobre a economia solidária se por um lado representam sérios problemas em possíveis tentativas de contextualização mais amplas, são estes estudos que até hoje se fizeram fundamentais para que, a nível nacional e regional, tivéssemos um mapeamento destas experiências no Brasil e o início de um planejamento para o desenvolvimento de políticas públicas para este setor. Aos interessados, consultar o inédito estudo feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária onde, a conjunção de muitos estudos feitos em diferentes regiões do Brasil transformaram-se em uma enciclopédia consistente sobre a realidade e a diversidade deste fenômeno.

<sup>52</sup> Como considera a autora Icaza (2004, p.18) “isto porque consideramos que a economia solidária retoma, de forma explícita, as formas de organização cooperativa e não é possível falar em práticas de cooperação sem considerar as experiências já desenvolvidas, mesmo que seja para estabelecer as diferenciações pertinentes”.

O primeiro, que inclui aquelas ligadas ao *cooperativismo e associativismo tradicional*, cujo surgimento se dá no início do século (XX), e consolidando-se na década de 1970; e o segundo, que congrega as organizações ligadas diretamente à *economia solidária*, as quais começam sua atuação nos anos 1980 e se multiplicam nos anos 1990 (ICAZA, 2004, P.21).

Conforme o Quadro 1 sobre as Organizações de Referência no Rio Grande do Sul:

Organizações de referência no Rio Grande do Sul.	Ano de início.	Origem e projeto.	Espaço de articulação e grupo social predominante.
<b>Ocergs</b> - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul	1971	Entidade de representação política do Sistema Cooperativo Gaúcho, fundada conforme a Lei.5.764/71, que criou a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras	Rural: Pequenos e médios produtores
<b>Fetrabalho</b>	1989	Federação da Fetrabalho Nacional. Órgão articulador das cooperativas de trabalho. Faz parte da Ocergs	Urbano informal: trabalhadores agricultura e familiar
<b>Emater</b> – Associação Rio Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	1977	Órgão executor da política de assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul.	Rural: pequenos produtores (agricultura familiar)
<b>Cáritas</b> - PACS (projetos Alternativos Comunitários)	1982	Entidade vinculada filosófica e doutrinariamente à CNBB. A partir de 1984, desenvolve os PACs, que “visam construir novas perspectivas de vencer a exclusão”. Em 1986 foi criado um fundo de financiamento, com o apoio da Igreja Católica da Alemanha, que permite potencializar o apoio aos grupos de economia solidária	Urbano informal: grupos populares Rural: pequenos produtores (agricultura familiar)
<b>Ceca</b> (centro Ecumenico de Capacitação e Assessoria). <b>Camp</b> (centro de assessoria multiprofissional) – fundo de Miniprojetos	1992	Através do fundo, ambas as ONGs procuram viabilizar e potencializar o trabalho de grupos e organizações populares.	Urbano informal: grupos populares
<b>Coceargs</b> – Cooperativa Central dos Assentamentos do RS	1991	Cooperativa que congrega as cooperativas e associações surgidas nos assentamentos do MST	Rural: assentados pelos programas de Reforma Agrária
<b>Prefeituras:</b> Smic – Porto Alegre Caxias do Sul	1999	Programas municipais para a promoção e o apoio de grupos da economia popular solidária.	Urbano informal: grupos populares
<b>Universidades</b> – Rede de incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares da Unitrabalho	1999	Ação de universidades, através do serviço de extensão, no mundo do trabalho, buscando contribuir para o desenvolvimento de formas democráticas de organização do trabalhador.	Urbano industrial e informal: trabalhadores desempregados
<b>Sedai</b> (secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais)  Programa economia popular solidária ( <b>Ecopopso</b> )	2000	Programa de governo para desenvolver políticas públicas em nível estadual para a promoção e o apoio de grupos que trabalham dentro da economia popular solidária. Entre 2000 e 2001, conta com assessoria da Anteag (associação nacional dos trabalhadores em empresas de autogestão).	Urbano-industrial: predominante Urbano-informal: alguns grupos populares urbanos

#### QUADRO 1 – ORGANIZAÇÕES DE REFERÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: Icaza, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul, p, 20,21.

A partir da observação do quadro acima logo surge a pergunta: em que consiste a diferenciação feita pela autora entre “*cooperativismo e associativismo tradicional*” e “*economia solidária*”?

A resposta é dada pela autora Icaza (2004) da seguinte forma:

O cooperativismo tradicional, por sua prática, apresenta-se fundamentalmente como uma opção de organização econômica e jurídica, inserindo-se dentro dos limites permitidos pelo sistema do capital mundial, tanto no espaço interno como no internacional, sem se sentir desafiado a inovar para ir além desse sistema. Em contrapartida, a economia solidária apresenta-se como um campo de construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, alicerçadas em um discurso crítico transformador e em práticas solidárias e autogestionárias, muito próximas dos movimentos sociais. Sendo assim, sustentamos que esta, por suas experiências e por seu discurso, provoca e desafia suas instituições, sua lógica organizacional e de poder (ICAZA, 2004. p22).

Percebe-se que o “Cooperativismo e associativismo Tradicional” e a economia solidária vem, nos últimos anos, tendo dinâmicas diferenciadas. A construção de espaços de produção e representação política diferenciadas mostra que, para entender a economia solidária, torna-se fundamental diferenciar sua formação e desenvolvimento das organizações ditas “tradicionais” que hoje, em especial as cooperativas de trabalho, constituem-se como ações de conformidade com o sistema capitalista hegemônico de precarização e exploração do trabalho.

### 3.1.1. Cooperativas tradicionais

Mesmo não sendo o objeto de nossos estudos, o “cooperativismo e o associativismo tradicional”, estes tem um processo de mais de um século de organização no Rio Grande do Sul e fazem parte do processo de organização do movimento operário e camponês no estado e no país.

Desde a formação das práticas mutualistas, já no período imperial, passando pelas experiências das diferentes associações que se formaram pelas

transformações impostas com a formação das indústrias no estado percebemos que este tipo de organização faz parte da solidariedade, resistência e luta dos operários<sup>53</sup>.

No campo não é diferente, em 1902 a Caixa Econômica e de Empréstimos de Nova Petrópolis organizada pelo suíço Theodoro Amistadt, conhecido como modelo Raiffeisem, e a expressiva diversidade de organizações de produção agrícola, vinícola, de produção de leite, de consumo, etc., se tornaram processos de cooperação, mobilização e identidade referencial dos camponeses.

Porém a partir de 1955 e até o fim dos anos 70<sup>54</sup>, o cooperativismo experimenta um processo de ampla expansão e transformação, perdendo sua dinâmica de movimento e adquirindo traços essencialmente empresarial, articulado à lógica capitalista, dependente do capital internacional, assumida pelo Estado Brasileiro para a inserção do país no sistema econômico mundial. Sua ação, constitui-se como uma forma de representação empresarial de uma modalidade particular de empresa, a cooperativa, articulando pequenos e médios (em muitos dos casos, grandes também) produtores rurais, dentro da lógica de modernização capitalista predominante, subordinada à lógica do capital<sup>55</sup>.

### 3.1.2. Economia Solidária

Ao analisarmos os dados apresentados se confirma uma tendência histórica apresentada já por outros pesquisadores sobre o mundo do trabalho que, caracterizam o início da economia solidária a partir da década de 1980. Neste período recente é percebido uma notória ampliação e diversificação das práticas de

---

<sup>53</sup> Consultar, O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920) de PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e SCHIMIDT, Benito Bisso, in. Capítulos da História do Rio Grande do Sul, ed. Da UFRGS, 2004.

<sup>54</sup> Em 1971 é criada a Ocergs (organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul), fazendo parte do sistema estruturado a partir da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

<sup>55</sup> Icaza (2004, p.23).

cooperativismo e associativismo, marco de organização da economia solidária no Rio Grande do Sul<sup>56</sup>.

Mas com que base material e argumentativa a autora percebe a cooperação, a solidariedade, a democracia e a autogestão do trabalho protagonizado pelos trabalhadores, como algo que se diferencia do cooperativismo e associativismo de épocas anteriores, ou seja, a economia solidária, ganhando forma de processo e como se fortalece no Estado?

Pontuamos assim cinco elementos que diferencia um e outro processo:

1- A formação de organizações (cooperativas e associações) que não são filiadas a Ocergs;

2- Mudança no espaço geográfico hegemônico de atuação, pois, dentre um total de 693 empreendimentos identificados 204 estão no meio rural e 489 no meio urbano. Ou seja, 29% são rurais e 71% urbanas.

3- Mudança de composição com relação ao número de associados. É uma característica da EES a formação de cooperativas e associações de dimensões menores com relação às de origens anteriores a década de 80. A dimensão até então era de mais de 100 participantes e muitas com mais de 1.000 e 3.000 e sobretudo no meio rural. Na economia solidária 33,3% tem entre 3 e 20 participantes e 33,3% entre 21 e 50 participantes.

1. Com relação ao perfil de gênero da força de trabalho, os EES são caracterizados por prevalecer o gênero feminino;

2. É característica diferencial dos EES como relação ao perfil “tradicional” uma diversificação de setores econômicos que até então se caracterizam por ser ou de soja, ou de trigo, ou de leite. Já nos EES percebemos que dentre o total de 382 empreendimentos analisados, 17% são ligados à agricultura, 16% a indústria, 12% na alimentação, 12 prestação de serviços, 10% na reciclagem de lixo, 9% no

3. artesanato, 6% na agroindústria, 5% na confecção e costura e 13% em outras atividades econômicas<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> É importante ressaltar que o quadro- 1 acima exposto trabalha com a identificação das organizações a partir de suas datas de fundação. O que não devemos entender como algo estanque, mas sim, como o processo de mobilização e de tomada de consciência dos trabalhadores que em suas lutas construíram suas organizações. Portanto, nos parece necessário relativizar o vácuo aparentemente posto entre a formação dos PACs (1982) e o conjunto de outras organizações de economia solidária que se proliferam a partir dos anos de 1990. Na verdade, a ação desenvolvida pela Cáritas, através dos PACs, contou desde sua origem com o apoio, inclusive financeiro, da Cáritas internacional e da Igreja Católica, diferente da grande maioria ainda hoje não contra com tal apoio.



A autora traça sua análise também sobre os dados coletados junto a vinte e uma cooperativas e associações no Estado. Os grupos visitados aparecem estruturados basicamente em quatro tipos, cujas características estão sintetizadas no Quadro 2 sobre os tipos de empreendimentos segundo a presença de traços solidários e de cooperação:

	<b>1-Empreendimentos cooperativos com traços predominantemente coletivo e solidário</b>	<b>2-Empreendimentos de caráter associativo, baseado na articulação e cooperação de produtores individuais</b>	<b>3- Empreendimentos de caráter familiar, com diversos níveis de solidariedade e cooperação</b>	<b>4 Empreendimentos com traços predominantemente empresarial competitivo</b>
<b>Tomada de decisões</b>	Coletiva, buscando novas formas e mecanismos para democratizar as decisões. Boa participação dos associados	Cada produtor decide sobre sua participação no grupo. As decisões principais são tomadas coletivamente, mas operacionalmente são centralizadas na direção ou liderança de alguém que responde pelo grupo	A tomada de decisão é determinada pelas lógicas de liderança ou autoridade estabelecidas em nível familiar ou comunitário. Fragilidade nos mecanismos de gestão do empreendimento.	Centralização no quadro gerencial e em alguns membros da direção
<b>Democracia</b>	Participativa. Há rotatividade nos cargos diretivos.	Relação de horizontalidade e boa comunicação entre os associados.	Relações pautadas por formas de autonomia familiar ou comunitária	Formal. Pouca participação dos associados. Continuidade dos cargos diretivos.
<b>Distribuição de renda</b>	Igualitária.	Cada produtor ganha conforme sua contribuição e trabalho no grupo	Variável: em alguns grupos é igualitária, em outros, altamente diferenciada.	Alta diferenciação
<b>Autonomia em relação aos agentes externos</b>	A autonomia é incipiente.	Significativa dependência de programas e assessoria externa	Muita dependência dos agentes externos	São autônomos
<b>Visibilidade e sustentabilidade</b>	Os grupos se sustentam e crescem, mas com muitas dificuldades. Fragilidade financeira.	A cooperação entre produtores contribui para a viabilidade individual e coletiva.	A atividades inseridas dentro de estratégias de sobrevivência familiar mais amplas. Fragilidade financeira.	Eficiência econômica, mas dificuldades no contexto econômico atual.
<b>Exemplos Típicos</b>	Coosan, Coopernovi, Unidade Cavalhada, Univens	Adere, Apsat, Arpa, Coesperança, Círculo de Máquinas	Assoc. Pôr-do-sol, Crisfa (olaria), Massas, Ascal	Coop. Capitão, Certel, Coolan, Coomec, Coopserv

## **QUADRO 2 – Tipos de Empreendimento segundo a presença de traços solidários e de cooperação.**

Fonte: Icaza, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul, p, 38,39.

<sup>57</sup> Dados fornecidos pela CAMP, 2001 e banco de dados da Coceargs.

**Grupo 01: Empreendimentos com traços predominantemente solidários:**

Fica evidente neste grupo, uma vinculação direta dos trabalhadores a processos de lutas sociais no campo e na cidade. É o caso no campo da Coanól e a Cooptar, filiadas a Coceargs e vinculadas às lutas pela Reforma Agrária; as vinculadas a lutas urbanas como a Cooperнови, Cootravipa, Unidade de Reciclagem do Loteamento Cavahada e a Univens (esta última teve reconhecimento internacional pela produção das bolsas do Fórum Social Mundial que aconteceram em Porto Alegre); e a Cooperнови ligada à luta sindical.

**Grupo 02: Empreendimentos de caráter associativo, baseados na articulação e cooperação de produtores individuais:**

Neste caso, os traços fundamentais pautam-se não pelo trabalho coletivo ou ligado aos movimentos sociais, mas sim, a articulação e cooperação como objetivo de viabilizar solução de problemas imediatos como deficiência tecnológica, jurídica, de máquinas, de comercialização de produtos, etc,. Neste grupo figura a Coesperança de Santa Maria, importante no processo de articulação local, estadual, nacional e internacional da economia solidária, mas que materializa uma característica deste grupo, a centralização na direção ou na liderança de alguém a operacionalidade das articulações políticas e ações feitas<sup>58</sup>.

**Grupo 03: Empreendimentos de caráter familiar, com diversos níveis de solidariedade e cooperação:**

Esses empreendimentos têm uma característica bastante marcante no universo da economia solidária. O fato de a economia solidária ser uma das diversas formas de geração de trabalho e renda para as famílias. São pequenos grupos ou associações ligadas a experiências individuais, de cada grupo ou associado, e o grau de democracia e participação depende mais destes vínculos do que de movimentos coletivos ou mesmo do marco jurídico de suas organizações. É possível encontrar em um extremo, grupos como a associação Pôr-do-sol, na qual há uma construção de formas de cooperação e solidariedade, bem como participação

---

<sup>58</sup> Icaza, (2004, p.39-40)

cotidiana dos associados. No outro extremo, encontramos grupos de confecções ou de elaboração de alimentos, mais próximos de uma lógica de microempresa familiar.<sup>59</sup>

**Grupo 04: Empreendimentos com traços predominantemente empresarial competitivo:**

Esses empreendimentos não se constituem como uma prática autogestionária propriamente dita. É marcante nestes a centralização das decisões em uma equipe técnico-gerencial e um processo de proletarização marcante. Esse perfil aparece principalmente dentro das cooperativas tradicionais como a Certel e a Coolan. Mas há outras de criação mais recente e nas quais não há formalmente assalariados como a Coomec e a Coopserv. O solidarismo, a democracia e o igualitarismo se não são inexistentes, estão bastante fragilizados.<sup>60</sup>

O Quadro 2 acima exposto é importante também para analisar o que a autora chama de “tendência aparentemente contraditória”.

Por um lado, os empreendimentos que praticam a cooperação e autogestão nos processos de trabalho “tendem a funcionar com uma permanente fragilidade financeira e sem muitas perspectivas de superá-las”.

Por outro, aqueles em que é alcançado maior viabilidade econômica e capacidade competitiva “tendem a se aproximar da lógica de funcionamento das empresas capitalistas, em detrimento da participação democrática de seus membros”.

Com o objetivo de solucionar tal equação a autora afirma Icaza (2004):

É preciso revisar os próprios conceitos com os quais são avaliados os EES, já que o empreendimento não é viável apenas quando comprovada sua solvabilidade financeira e perspectivas de mercado, mas quando é eficaz porque combina a dimensão econômica conjugada com a dimensão social(...). Em segundo lugar, porque é um equívoco pensar a qualidade “empresarial”, dos empreendimentos dissociada do seu caráter “solidário”, uma apontando para uma ação pragmática e outro, para valores e ideais (ICAZA, 2004, p.45):

---

<sup>59</sup> Ibid., p. 40.

<sup>60</sup> Ibid., p. 41.

Conclui ainda, citando o nicaraguense Orlando Núñez et al (1999, p.51): “todo esse processo exige uma cultura de empresa que atualmente não está o bastante presente na economia popular, mas as condições para alcançá-las estão reunidas”.

Acelerar a “integração horizontal e vertical” dos EES coloca-se como pré-condição para que, os empreendimentos que avançam de fato nas práticas de trabalho justo não fiquem isoladas e sucumbam perante o mercado competitivo e desigual. Como também, aqueles que entendem ser necessário à competitividade e viabilidade econômica de seus empreendimentos em detrimento da autogestão dos trabalhadores.

Agregar racionalidade sistêmica à cadeia de produção e circulação dos EES é o processo a ser fortalecido nos espaços onde a economia solidária esta atuando para que, nos próximos anos, tenhamos um outro patamar de enraizamento e coesão programática do movimento. Como conclui Icaza (2004):

A economia solidária apresenta-se num processo gradual de avanços e realizações, ao mesmo tempo ancoradas nas próprias experiências e transcendendo-as, pois os limites até agora detectados não podem ser superados numa dinâmica autocentrada nos empreendimentos. Faz-se necessário avançar na construção de um sistema, tecendo articulações entre as experiências e, entre elas, os diferentes espaços locais, regionais e mundiais. A perspectiva de consolidação da economia solidária, neste sentido, demanda um duplo processo: dos empreendimentos às articulações redes e políticas mais amplas, e destas ao fortalecimento e ampliação das experiências concretas (ICAZA, 2004, p.53).

### **3.2. Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária e Autogestionária – Um Estudo de Caso: a Metade Sul do RS**

Na Universidade Católica de Pelotas UCPel encontramos a pesquisa intitulada “Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária e autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS”<sup>61</sup>.

O coletivo de trabalho envolvida nesta pesquisa é composta em sua coordenação, pelos professores Antônio Cruz e Gabriela Scur da Silva e por uma equipe de pesquisa composta também por outros cinco professores da Universidade de Pelotas. Além de nove monitores bolsistas de pesquisa – quatro da UCPel nas cidades de Pelotas e Rio Grande; dois da Urcamp em Bagé e Livramento; um da PUC/RS na cidade de Uruguaiana; dois da UFSM em Santa Maria.

O comitê Gestor do projeto, definido como (parceiros sociais) é composto pelo Núcleo Unitrabalho/UCPel; ANTEAG; CUT – Micro Regional/Sul; CAMP; SEDAI/RS – coordenação de economia popular solidária (ecopopsol) e pela SECP/RS – gabinete da metade sul (GMS). Como agentes de financiamento temos o Fundo de Miniprojetos da Rede Unitrabalho; a CAMP e a FAPERGS.

Os objetivos gerais e específicos deste projeto são:

Construir parâmetros e referenciais teóricos de análise que permitam o aprofundamento teórico do tema da “economia solidária” e orientem a ação dos agentes sociais e parceiros relacionados à problemática.

1- Identificar e catalogar as iniciativas econômico-empresariais classificadas como “cooperativas”, “associações”, “populares” ou “solidárias” pelos agentes sociais reconhecidos a serem investigados na parte exploratória da pesquisa – a saber: órgãos públicos/governamentais, sindicatos, entidades empresariais, instituições de fomento e crédito, instituições de ensino e pesquisa, órgãos da sociedade civil vinculados a projetos de desenvolvimento econômico alternativos, analisando criticamente as definições e conceitos apresentados.

---

<sup>61</sup> Este documento apresenta um relatório parcial, etapa I, realizado entre setembro de 2000 e janeiro de 2001 e intitulado “identificação das iniciativas e pesquisa conceitual exploratória a partir das agências sociais. Foi apresentado ao Comitê Gestor da pesquisa (parceiros sociais), na UCPel, em primeiros de março de 2001.

2- Estudar, no âmbito de uma amostra intencional preparada junto com os parceiros de pesquisa a partir dos dados exploratórios, uma tipologia dessas iniciativas levando em consideração suas estruturas e formas de organização e ação econômicas no espaço geográfico da chamada “metade sul do Rio Grande do Sul”, ao longo do período compreendido entre os meses de julho de 2000 e junho de 2001.

3- Identificar as possíveis iniciativas de economia solidária (não-empresariais de tipo tradicional ou informal-individual) a partir das informações prestadas por agentes afins.

4- Pesquisar, de forma exploratória, o universo dos significados conceituais das noções principais – presentes na literatura sobre o tema e nos documentos governamentais e dos movimentos sociais – da chamada “economia solidária”.

Nesta primeira etapa da pesquisa foram listadas 198 entidades a serem entrevistadas nos seis municípios da amostra: Pelotas, Rio Grande; Bagé, Santana do Livramento e Santa Maria, conforme Tabela 1 abaixo:

**TABELA 1 - Entrevistas previstas e realizadas na Etapa 1 da pesquisa.**

Cidade	N° de entidades listadas /entrevistadas	N° de entrevistas realizadas
Pelotas	33	32
Rio Grande	36	33
Bagé	25	23
Santa Maria	57	53
Uruguaiana	27	21
Sant. Livramento	20	15
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>	<b>177</b>

Fonte: Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária e autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS. UCPel, 2001. (Relatório apresentado ao Comitê gestor da pesquisa ‘parceiros sociais’, em 1º/03/2001).

Dessas 198 entidades listadas, os pesquisadores de campo entraram em contato e entrevistaram 177 pessoas, representantes de entidades que poderiam ter alguma relação com empreendimentos ou iniciativas da chamada “economia

solidária”, entre eles: órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados ligados ao desenvolvimento econômico; entidades empresariais e sindicais; instituições universitárias, de pesquisa e de crédito (bancos estaduais e cooperativos); órgãos de registro e monitoramento (junta comercial, organização das cooperativas do Estado do RS); “Sistema S”; organizações religiosas e ONG's; enfim, ao conjunto de agências sociais que de algum modo pudessem ter acesso a informações sobre a existência de iniciativas econômicas diversas daquelas de tipo tradicional, de iniciativa privada<sup>62</sup>.

Os resultados mais relevantes desta primeira etapa da pesquisa analisada dizem respeito às iniciativas econômicas que foram sistematizadas através do documento ao qual estamos baseando nossos comentários e que foram listadas pelos entrevistados como sendo “cooperativas”, “empresas autogestionárias”, “associações de produção”, “empreendimentos de produção solidária”, “empreendimentos de economia popular”.

Uma síntese com relação ao número de empreendimentos citados pelas entidades entrevistadas (por cidade) segue na Tabela 2 abaixo:

**TABELA 2 – Número de Empreendimentos citados pelas entidades entrevistadas (por cidade)**

Cidade	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(a)	(b)
Pelotas	60	00	14	00	00	74	02
Rio Grande	67	01	12	04	08	92	01
Santa Maria	59	01	36	03	00	99	04
Bagé	25	08	23	03	03	62	06
Uruguaiana	24	02	06	05	02	39	00
Livramento	12	04	07	04	04	31	01
<b>TOTAIS</b>	<b>247</b>	<b>16</b>	<b>98</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>397</b>	<b>14</b>
(1) Cooperativas							
(2) Empreendimentos Autogestionários							
(3) Associação de Produção							
(4) Empreendimento de produção solidário							
(5) Empreendimento de economia popular							
(a) Total de citações por cidade							
(b) Total de citações em duplicidade de categorias (por cidade)							

Fonte: Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária e autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS. UCPel, 2001. (Relatório apresentado ao Comitê gestor da pesquisa (parceiros sociais), em 1º/03/2001).

<sup>62</sup> Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária e autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS. UCPel, 2001, p 04.

Cabe ressaltar que tais iniciativas citadas e organizadas constituíram o objeto por excelência da pesquisa. Constituem um reconhecimento inicial, para que, destas citações seja elaborado as estratégias de ação por parte dos “agentes parceiros da pesquisa” ou melhor, para que se identifique o que será possível considerar como “iniciativas de economia solidária”<sup>63</sup>.

A relevância das informações “conceituais” das entidades entrevistadas, segundo a pesquisa, teve por objetivos:

Primeiro: introduzir o entrevistado a questionar-se sobre “como nomear as experiências empresariais não-tradicionais”. Os entrevistados em pesquisas científicas nem sempre construíram previamente uma noção e/ou um conceito e/ou uma opinião acerca daquilo a que são chamados a responder na pesquisa. Exatamente por isto, costumam responder de forma evasiva ou apenas repetem termos que já ouviram e que lhes parecem coerentes à primeira vista. Responder quais as cooperativas ou empresas autogestionárias reconhecidas pelos entrevistados exigia que, minimamente, eles se confrontassem com seus conceitos sobre estes termos. Logicamente, haveria formas muito mais apropriadas para resolver este problema metodológico, mas consideramos que nas condições dadas, tal confrontação permitia (permitiu) que a seguir eles procurassem exemplos onde se apoiar na construção de seus próprios conceitos

Segundo: construir um *starter* de discussão para os participantes da pesquisa, fornecendo material para crítica analítica em relação aos conceitos e noções produzidos, de modo a problematizar já agora nosso objeto (Levantamento, conceituação e tipologia de iniciativas de economia solidária e autogestionária – um estudo de caso: a metade sul do RS. UCPel, 2001. (Relatório apresentado ao Comitê gestor da pesquisa (parceiros sociais), em 1º/03/2001).<sup>64</sup>

Foi dada ênfase na etapa primeira da pesquisa ao trabalho de aplicação de questionário<sup>65</sup>. Os resultados desta etapa da pesquisa esta apresentada abaixo de forma parcial e em tópicos.

---

<sup>63</sup> Sua estrutura, junto com as elaborações conceituais que colheremos ao longo da pesquisa, nos permitirão tipologizá-las. Op.cit, p 08.

<sup>64</sup> Op.cit, p 09.

<sup>65</sup> Segue em ANEXO o “Questionário 1” o qual foi dirigido as entidades visitadas e de onde foram extraídas as citações que seguem com relação a “cooperativas”, “empresa de autogestão”, “associação de produção”, “empreendimento de produção solidária” e “empreendimento de economia popular”.



### 3.2.1. Cooperativas

Este é o termo a que os entrevistados conceituaram com mais convicção<sup>66</sup>. O número de não-respostas é bastante pequeno (12 falas, dentre o total de 158, ou seja 7,6%) e a maioria das respostas tendeu a relacionar o termo “cooperativa” de duas formas: 1º - formas associativas de produção, que visam atender a interesses comuns de seus participantes, sejam eles meramente econômicos (comercialização, redução de custos, acesso a crédito), 2º - compreendendo valores éticos (bem comum, solidariedade).

No primeiro tipo (56 falas, dentre o total de 156, ou seja, 35,5%) temos como exemplo as seguintes falas:

Grupo de pessoas que se unem como o mesmo objetivo. A alternativa hoje é as cooperativas, pois as empresas estão reduzindo cada vez mais seu quadro de funcionários. Hoje uma sobra de mão de obra e fechamento de muitos postos (...). Uma das opções de ocupação dessa mão de obra seria uma cooperativa de serviços, pois juntou pessoas que detém o treinamento para determinada atividade, ou seja, para atividade portuária e se administrar através de uma cooperativa, não são empregados de ninguém, só deles mesmo e com isso entrar no mercado de competição. Começar a competir com empresas particulares e prestadores de serviços, mas com vantagens oferecidas pela legislação que ampara dessa forma o trabalho cooperativo, é um exemplo (Paulo Pinto, Centro das Indústrias, Rio Grande).

Grupo de pessoas que se reúnem com um fim comum para explorar uma atividade com ganhos de escala. Unem-se para melhorar negociações de compra e venda de produtos ou serviços (Wanderley Pereira, Banco do Brasil, Santana do Livramento).

Manifestações típicas do segundo significado produzido (50 falas, dentre o total de 156, ou seja, 31,6%), são as seguintes:

Cooperativas é uma união de pessoas e não de capital, não importa o valor que cada pessoa dispõe para participar da cooperativa, importa é a pessoa e não dinheiro que cada um tem (João Carlos, Sicredi, Bagé). Na nossa visão, cooperativismo seria possuir uma sociedade solidária, sendo que pela nossa cultura é muito difícil, pois nosso povo sempre teve essa idéia de empregado e empregador. Dentro do possível, estamos tentando criar esse novo ambiente de relação de trabalho e geração de renda, não é uma coisa que a gente visa só o lucro, mas sim a integridade do ser como um todo (Florêncio da Silva, Sindicato dos Metalúrgicos, Pelotas).

---

<sup>66</sup> Op.cit, p 09.

Embora estes significados representem a maioria das falas, houve ainda mais dois tipos diferentes de conceituação para “cooperativas”.

Aquele que relaciona a cooperativa a formas disfarçadas de exploração do trabalho, utilizadas no sentido das “coopergatos”, cooperativas cujo sentido central é reduzir o custo da mão de obra (13 falas, dentre o total de 156, ou seja, 8,2%). Com a seguinte fala:

Pela maneira, pela frouxidão da legislação na proteção dos trabalhadores, é inviável. Todos os exemplos que temos aí, na verdade existe até uma denominação, que se chama coopergatos (Edgar, Sindicato dos Vigilantes, Santa Maria).

Ou ainda, as falas que significam “cooperativas” como uma estruturação jurídica, que é definida legalmente:

É união de um segmento da sociedade de uma determinada área e que as pessoas se reúnem e constituem um estatuto e baseada nesta associação de pessoas que buscam um objetivo comum (José Hermeto Correa, PUC-RS Campus Uruguaiana). É uma instituição que contempla juridicamente dentro da nossa legislação quer, por exemplo, se tratando de produção. Cooperativa de produção. Existe também a cooperativa de consumo, mas o que nós temos mais contato é com o meio rural, é a cooperativa de produção. Os produtores se associam de forma cooperativa, todos produzem para essa entidade para fortalecer o todo, se verifica muito produzem para essa entidade para fortalecer o todo, se verifica muito na prática que são criadas cooperativas, no entanto os associados não têm o espírito cooperativo, não estão assim, devidamente catequizados. Simplesmente, as vezes atuam como se fosse uma empresa, como se fosse uma associação ou uma empresa particular então não tem aquele espírito de trabalhar pelo todo, pela cooperativa que é uma, talvez a melhor forma de produção, de união de forças tanto consumo como produção (...) (José Franklin Borges, Emater, Rio Grande).

### 3.2.2. Empresas autogestionárias

Ao contrário do termo “cooperativa”, a maioria dos entrevistados pela pesquisa não tem familiaridade com a idéia de autogestão, embora nos pareça significativo que um termo tão pouco usado obtenha um conceito de convicção por quase 30% dos entrevistados<sup>67</sup>. O número de não-respostas (não sabia ou não quis responder), entretanto chegou a 33%.

Abaixo, destacamos falas representativas das principais categorias levantadas pelos entrevistados pela pesquisa:

- Empresas geridas pelo(s) próprio(s) dono(s)/proprietários(s) - (23 falas dentre o total de 165, ou seja, 13,9%).

Todas as empresas são autogestionária ( Geraldo, Emater, Pelotas). Ela se gere pôr si mesma (João Novo, Banco do Brasil, Rio Grande). Bom, qualquer empresa autogestionária, ela é auto, já está dizendo, ela é gerenciada pelas próprias pessoas. Pode ser num sistema colegiado, onde vários (...), e ela tem a sua gestão, período de gestão determinado dentro do seu grupo. Ela é gerenciada pelos próprios donos, pelas próprias pessoas que formam essa empresa (Alexandre Martins, CPERS, Santa Maria).

Empresas planejadas, que se auto-sustentam, não dependem de subsídios - (23 falas dentre o total de 165, ou seja, 13,9%).

São empresas que aplicam autogestão. Nós temos um planejamento estratégico que é definido de três em três anos, com uma reunião de todas as gerências e diretorias de cada SICRED. Temos uma política de montar planejamento para três anos, claro que vai sofrendo alterações devido às conjunturas econômicas, mas isso não é muito significativo, pois já sabemos onde queremos chegar. Esta política de autogestão vai planejando e fixando metas, pois hoje uma empresa não vive sem metas.” (Cláudio Lopes de Campos, Sicredi, Pelotas).

Uma empresa autogestionária? Está muito em moda agora, seria empresas que conseguiriam dentro de sua própria receita, de seu próprio faturamento, manterem auto-suficiência, ou seja, empresas que não necessitam de grandes financiamentos, que venham a comprometer ao longo dos anos o faturamento da empresa (Susel, SESCOPE, Rio Grande).

---

<sup>67</sup> Op.cit, p 12.

Empresas onde os trabalhadores participam da gestão (são ouvidos pelo(s) administrador(s) - (07 falas dentre o total de 165, ou seja, 4,2%).

Na minha maneira de ver, empresas autogestionárias, são aquelas empresas que patrão e empregado dirigem as empresas, tem participação nas decisões, então seria todos os funcionários que iriam dirigir esta empresa (Paulo Ramón, Emater, Santa Maria). A empresa autogestionária tá dentro da cooperativa. Empresa Autogestionária ela tem diferenciação de uma cooperativa. Ela tá conversando com seus trabalhadores, como uma linha que a empresa segue. Ela na verdade dá autonomia, ela ouve os trabalhadores. Que têm empresas que não são autogestionárias, que mantém a produção sem estar ouvindo os trabalhadores. Porque os trabalhadores têm a capacidade, pode contribuir para ajudar a empresa (Cleomar Godói, Sindicato dos trabalhadores na Alimentação, Santa Maria).

Empresas onde os lucros são repartidos (propriedade coletiva) - (02 falas, dentre o total de 165, ou seja, 1,2%).

Este conceito está sendo trabalhado agora, seria parte do pressuposto de encampar as empresas quebradas e colocar para funcionar. Essa parte de colocar para funcionar é importante a parceria com a ANTEAG, pois é ela que auxilia as pessoas que trabalham na fábrica e não tem conhecimento administrativo, ou seja, para quem vender, como vender e como negociar. Essas empresas funcionam como uma empresa comum, ela visa o lucro, mas esse lucro não é dividido para um só, ele é socializado para todos que trabalham (Paulo Farias, CUT, Pelotas).

Empresas geridas pelos trabalhadores, de forma democrática e/ou participativa - (42 falas dentre o total de 165, ou seja, 25,5%).

Grupo que desenvolve suas atividades de forma autogestionária, isto é, o grupo se auto administra através de assembléias e seu representantes (Darlene, FURG, Rio Grande). Seria genericamente assim: as pessoas trabalham de uma forma diferente do que é uma empresa normal, elas usam autogestão, vivenciam a democracia, as coisas são feitas em conjunto. É mais ou menos nessa linha, mas eu estou falando superficialmente (Jane Cláudia, Cáritas Diocesana, Pelotas.)

### 3.2.3. Associações de produção

Pelas noções levantadas pelo instrumento, esta foi a que mais suscitou o conjunto de respostas mais homogêneo<sup>68</sup>. O número de não-respostas foi bastante reduzido e a grande maioria dos entrevistados significou associação de produção como:

É um grupo de pessoas que buscam resultados comuns, mas que tenham o instrumento de parceria como forma de facilidade, para que possamos conseguir um resultado com menor esforço e com maior lucro (Darcy Bitencourt, Embrapa [campus], Pelotas). São formas associativas com objetivo definido, que é apenas a produção, utilizando os recursos disponíveis não necessariamente escassos, mas os recursos disponíveis potencializando-se dos recursos entre as pessoas que pertencem a esta produção (Cláudio Marques Ribeiro, Urcamp, Bagé). Eu entendo que associação de produção é uma sociedade de pessoas com entidades e que visam uma produção de algum produto, de algum insumo, para comercializar, para vender, sendo também como finalidade potencializar a mão de obra e os lucros. Então ela tem como fim, diferente de uma entidade social, de uma entidade recreativa ela visa a produção de determinado produto (Zacheu Gomes Canela, Ascar [Emater Regional], Santa Maria)

#### 3.2.4. Empreendimento de produção solidária

De todos os questionamentos feitos pela pesquisa aos entrevistados, a “produção solidária” é aquela que tem menos pontos de convergência e de “classificabilidade” entre as respostas obtidas. A variabilidade resultante do esforço de conceituação dos entrevistados deixou claro a obscuridade do termo para a grande maioria dos entrevistados<sup>69</sup>. Os números de não-respostas chegaram a 40 dentre 164 entrevistados (24,4%), ou seja: um entre cada quatro entrevistados não tem idéia do que se possa chamar de “produção Solidária”.

Uma leitura rápida das respostas contidas nos questionários indica que mesmo aquelas que responderam o fizeram de forma “irrefletida”, com pouco critério conceitual, inclusive entre aqueles que – a princípio- estariam mais familiarizados com o tema, como por exemplo:

---

<sup>68</sup> Op.cit, p 14.

<sup>69</sup> Op.cit, p 15.

Também não me diz muita coisa, porque pra mim existem várias formas de organização. Existe uma forma de organização dos trabalhadores nas empresas de autogestão, que a partir daí eles podem se organizar coletivamente para fazer várias coisas; para produzir, para prestar serviços, para consumir. Existem várias formas (Dione Manetti, Anteag, Pelotas). É visar o bem de toda a humanidade, é conquistar espaço, e colocar a disposição das pessoas necessitadas e as pessoas as quais convivem em parte (Irmã Josefa Pikua, Cáritas Diocesana, Bagé). A mesma coisa não vejo muita diferença dos outros, agora pode ocorrer alguma diferença dos outros, por exemplo eu passo ter 4 ou 5 empresas que trabalham separadas mas para determinados tipos de ação eles fazem um trabalho solidário. Por exemplo, 4 ou 5 farmácias montam uma empresa que vai fazer a compra de seus estoques, imagino que uma empresa seja algo parecido com isso (Ricardo Dias, Sebrae, Uruguaiana). Esse termo, empreendimento, é a primeira vez que eu to vendo. Esse empreendimento de produção solidária, acredito que, aí que tá, o que tu entende por solidariedade? Produção solidária, um ajudando o outro, um fazendo a sua parte, cada um fazendo a sua parte, cada um dando de si o que sabe. Acho que é por aí (Maria de Fátima Castro, Subdelegacia Ministério do Trabalho, Santa Maria). Não tenho conhecimento (Fernando Arejão, Sine, Rio Grande). Empreendimento entre pessoas excluídas a partir de uma consciência do contraponto à globalização, que se unem para participar dentro do modelo capitalista do mercado de trabalho (Marcos Sória, Sine, Livramento).

### 3.2.5. Empreendimento de economia popular

A exemplo da “produção solidária”, a “economia solidária” possui um significado difuso e algumas vezes contraditório para os entrevistados<sup>70</sup>. Um entre quatro (27,03%) entrevistados não quis ou não soube responder à questão proposta (não-respostas)

Houve 31 respostas (18,8% do total de 165 entrevistas) encaradas pela pesquisa com sendo “sem classificação”, tamanha a variedade e o desencontro de noções e conceitos presentes na temática questionada. Destas respostas, uma em especial nos parece simbolizar de forma paradigmática o quanto o discurso político, muitas vezes, encobre uma proposição prática objetivamente construída<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Op.cit, p 16.

<sup>71</sup> Op.cit, p 16.

Eu entendo o seguinte: são vários e diversos, mas eu acho que tudo que se tem, e nós temos hoje no governo a Frente Popular, e como certeza, tem alguns projetos aí, vai de encontro a todo o empreendimento de economia popular. Até mesmo da Secretaria de Desenvolvimento Rural, então eu acho que são projetos, empreendimentos novos que virão, trabalhando principalmente essa questão do meio rural, que é onde tá lá o pequeno, onde tá a agroindústria, então vários segmentos. Eu acho que nós podemos, com certeza, da maneira que está sendo encaminhada essa questão de empreendimento e economia popular... até porque foi feito um debate em relação, com a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Eu acho que tem tudo para dar certo. Eu não entendo conhecimento, para ser sincero, de empreendimento direto sobre economia popular. Mas eu posso dizer assim que existe um projeto para que isso possa ser muito mais desenvolvido através do segmento que é a prefeitura (Rogério Reis, Sindicato dos Comerciantes, Santa Maria).

Embora a pesquisa contou com um alto índice de não respostas e respostas não classificáveis (46,1%!), os demais entrevistados distribuíram suas respostas a partir de significados que foram agrupados da seguinte forma:

- Os que consideram “empreendimentos de economia popular” como aqueles cuja produção está voltada para os consumidores de baixa renda, de caráter público (serviços) ou privado (23 respostas, 13,9% do total), produzindo artigos e serviços mais baratos e de mais fácil acesso à população pobre.
- Os que relacionam o conceito às iniciativas dos trabalhadores de baixa renda, que procuram reinserir-se no mercado de trabalho e cujo resultado é uma melhor distribuição de riqueza social (22 respostas, 13,3% do total).
- Os entrevistados que identificam nos “empreendimento de economia popular” aspectos éticos voltados para a solidariedade e/ou a vida comunitária, onde a ação econômica visa o fortalecimento dos laços de integração com o grupo ou comunidade em que se produzem (22 respostas, 13,3% do total).
- As respostas que buscam no conceito uma certa forma de espontaneidade dos trabalhadores e dos mais pobres, que reconhecem uma certa “identidade da cultura popular” nas iniciativas (13 respostas, 7,9% do total).
- E finalmente, aquelas respostas que relacionam os “empreendimentos de economia popular” à economia informal e ao artesanato individual (9 respostas, 5,5% do total).

Avaliando a etapa I da pesquisa que analisamos em seus elementos principais podemos verificar que:

1 - A lista produzida de iniciativas econômicas que podem ser relacionadas a formas “não-tradicionais de empresariamento” (possíveis iniciativas de economia solidária),

dá conta da existência de 393 empresas<sup>72</sup>. O que nos permite identificar a relevância e o potencial destas iniciativas de economia solidária na metade sul do RS. O que motiva e indica a necessidade de que os agentes sociais envolvidos ou em processo de reconhecimento do fenômeno somem esforços a fim de contribuir e problematizar tais iniciativas.

2 - Do ponto de vista do debate conceitual os dados apontam para o desconhecimento generalizado daquilo que é ou possa vir a ser a economia solidária. Salvo os agentes sociais diretamente envolvidos com a economia solidária, a grande maioria desconhece as formas e possibilidades da economia associativa.

---

<sup>72</sup> Op.cit. p 20.



### **3.3. Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**

As observações levantadas neste sub-capítulo levam em consideração os estudos de Luiz Juliani em sua dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania – Mestrado, Área de Concentração: Políticas e Projetos de Desenvolvimento, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e intitulada “Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul”<sup>73</sup>.

Nesta dissertação, Luiz Juliani parte das informações coletadas junto a 30 empreendimentos autogestionários da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O autor parte do levantamento de dados empíricos, buscando verificar e analisar as “potencialidades e limites de iniciativas empresariais” que apresentam características que as permitem serem classificadas como sendo do campo da economia solidária, no processo de desenvolvimento regional<sup>74</sup>.

Ao observar o modo de organização do trabalho nos empreendimentos analisados, é constatado por Juliani a existência de muitas “iniciativas empresariais”, na economia regional, que se valem de processos de gestão participativa<sup>75</sup>. Isto é, em bases associativas e cooperativas, onde os seus integrantes dirigem os

---

<sup>73</sup> JULIANI, Luiz. **Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí, 2004.

<sup>74</sup> O estudo ao qual a Unijuí fez parte e em que a dissertação orienta-se foi realizado com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), no período da gestão do Governador da Frente Popular (1999-2001), em convênio com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), conforme Decreto nº 41.062, de 21 setembro de 2001, que instituiu o Programa de Economia Popular Solidária no Estado. O programa tinha como objetivo principal criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionários, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores, permitindo o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, proporcionando uma distribuição mais justa e eqüitativa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseados na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente (JULIANI, 2004, P 19).

<sup>75</sup> Op.cit, p, 16.

empreendimentos, resguardando-se o poder de decisão em mãos dos produtores associados.

O estudo realizado permite a reflexão sobre a importância da Economia Solidária como caminho para o desenvolvimento agropecuário regional, como forma de geração de emprego (somente nesses 30 empreendimentos estudados existem 4.260 famílias associadas, ou seja, mais de 14.900 pessoas envolvidas em alguma atividade dentro dos empreendimentos) e distribuição de renda (mais de 70% dos empreendimentos já possuem uma política definida em relação à distribuição e participação nas sobras)<sup>76</sup>.

As trinta associações e/ou cooperativas autogestionárias analisadas por Juliani foram fundadas entre os anos 1954 a 2002, sendo que 37% delas foram criadas entre os anos 1993 a 1999, e 47% entre os anos 2000 a 2002<sup>77</sup>. Este aumento de empreendimentos solidários surgiu: da necessidade da organização dos produtores, principalmente os de leite, em função do oligopólio que a atividade estava enfrentando após a privatização da Cooperativa Central Gaúcha do Leite (CCGL); a necessidade de melhorar o poder de barganha; a necessidade de agregar mais valor ao seu produto; manter o produtor no meio rural, reduzindo com isso o êxodo e também, porque esses empreendimentos são formados, na maioria, por mini e pequenos agricultores excluídos ou em fase de exclusão do processo produtivo (a média da área não ultrapassa os 15 hectares por família).<sup>78</sup>

Dos trinta empreendimentos autogestionários estudados, 83,4% são formados por cooperativas, 10% por associações e 6,6% por outro tipo de formação jurídica, mas todos autogestionários. Todos esses empreendimentos atuam em atividades ligadas ao setor agropecuário<sup>79</sup>, com destaque na área da pecuária leiteira com a produção dos derivados do leite (leite *in natura*, leite pasteurizado, queijo, nata), derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, cachaça, melado, rapadura, licores), produção de mel, frango, peixe (polpa, filé, peixe resfriado, peixe congelado), frutas

---

<sup>76</sup> Op. cit.p,190.

<sup>77</sup> Em 2002 faziam parte dos empreendimentos 4.260 associados, ou seja, 4.260 famílias (média de 142 famílias por empreendimento), o que corresponde a 14.910 pessoas (Considerando 3,5 pessoas por família – conforme censo do IBGE de 2002).

<sup>78</sup> Dados fornecidos pelos associados dos empreendimentos.

<sup>79</sup> Dos trinta empreendimentos estudados pelo autor, 53,4% desenvolviam atividades relacionadas à pecuária leiteira. Do restante, 46,6%, atuavam: 6,7% nos derivados da cana, 6,7% na apicultura, 6,7% na criação de peixe, sendo que destes, um atua também na industrialização, 6,7% na produção de produtos agro-ecológicos, 3,3% na produção de hortigranjeiros, 3,3% na produção de derivados da carne, 3,3% na produção da citronela, 3,3% na produção de álcool hidratado, 3,3% na produção de cogumelos, e 3,3% na produção de flores.

(*in natura*, doces), hortigranjeiros (alface, tomate, mandioca, repolho, pepino), pães, bolachas, cucas, álcool hidratado, cogumelos, produtos agroecológicos (os hortigranjeiros, farinha de milho, farinha de trigo, farinha de mandioca, frutas, soja milho, pipoca), flores, essência de citronela, essência de ervas aromáticas, derivados da carne (salame, salsicha, lingüiça, carnes defumada, mortadela, morcela, apresuntado, banha, torresmo). Dos trinta empreendimentos, 20% trabalham com até duas atividades, 57% trabalham com duas a quatro atividades, e o restante, 33% atuam em cinco atividades.

Dentre os 30 empreendimentos autogestionários, 12 empreendimentos, ou seja, 40% estão estruturados com agroindústria voltada para a transformação da matéria-prima, vegetal e/ou animal, provinda do seu quadro social.

Essas cooperativas e/ou associações surgiram a partir de articulações de interesse social e econômico de um determinado grupo de famílias para que se tornasse mais uma alternativa para agregar valor aos seus produtos, levando em consideração a cooperação, a solidariedade e a autogestão dos empreendimentos<sup>80</sup>.

A maioria delas foi criada com o apoio o Governo do Estado, durante os anos 2001/2002, através do Programa da Economia Popular Solidária (na gestão do Governo da Frente Popular), com participação das Prefeituras da região, EMATER, Sindicatos, Cárita/RS, Igreja Católica, etc.

Complementa o autor Juliani (2004), sobre a condição material e social dos trabalhadores em autogestão estudados:

Dos 30 empreendimentos associativos e autogestionários estudados, 99,6% são formados por mini e pequenos produtores rurais, com baixa produtividade, baixo poder de barganha, descapitalizados e com difícil acesso às novas tecnologias. Dos 4.260 associados, 1,2% são analfabetos, 55,7% não possuem o primeiro grau completo, 24,9% possuem apenas o primeiro grau completo. Do restante, 18,2% têm acima do primeiro grau completo, mas apenas 2,1% concluíram o terceiro grau ((JULIANI, 2004,p 192).

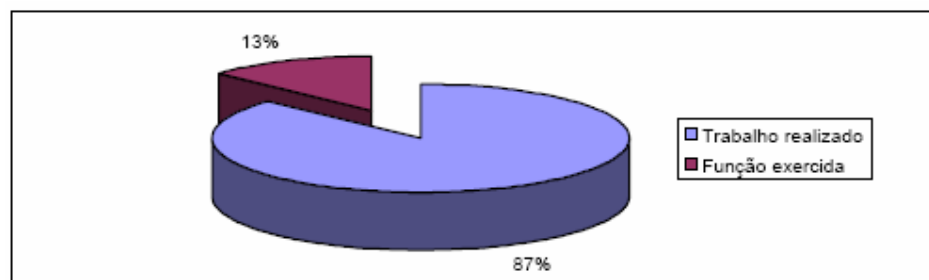
---

<sup>80</sup> Segundo Juliani, a maioria das associações e cooperativas foi criada com o apoio o Governo do Estado, durante os anos 2001/2002, através do Programa da Economia Popular Solidária (na gestão do Governo da Frente Popular), com participação das Prefeituras da região, EMATER, Sindicatos, Cárita/RS, Igreja Católica e outras entidades de apoio.

No caso dos empreendimentos estudados pelo autor, além de terem como base a autogestão, trazem consigo uma mudança de paradigma, tanto no processo de produção, baseado na autogestão, na participação, na cooperação e na solidariedade, como nos aspectos sociais e autogestionários. Os trabalhadores/associados decidem sobre os destinos do empreendimento desde a produção até a distribuição das sobras, tendo como órgão máximo a Assembléia Geral.

Dos 30 empreendimentos pesquisados, em 70%<sup>81</sup> dos casos os resultados financeiros são distribuídos aos seus associados através da participação nas sobras, definidos em Assembléia Geral. Essas sobras são distribuídas de acordo com o trabalho realizado por cada associado. Além disso, afloram de forma clara e contundente, as duas funções indissolúveis do empreendimento: a função econômica – que objetiva maximizar o retorno do capital investido e a função social – que visa otimizar o bem-estar dos associados que interagem com o empreendimento, em especial os associados e a comunidade onde ela se insere econômica e socialmente<sup>82</sup>.

A Economia Solidária, através dos empreendimentos autogestionários estudados, se mostra em evolução à melhor distribuição de renda e está fundamentada numa economia onde a centralidade esta no trabalho e a partir dele os produtores/associados constroem os seus viveres. Conforme figura 01 :



**FIGURA 6 – Demonstrativo de como a remuneração dos associados é feita nos empreendimentos autogestionários estudados nos 2001/2002 – em %.**

Fonte: JULIANI P. 158 , com dados da SEDAI/UNIJUI.

<sup>81</sup>O autor faz a ressalva de que em (30%) a proposta para distribuição das sobras estava em fase de discussão uma vez que são empreendimentos novos.

<sup>82</sup> JULIANI, Luiz, op.cit, p. 192.

Na análise dos dados coletados e expostos na figura 6, é constatado que dos 30 empreendimentos, em 87% deles a remuneração é feita com base no trabalho, enquanto que em 13%, além do trabalho, é levada em consideração também, a função exercida pelo associado na organização, sendo que essa remuneração é determinada em Assembléia Geral dos associados do empreendimento.

Os trabalhadores se organizam com o intuito de se defender da competição capitalista Juliani (2004):

Este aumento de empreendimentos solidários surgiu da necessidade da organização dos produtores, principalmente os de leite, em função do oligopólio que a atividade estava enfrentando após a privatização da Cooperativa Central Gaúcha do Leite (CCGL). Estes produtores conseguiram melhorar os preços para seus produtos, chegando, no caso do leite, a 77,7% superior ao preço de quando vendiam individualmente 'de R\$ 0,18 para R\$ 0,32 por litro' (JULIANI, 2004, p.125).

Para tanto, continua o autor Juliani (2004):

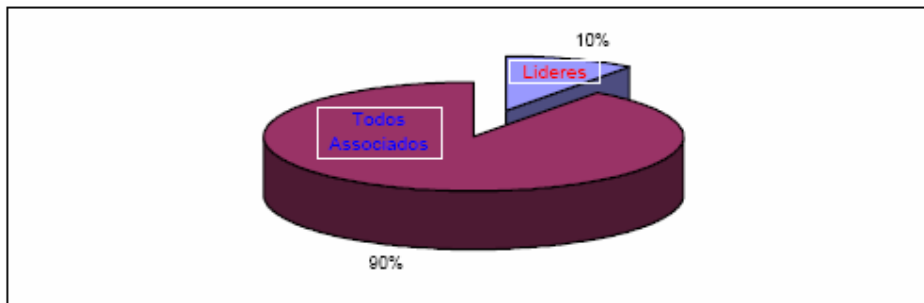
Esses produtores se organizaram em forma de cooperativas e/ou em associações autogestionárias, transformando a economia para os que foram e/ou temem ser excluídos do mercado de trabalho, tendo como primeiro plano, a geração de emprego e renda para atender às necessidades básicas dos associados e de suas famílias. Assim, é considerado um novo modelo alternativo de desenvolvimento local, que tem como princípio fomentar a industrialização, a produção, o consumo e o modo de vida sustentável e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade do ambiente, garantindo a qualidade ambiental à atual e às futuras gerações (JULIANI 2004, p 193).

Também, esses empreendimentos autogestionários são uma nova proposta de gestão dos meios de produção e organização social em benefício de seus associados, coerente com os princípios históricos do cooperativismo e da economia solidária hoje.

Nessa forma de gestão, todos os associados têm direitos e participação iguais, e as decisões fundamentais são tomadas de forma coletiva<sup>83</sup>. Para isso, é necessário que todos tenham acesso às informações.

---

<sup>83</sup> JULIANI, Luiz, op.cit, p.191



**FIGURA 7 – Percentual de associados que tem acesso às informações – em %.**  
 Fonte: Luz Juliani, com dados da SEDAI/UNIJUÍ.

Nos empreendimentos analisados, como demonstra a figura 7, 90% dos associados têm acesso a todas as informações – que vão desde a produção até a distribuição das sobras - necessárias para a tomada de decisão. Embora, a forma como estas informações são socializadas ao coletivo é feito de forma informal, em 27 deles (77%) e somente 23% de maneira formal<sup>84</sup>.

A Economia Solidária, através dos empreendimentos autogestionários, é situada pelo autor um projeto de desenvolvimento local que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa<sup>85</sup>. Está sendo construída numa constante na busca do resgate da dignidade humana, com o envolvimento de um número crescente de agentes sociais, como as redes de colaboração solidária que se organizam entre os diferentes espaços da sociedade, estimulando a formação de alianças estratégicas entre organizações para o fortalecimento deste novo tipo de economia.

De acordo com Juliani (2004):

Um instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a reduzir as

<sup>84</sup> op.cit,p, 155.

<sup>85</sup> op.cit, p 192. Pelas nossas limitações e talvez por opção de foco da pesquisa, que estamos fundamentando nossas afirmações, não contém estudo com relação à participação destes empreendimentos nas assembléias do Orçamento Participativo que foi implementado pelo Estado da Frente Popular e também pelos movimentos sociais de todo o estado do Rio Grande do Sul. Para quem interessar levar adiante tal iniciativa certamente encontrará no núcleo de documentação e pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, um espaço privilegiado de documentos, elaborações e de grupos de pesquisadores sobre a temática.

desigualdades materiais, difundir os valores da solidariedade humana e distribuir melhor a renda entre os associados [...]. Portanto, este novo modelo não se restringe apenas à luta pela socialização (e dos meios de produção), mas integra numa ampla visão de uma nova sociedade, conjugando os aspectos econômicos com as questões urbanas, espaciais e da qualidade de vida da comunidade em geral (JULIANI, 2004, p.194).

A Economia Solidária, através dos empreendimentos autogestionários estudados, está comprometida com o desenvolvimento local, pois, no caso deste trabalho, a maioria dos associados como já foi dito anteriormente tem neste processo de desenvolvimento o caráter de indução do desenvolvimento local e regional. Procura o uso do capital social de maneira compatível com a melhor qualidade de vida para seus associados e de toda população ali residente<sup>86</sup>.

Para que, os empreendimentos estudados por Juliani em sua dissertação, tenham uma vida mais longa e sejam técnica e economicamente viáveis (hoje 60% são meros produtores de matéria-prima) e cumpram o seu papel de ser um sistema diferenciado (evitando que o produtor seja uma vítima de um mercado oligopolizado) o autor afirma ser necessário que não se mantenham apenas como simples intermediários entre o produtor e a indústria (claro, o primeiro passo foi dado para o rompimento com o oligopólio), mas que passem a beneficiar/industrializar seus produtos, agregando mais valor ao produto final. Isso deve ocorrer com base num planejamento sólido e com racionalidade, cooperação e solidariedade para que os empreendimentos consigam sobreviver nesse mercado capitalista globalizado<sup>87</sup>.

Mesmo assim, com todas essas dificuldades, caso esses produtores (associados) não tivessem se engajado e/ou optado por essa nova alternativa, aumentando o seu poder de barganha e diversificando a sua lavoura, com melhoramento de sua renda, provavelmente boa parte já teria abandonado o meio rural e estaria morando como favelada ao redor das cidades, aumentando os cinturões da miséria e o êxodo rural.

Estes são alguns dos avanços e desafios em que os trabalhadores/associados da economia solidária enfrentam no dia-a-dia de

---

<sup>86</sup> Com objetivo de facilitar ao leitor, organizamos no ANEXO 1, os resultados e as contribuições para o desenvolvimento local e para os associados dos empreendimentos analisados segundo os dados fornecidos por Luiz Juliani.

<sup>87</sup> Da mesma forma organizamos, no ANEXO 2, as ações e/ou ajustes que devem ser melhorados e implementados, segundo Luiz Juliani, para que os empreendimentos autogestionários estudados se tornem uma Economia Solidária, autogestionária, sólida e sustentável.

resistência ao modelo hegemônico. Sobretudo, com relação à viabilidade e sustentabilidade econômica e social dos empreendimentos da economia solidária. Elemento que reafirma a importância do estudo realizado pelo grupo de pesquisadores da Unijuí o qual tentamos, de forma superficial, analisar nesta dissertação.



## CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho, entendemos que os apontamentos propostos e estudados com relação a formação e desenvolvimento da economia popular solidária, foram fundamentais para o melhor entendimento do contexto histórico de desenvolvimento do capitalismo, em especial em sua conformação a partir dos anos de 1970.

No término das discussões levantadas nos capítulos desta dissertação podemos concluir que, as transformações implementadas pelo capitalismo, no período histórico abordado, muitas delas ainda em conformação, tiveram como objetivo principal responder a crise de lucratividade dos capitalistas, iniciada em meados dos anos 60 e, imprimir derrota aos movimentos sociais que, em inúmeros países elevaram sua consciência de classe construindo novas experiências de socialismo e de libertação nacional. A alternativa do capital foi através da mudança nas formas de produzir e organizar a produção, representadas pela substituição do Taylorismo/Fordismo pelo Toyotismo, introduzir e renovar a maquinaria através da automação, na crescente robotização dos processos de trabalho com o desenvolvimento, em 1971 do micro-processador de dados, meios mais eficientes de transporte e comunicação.

Concluimos que somadas, reestruturação das atividades produtivas e a hegemonia das políticas neoliberais, vêm alterando criticamente o mundo do trabalho e as condições de vida da *classe-que-vive-do-trabalho* na atualidade. Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam uma certa estabilidade de emprego, são reduzidos drasticamente. O Estado, que em períodos anteriores era um aglutinador de trabalho formal, hoje é orientado pelas práticas de redução de trabalhadores. A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado.

Formas precárias de trabalho passaram a ser utilizadas crescentemente, incorporando-se às práticas das empresas. Além do mais, fragilizando os sindicatos como representação legítima dos trabalhadores. O custo do trabalho vem sendo transferido diretamente ao trabalhador através das terceirizações e do trabalho informal.

Pelos dados aproveitados nesta dissertação, através de pesquisas empíricas sobre o mundo do trabalho de diferentes autores, concluímos que, diferente da tese que aponta o fim da centralidade do trabalho e, portanto, que estaríamos aos bilhões, classe trabalhadora, na tumba a caminho do sepulcro, vivemos na verdade um aumento expressivo do número de trabalhadores no planeta. Os dados apontam, inclusive que, mesmo nos países onde a reorganização do mundo do trabalho se opera de forma mais efetiva, através de tecnologias avançadas e renovadas de robótica e microeletrônica, como é o caso do Japão e EUA, os trabalhadores que produzem a riqueza social lá também se avolumam, de forma cada vez mais significativa.

De forma conclusiva, o que se conforma em realidade social capitalista é que os trabalhadores estão, cada vez mais trabalhador e trabalhadora, com menos ou sem direitos sociais, com menos tempo livre, mais jovem e com mais tempo de trabalho. No entanto, o trabalho, embora expresse majoritariamente sua dimensão abstrata, alienada e desprovida de sentido humano e social, é não apenas esta dimensão reduzida de seu significado, continua sendo e tendo centralidade para a produção da vida material e subjetivo da humanidade assim com sua história demonstra.

Ao mesmo tempo em que, o quadro crítico ao mundo do trabalho e as organizações e movimentos sociais dos trabalhadores é uma realidade ainda difícil de ser superada no horizonte próximo, também se percebem, movimentos no sentido de recomposição de espaços de diálogo e proposição por parte dos trabalhadores. Ainda em formação e por vezes restrito a pequenas “experiências” ou movimentos isolados, um importante contingente de organizações, movimentos políticos e sociais, militantes de esquerda, de diferentes países vêm tecendo a bandeira de que é necessário e possível levar adiante ações concretas para a superação do neoliberalismo e a formação de um movimento anti-capitalista.

Nestes espaços de recomposição e acúmulo de forças, protagonizados por trabalhadores, em grande medida por setores atingidos de forma mais violenta pelo

capitalismo como as mulheres, o povo negro e a juventude, seja ela rural ou das periferias das grandes cidades, se desenvolvem também práticas econômicas e sociais que, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, vêm somando esforços levantando a corajosa bandeira de que “outra economia acontece” popular e solidária.

No sentido de conclusão, se percebe a necessidade de diferenciar conceitualmente, no espaço das diferentes alternativas de trabalho e renda, as práticas econômicas que, mesmo sendo de trabalhadores, se processam pela via não coletiva, marcadamente um traço da economia popular. Da mesma forma, temos entendimento crítico com relação ao desenvolvimento de ações que, embora tragam consigo uma postura crítica ao neoliberalismo e sua realidade social, não têm como problemática central à luta de classes e a autogestão dos trabalhadores. Sendo levados adiante nesta perspectiva política, tanto pelos trabalhadores, mas em especial pelas entidades de apoio (no Brasil se destacam as ONGs, igrejas, Universidades e sindicatos) o que provavelmente terão como resultado, nada desprezível no contexto atual, é amenizar os efeitos mais críticos trazidos à baila pelas mudanças econômicas e políticas conjunturais do capitalismo atual.

Com as considerações acima expostas, é concluído que o conceito de (EPS) reúne uma problemática prático/teórico mais adequada. Não se trata de uma questão meramente semântica, pelo contrário, se trata de manifestações diferentes da formação e desenvolvimento de um movimento social de trabalhadores recente no Brasil, a partir dos anos de 1980, em um contexto de mudanças e transformações adversas no desenvolvimento do modo capitalista produção.

A (EPS) se desenvolve a partir das práticas de trabalhadores e trabalhadoras que, no Brasil em especial, através da economia solidária, vem apresentando um crescimento numérico expressivo, pelos dados utilizados do “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, principal estudo em desenvolvimento com relação ao tema, foram identificados mais de 20 mil empreendimentos solidários nos quais, estão associados mais de 1 milhão e 225 mil trabalhadores e trabalhadoras, em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros).

Compreende uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas nos Empreendimentos Econômicos Solidários sob a forma de, Cooperativas Populares, Associações, Empresas Autogestionárias, Redes de Empreendimentos, Complexos Cooperativos, Clubes de Troca, Grupos, Ligas e Uniões. Nestes Empreendimentos se destacam às atividades agropecuária, extrativista e

pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 2% que realizam transações com outros países.

Parte constitutiva de uma economia de trabalhadores do meio urbano (50%), rural (33%) e rururbano (17%) que, concluímos ser, uma resposta importante dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, sobretudo em politizar as alternativas ao desemprego e a informalidade do trabalho. No que diz respeito a precarização do trabalho levadas a cabo pelas terceirizações, em especial através de cooperativas de trabalho, percebemos que a economia solidária é um movimento que vem se diferenciando e combatendo esta prática empresarial. Politicamente a economia solidária vem identificando esta forma moderna de precarização do trabalho a partir da caracterização das “cooperatos”, fazendo referência ao agenciador de mão-de-obra para o trabalho de corte de cana, ou mesmo afirmando que estas cooperativas são na verdade “falsas cooperativas” e tem como finalidade o roubo dos direitos sociais dos trabalhadores. Na atualidade a economia solidária vem propondo a necessidade de um marco jurídico legal para a economia solidária que, poder ser um instrumento importante no sentido de diferenciar e regular as práticas da economia solidária das cooperativas de precarização do trabalho.

Pelos dados que utilizamos, foi identificado que a economia solidária, em seu conjunto no país, vem sendo encarada pelos trabalhadores associados como uma alternativa ao desemprego (45%), como complementação de renda (44%), para obter maiores ganhos (41%), possibilidade de gestão coletiva da atividade econômica (31%) e ser um instrumento para acesso ao crédito (29%). Devemos ainda considerar que gerar trabalho e renda de forma organizada e solidária entre trabalhadores do setor informal da economia, por vezes, formando redes completas de cadeias produtivas é um fato de referência a ser ressaltado.

É também um movimento que se mostra disposto, seja por uma necessidade objetiva ou mesmo como uma afirmação política, a compreender e problematizar a educação dos trabalhadores. Pelo que podemos observar, pelas práticas abordadas nesta dissertação, a preocupação com a educação dos trabalhadores acompanha o desenvolvimento da economia solidária ao demandar políticas públicas do Estado, com também em buscar entender a economia para a autogestão dos empreendimentos. Aproximar e fortalecer os movimentos de educação popular e de economia solidária nos parece uma metodologia acertada. Ressaltamos que, se por um lado percebemos um crescimento e fortalecimento da economia solidária no Brasil a recíproca não se afirma

com relação às ações de educação popular que, no tempo recente se constituíram com espaços importantes de mobilização e educação cidadã dos trabalhadores.

Nesta questão da formação dos trabalhadores, é de se ressaltar a importância do trabalho e aproximação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que através da rede nacional de Incubadoras, construíram seu primeiro encontro nacional com a participação de mais de 80 universidades do país. Podemos concluir que está em curso uma aproximação efetiva da economia solidária de bases tecnológicas e científicas das quais as universidades largamente dispõem. Da mesma forma, esta comunicação prático/teórica dentro das universidades pode também fortalecer as pautas do movimento sindical e estudantil destas universidades, pois na universidade, opiniões e projetos conflitantes exprimem divisões e contradições da sociedade. Qual será a atualização do movimento sindical e estudantil para o século XXI ?

Através desta dissertação foi possível perceber que a economia solidária, na última década, avançou significativamente também na sua articulação política e econômica. Diferente das ações focadas na assistência às comunidades pobres, uma marca de sua origem, através da ação da Cáritas brasileira, hoje vem ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas para sua inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais se orientando cada vez mais rumo a uma articulação nacional e latino-americana.

Também com relação ao que foi buscado nesta dissertação, concluímos que a economia solidária também vem produzindo dinâmicas com movimentos sociais de outros países. Na América Latina, embora necessite de maior dedicação ao tema nesta dissertação, processos recentes foram iniciados entre trabalhadores e entidades de economia solidária. Neste sentido a realização do 1º Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos trabalhadores, realizado em Caracas, Venezuela, em 2005, e a já tradicional Feira do Cooperativismo Alternativo FEICOOP de Santa Maria-RS que, a partir de 2005 realiza a Feira de Economia Popular Solidária do Mercosul e a troca de tecnologia entre o Complexo Catende do estado do Pernambuco e Cuba. Este é um movimento que tende a produzir uma integração ainda mais efetiva, conforme se desenvolvam os movimentos de empoderamento popular em curso na América Latina.

Sobretudo na Venezuela, Equador, Bolívia que através das lutas antiimperialistas de nacionalizações, vêm construindo a transição necessária ao chamado Socialismo do Século XXI, o que pode alterar significativamente o que hoje

conhecemos como MERCOSUL, embora este seja encarado como tático perante as lutas contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esse socialismo em construção na América Latina, embora ainda não abordado nesta dissertação, constitui um dos motivos pelo qual nos leva ao estudo do tema proposto.

No caso do Brasil, o reconhecimento do Estado com relação a economia solidária ainda é um entrave ao seu desenvolvimento efetivo. Muito provavelmente continuará sendo caso não seja alterada significativamente as bases hegemônicas da atual política econômica do Governo Federal, que ainda insiste em ser complacente com a desregulamentação dos capitais, em especial o do sistema financeiro e especulativo, com ditadura do superávit primário para o pagamento da dívida, em utilizar o conceito vago, porém ideológico, de crescimento econômico que, para ser de esquerda hoje deve priorizar o crescimento sim, mas a fim ser utilizado como instrumento para a emergência de novas relações sociais de produção e agentes econômicos como o caso da economia popular, caminho que toma forma na Venezuela, Bolívia e Equador. Em sentido contrário, trabalhadores e militantes da economia solidária, em suas frentes político partidárias, nas últimas décadas vem acumulando conhecimento e propondo políticas públicas importantes para o setor a economia solidária. Políticas que foram desenvolvidas e acumuladas em municípios, estados da Federação e hoje no país pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), quando fortalecidas pela participação popular, como foi o caso do Orçamento Participativo, e hoje nos trabalhos em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Pelo que concluímos, as bases para uma mudança na política do desenvolvimento do Brasil, através da economia solidária estão arrematadas.

Como podemos analisar nesta dissertação, a Economia Solidária ao longo dos últimos dez anos, constituiu-se, além de uma alternativa de trabalho e produção sob novas bases (autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, participação) em uma *práxis* política que envolve milhares de militantes, tanto aqueles oriundos do movimento sindical, estudantil, feminista, anti-racista e ecologista, bem como os novos militantes do que poderíamos chamar de “geração FSM”. Movimentos sociais de longa e recente trajetória que são bases reais no um acúmulo de forças estratégico da classe trabalhadora, inclusive na base de sustentação do capitalismo, na economia, para a construção de um programa de transição ao socialismo do século XXI, como assim estão sendo caracterizadas as notícias que sopram dos

ANDES da América Latina. No entanto, em um cenário onde o capitalismo retome seu desenvolvimento com altas taxas de crescimento econômico e com baixas taxas de desemprego, a economia solidária deverá ser não somente uma alternativa ao desemprego, mas sim um projeto de sociedade superior ao capitalismo, arregimentando a sustentabilidade econômica de ser uma economia de trabalhadores de “portas abertas” a quem queira ingressar em suas fileiras de trabalho para a vida coletiva.

Obviamente, para tal feito, a economia solidária deverá proporcionar aos que nela trabalham condições de vida relativamente iguais ou mesmo superiores as proporcionadas pelo capitalismo, não somente no sentido de ganhos para o consumo das mercadorias dos capitalistas, mas sim, em relação a qualidade de vida de seus trabalhadores.

Esperamos, pelo trabalho desenvolvido nesta dissertação, ter contribuído com demais esforços que vêm sendo retomados no estudo sobre os trabalhadores e seus movimentos. Nesta questão, queremos afirmar a importância do trabalho de pesquisa ser produzido através de ações coletivas por parte dos pesquisadores. Assim, a pesquisa pode atingir sua função de também ser socializada, estudada por mais pessoas, criticada, reinventada e também, talvez que se proliferem espaços públicos para disponibilidade de documentos coletados. No decorrer dos últimos seis anos, de forma e objetivos diferentes, coletamos uma quantidade importante de documentos diversos sobre e de trabalhadores de economia popular e solidária que, infelizmente não foram tratados adequadamente nesta dissertação, muitos deles nem mesmo citados.<sup>88</sup>

Com relação à produção historiográfica sobre o tema da EPS, devemos dizer que, a título de estímulos, este é um tema ainda não abordado pelos historiadores, diferentemente ao tema do cooperativismo e o associativismo de séculos anteriores. Fica portanto o convite para, mesmo na adversidade capitalista, fortalecermos as bases materiais e subjetivas de uma outra economia possível!

---

<sup>88</sup> No entanto, foram reunidos no trabalho de coleta e podem ser facilmente socializados no contato com este autor.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_, **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

**Atlas da economia solidária no brasil.** Disponível em: <<http://www.mte.org.br>> e <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em: 04 maio 2006.

Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia. Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. In. **Autogestão – construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** 2º Ed. São Paulo – SP, agosto de 2000.

ARRUDA, Marcos. Globalização e Sociedade Civil Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa. In. **Perspectiva Econômica.** São Leopoldo: Unisinos, 2000.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho do século XX. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CARRION, R. K.M; VICENTINI, P. F. (orgs). **A crise do capitalismo globalizado.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social - **Economia solidária- outra economia acontece!.** SENAES, 2006.



**Construindo uma economia popular solidária no Rio Grande do Sul** – Projetos alternativos comunitários 3º Ed. Caderno de Formação n 1º da Cáritas Brasileira – regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS, 2002.

**Construyendo el ALBA desde los Pueblos ALBA – Alternativa bolivariana para América-Latina y el Caribe** - Una propuesta de unidad para los pueblos de nuestra América. Caracas Secretaria de Organización – Congreso Bolivariano de los Pueblos. Ed. Ediciones Emancipación.

CRUZ, Antônio. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio a economia solidária**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 23Jan. 2004.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1987.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In. MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V.2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

FARID, E. (Orgs). **Construindo uma economia solidária**. Campinas, SP: Confederações Nacionais dos Metalúrgicos- CNM/CUT, 2002.

FARIA, Aparecido. Construindo a Autogestão. In. **Autogestão – Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. 2º Ed. São Paulo – SP, 2000.

GADOTTI, M.; GUTIÉRRES, F. (org.). **Educação comunitária e educação popular**. São Paulo: Cortez, 1993, (Questões de nossa época. 25).

GAIGER, Luiz Inácio; et al (org.). A Economia Solidária no RS: Viabilidade e Perspectivas. In. **Cadernos CEDOPE/UNISINOS – (Série Movimentos Sociais e Cultura)** ano 10, n.15 1999.

GAIGER, Luiz Inácio G. **As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária**. Dublin, Julio de 2000. disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: 03 Out. 2004.

ICAZA, A. M. Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In. CATTANI, A. David (org). **A outra economia**. Porto Alegre; Veraz Editores, 2003.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado** - para além do socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HARNECKER, Marta. **Fazendo caminho ao caminhar** – Experiências de partidos de esquerda em governos locais do Brasil, Uruguai e Venezuela. Brasília DF: Thesaurus, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

ICAZA, A. M. Sarria. Solidariedade, Autogestão e Cidadania: Mapeando a economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz I. G. (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre; ed. da UFRGS, 2004.

ICAZA, A. M. Sarria; FREITAS, M. Ribeiro de (org). **O projeto esperança/coesperança e a construção da economia solidária no Brasil. Relato de uma experiência**. Porto Alegre; Cáritas Brasileira, 2006.

**Jornal Informativo da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Fórum Brasileiro de Economia Solidária ; Casa da Economia Popular Solidária do RS; Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

JULIANI, Luiz. **Potencialidades e Limites dos Empreendimentos Autogestionários como Alternativa para o Desenvolvimento do Setor Agropecuário na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí, 2004.

KAPRON, Sérgio. A economia dos trabalhadores: popular solidária e socialista. s/d. Contribuição extraída do documento “**Economia Popular solidária: Um Projeto para Produzir e Viver**” produzido pelo gabinete do deputado estadual Elvino Bohn Gass PT/RS. Na íntegra através do email: <http://www.deputadobohngass.com.br>. Acesso em: 15 Maio de 2006.

LISBOA, Armando de Melo. Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 2004, Uberlândia. Anais. Uberlândia, MG.: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <<http://www.sep.org.br>> Acesso em: 13 Maio 2005.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Os economistas. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **Iniciación a la economía marxist.** Disponível em: <<http://www.ceip.org.ar/bibliot>> Acesso em: 03 Jul. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** Volume 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançado. In: OLIVEIRA, C. Alonso de, et al. (org.). **O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século.** São Paulo: Scritta, 1994.

NASCIMENTO, Cláudio. **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende.** 2005. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)>. Acesso em: 19 Fev. 2006.

NOVAES, Henrique T. **Notas sobre fábricas recuperadas na Argentina e no Uruguai.** s/d. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br>>. Acesso em: 03 Julh. 2006.

NUÑEZ, Orlando. Os caminhos da revolução e a economia solidária. In. **Revista Proposta**, n°75, dez/97-fev/98. Disponível em: <<http://www.ax.apc.org/~pasc/text/sendro.htm>> e <<http://www.altemex.com.br.htm>>. Acesso em: 08 Abr. 2002.

PANTALEÃO, Milton. Consolidando uma política de desenvolvimento econômico, trabalho e tecnologia. In. BARCELOS, Adair (Org). **Porto Alegre: uma cidade que conquista – a terceira gestão do PT no governo municipal.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz e SCHIMIDT, Benito Bisso. **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**, ed. da UFRGS, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança – um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje.** São Paulo: LTr, 1995.

POCHAMANN, Márcio. As Trajetórias do Trabalho no Final do Século XX. In. CARRION, R; VICENTINI, P (Org.). **A crise do capitalismo globalizado**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

POCHAMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de Trabalho: **Nota Técnica Ipea v.9**, n.24, Brasília, ago. 2004.

POCHAMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo; Ed. Fundação Perseu Abramo, Cortez Editora, 2002.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Unijuí, 2005.

**Programa de economia popular solidária do estado do Rio Grande do Sul – (sedai)**. Porto Alegre, Junho de 2001.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A Inovação Territorial Coletiva e a Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional: A Experiência da COOPERCANA-Porto Xavier/RS. In. **Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre: 03 a 06 de outubro de 2005.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo : Cortez, 1993.

**Revista Novos Rumos** ano 21, n° 45 – Instituto Astrogildo Pereira, 2006.

RIFIKIN, Jeremy, **O fim dos empregos** – o declínio inegável dos empregos e a redução da força de trabalho global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1996.

RODRIGUES, Luiz Carlos Bonotto. **Santa Maria nos trilhos da modernidade: uma experiência Ferroviária (1889-1931)**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA/UFSM), 2003

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver**. os caminhos da produção não capitalistas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante** – repensando o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, A. David (org.). **A outra economia**: conceitos essenciais. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SOUZA, A. (orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

**O santuário**, ano XXIX- N° 08 - Agosto de 2005.

<http://www.fbes.org.br> , acesso em 13/05/2006.

<http://www.mte.org.br>>, acesso em 25/07/2006.

## ANEXOS

**ANEXO 1:** “Questionário 1” utilizado na pesquisa de campo e foi dirigida a entidade visitada pelos pesquisadores.

PESQUISA: LEVANTAMENTO, CONCEITUAÇÃO E TIPOLOGIA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTIONÁRIA – UM ESTUDO DE CASO: A METADE SUL DO RS – RFI ATÓRIO FTAPA 1

5

Quadro 1 Instrumento (Questionário) da Etapa 1
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>QUESTÃO 1</b></li> </ul> <p>“Esta pesquisa se destina a estudar empreendimentos econômicos que têm aparecido ultimamente e que são diferentes daquilo que comumente chamamos de ‘iniciativa privada’. São formas associativas de produção conhecidas genericamente por ‘economia popular e solidária’ ou outros termos. Se o Sr.(<sup>a</sup>) estivesse lendo um texto ou uma notícia de jornal, e se deparasse com um dos seguintes conceitos, como o Sr.(<sup>a</sup>) compreenderia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) "cooperativa"?</li> <li>b) "empresa autogestionária"?</li> <li>c) "associação de produção"?</li> <li>d) "empreendimento de produção solidária"?</li> <li>e) "empreendimento de economia popular"?</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>QUESTÃO 2.</b></li> </ul> <p>"O Sr.(a) poderia me listar as iniciativas econômicas ou empresariais de que tem notícia ou que estão cadastradas junto à sua instituição e que o Sr.(a) classificaria segundo os conceitos acima?"</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Cooperativas –</li> <li>b) Empresas autogestionárias –</li> <li>c) Associações de produção –</li> <li>d) Empreendimentos de produção solidária –</li> <li>e) Empreendimentos de economia popular –</li> </ul>

**ANEXO 2: Resultados e contribuições para o desenvolvimento local e para os associados dos empreendimentos analisados segundo os dados fornecidos por Luiz Juliani :**

1 - Melhor distribuição da renda entre os participantes do empreendimento, pois todos são “donos”. Nesse caso, a renda é distribuída conforme o trabalho realizado e as sobras de acordo com a decisão da assembléia geral;

2 - As riquezas (sobras) são divididas, localmente, por quem produziu. Ou seja, as sobras geradas permanecem no local ao invés de ir para outros centros, melhorando o comércio local e gerando mais imposto em todas as esferas. Também a diferença entre o preço pago pela matéria-prima e a comercialização do produto final (que seria da empresa, caso não houvesse o empreendimento solidário e autogestionário), permanece no local, ao invés de ir para outros centros e isso faz com que haja uma manutenção e/ou ampliação do mercado de trabalho local. A circulação local dos recursos financeiros gerados é, certamente, maior que a de outras empresas autogestionárias;

3- Aumento da renda que auxilia na manutenção familiar dos associados. O empreendimento autogestionário é mais uma alternativa de geração de renda;

4 - Resgate da auto-estima de seus associados. Os associados se sentem valorizados por estarem inseridos num processo de produção com capacidade de atuarem desde a produção da matéria-prima até a distribuição das sobras, resultando numa maior valorização da pessoa humana;

5 - Melhora na qualificação técnica e profissional de seus associados. Isso ocorre devido ao acesso às novas tecnologias de manejo e de produção, sua participação em cursos, treinamentos e nas decisões desde a produção até a distribuição das sobras e traz também como consequência o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas locais diversificação das atividades e uma melhora no conhecimento, na aprendizagem, na educação, que acontecem nas práticas de políticas de comunicação e na negociação;

6 - Melhora na cooperação, solidariedade, participação e autogestão. A participação nos empreendimentos autogestionários democratizou a atividade econômica e a organização social;

7 - Busca ativamente uma maior participação. Começa por um maior acesso aos níveis de informações para todos os associados, gerando maior participação, não apenas na parte econômica, mas também estimula o crescimento cultural e político;

8 - Permanência do associado no meio rural. Com a criação desses empreendimentos os produtores permaneceram no meio rural, com a redução do êxodo rural;

9 - Levam em consideração a multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas locais (capital social);

10 - O empreendimento solidário e autogestionário, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular (“eu”), relacionando-o com os outros (“nós”), pelos laços sociais da cooperação, construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida;

11 - O combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. Isso ocorre em função de que, na maioria das experiências estudadas, os sócios são pequenos proprietários e caso não tivessem se organizado nesses empreendimentos estariam fora do mercado, devido à baixa escala de produção.

**ANEXO 3: Ações e/ou ajustes que devem ser melhorados e implementados para que os empreendimentos autogestionários estudados (e para os que surgirem) se tornem uma Economia Solidária, autogestionária, sólida e sustentável segundo o autor da pesquisa:**



- 1 - Antes de definir a atividade e/ou a formação de um empreendimento autogestionário, devesse oferecer um treinamento para o grupo que vai participar, para que eles tenham conhecimento do que é realmente autogestão. Hoje, na maioria dos casos, ocorre normalmente o contrário;
- 2 - Melhorar o capital de giro (97% dos empreendimentos enfrentavam problemas com baixo capital de giro) e o nível de capitalização;
- 3 - Melhorar o conhecimento em autogestão (dos empreendimentos estudados apenas 17% dos associados tem pleno conhecimento do que é autogestão), o planejamento (apenas 10% possuíam planejamento), e também criar um sistema de custos (83% não possuíam planilhas de custos) e uma política de marketing (80% não possuíam uma política de marketing definida);
- 4 - Melhorar a formação, capacitação e assistência técnica, administrativa e econômica permanente e adequada às características organizacionais dos empreendimentos da Economia Solidária, como forma de sensibilizar a organização para o trabalho coletivo, e como geri-lo de forma coletiva e solidária;
- 5 - Desenvolver políticas para garantia de demanda para a Economia Solidária seja por meio do poder de compra do Estado (consumo na merenda escolar, creches, hospitais, etc.), de sistema de intermediação de negócios ou pela integração no mercado;
- 6 - Aumentar a escala de produção e diminuir a ociosidade (36% do ano os empreendimentos ficavam parados por falta de matéria-prima) e a sazonalidade da produção (93% dos empreendimentos possuíam sazonalidade na produção da matéria-prima);
- 7 - Desenvolver tecnologias apropriadas, com vista à agregação de valor aos produtos (60% dos empreendimentos eram apenas fornecedores da matéria-prima);
- 8 - Criar linhas de financiamentos, diferenciados e adaptados às características dos empreendimentos autogestionários;
- 9 - Fortalecimento da organização dos produtores e consumidores em redes, tanto para compra da matéria-prima como para o consumo dos produtos produzidos pelos empreendimentos.